

**MUNICÍPIO DE POMBAL****ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
Nº 0002/AM/16, de 29/04/2016**

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, Narciso Ferreira Mota, José Alves Grilo Gonçalves, Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Paula Cristina Lopes Dias da Silva, Pedro Francisco Pires Brilhante, Maria Teresa Nascimento Silva, Michael da Mota António, António Manuel Cardoso Fernandes, José dos Santos Neves, Manuel Rodrigues Marques, Felismino Carreira, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpão dos Santos, Pedro Daniel Jordão Ferraz, Jorge Manuel Gonçalves da Silva, Odete Marise dos Santos Alves, António Roque, Vítor da Conceição Gomes, Edite Maria Olaio Domingues dos Santos, Abílio Fernandes, Maria Emília da Conceição Brito, João Gante Gonçalves, Henrique Jorge Magalhães de Menezes Falcão, Ricardo Jorge Rodrigues Ferreira, Jorge Rodrigues das Neves, Fernando Rodrigues Matias, Sílvio da Mota Santos, Pedro Manuel Neves da Silva, José Manuel Pedrosa Marques, Avelino das Neves António, Nelson da Silva Pereira, António do Nascimento Lopes, Carlos Manuel Ribeiro Rosa Clemente, Manuel José Carreira Serra, Manuel Henriques Nogueira de Matos, Ilídio Manuel da Mota, Sandra Cristina Costa Barros e Ana Isabel Cardoso Tenente Gonçalves, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto 1 – Período antes da ordem do dia:**

Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 19/02/2016;

Ponto 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3. Intervenções na generalidade.

**Ponto 2 - Período da ordem do dia:**

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais de 2015;

Ponto 2.3. Apreciação do parecer do auditor externo, ao abrigo do n.º 3 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro;

Ponto 2.4. Apresentação do Balanço Social referente ao ano de 2015 – Para conhecimento;

Ponto 2.5. Apreciação do Relatório de Gestão e Contas da PombalProf – Sociedade de Educação e Ensino, SA – Exercício de 2015 – Para conhecimento;

Ponto 2.6. Apreciação do Relatório de Execução Orçamental (4.º Trimestre 2015) da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M. – Para conhecimento;



## MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.7. Apreciação do Relatório de Gestão e Contas da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M – Exercício de 2015 – Para conhecimento;

Ponto 2.8. Apreciação do Relatório Final das Ações de Acompanhamento previstas na alínea b) do n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento n.º 1828/2006 realizada à Operação POVT – 12-0146-FCOES-0000252 – Construção da rede de Saneamento, Emissários e ETAR de Pelariga/Almagreira e Operação POVT – 12-0146-FCOES-000211 – Construção da rede de Saneamento e Emissários de Antões/Moita do Boi e do Carriço;

Ponto 2.9. Apreciação dos Relatórios Anuais referentes a março de 2015 e março de 2016 sobre a Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os de corrupção e infrações conexas) deste Município;

Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação da Proposta da Câmara de Revogação do Plano de Urbanização da Área Urbana de Albergaria dos Doze;

Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da Proposta da Câmara de Revogação do Plano de Urbanização da Área Urbana do Carriço;

Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da Proposta da Câmara de Revogação do Plano de Urbanização da Área Urbana do Guia;

Ponto 2.13. Apresentação, discussão e votação da Proposta da Câmara de Relatório Final no âmbito do Concurso Público de Concessão de Exploração da Quinta de Santana – Redinha;

Ponto 2.14. Apresentação, discussão e votação da Proposta da Câmara sobre o pedido de autorização de despesa e compromissos plurianuais para exercícios seguintes no Procedimento de aquisição de serviços de seguros – atualização da Informação 4/DMAF/16;

Ponto 2.15. Designação de quatro representantes para integrar a nova Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Pombal – Triénio 2016/2017/2018;

Ponto 2.16. Designação de quatro representantes para integrar a Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea u) do artigo 4.º do Regulamento Municipal de Segurança de Pombal;

Ponto 2.17. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal.

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, Dr. Fernando Parreira, Dra. Catarina Silva, Eng.º Pedro Murtinho, Arq.º Renato Guardado, Eng.º Aníbal Cardona, Eng.º Jorge Claro e Dra. Marlene Matias.

Presidiu à sessão Narciso Ferreira Mota como Presidente e foram secretários Carlos Alberto Ferreira da Silva como 1.º secretário e Paula Cristina Lopes Dias da Silva como 2.ª Secretária.

O **Senhor Presidente da Assembleia**, dando início aos trabalhos, procedeu à chamada, tendo-se verificado as seguintes ausências:

**Eleitos pela lista do PSD** – Abel António Dias Braz que apresentou pedido de justificação para a sua falta, o qual foi, de imediato, justificada pela Mesa.



## MUNICÍPIO DE POMBAL

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou ter recebido os seguintes pedidos de substituições, dos membros da Bancada do Partido Social Democrata:

De Paula Cristina Pereira Cardoso, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Maria Adelaide Pereira da Conceição, que por sua vez, por se encontrar fora do país pediu substituição, tendo sido chamado o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente Felismino Carreira; de Andreia Sofia Pinheiro Marques, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, António Manuel Cardoso Fernandes.

Dos membros da Bancada do Partido Socialista:

De Patrícia Inês dos Santos Carvalho, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Pedro Santos, que por sua vez, pediu substituição, tendo sido chamado o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente António Roque; de Bruno Loureiro, tendo sido chamado a substituí-lo a cidadã imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Cristina Rodrigues, que por sua vez, pediu substituição, tendo sido chamado o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente Abílio Fernandes.

Estes elementos, estando presentes na sala, foram chamados a ocupar os seus lugares.

O Senhor Presidente da Assembleia, tomou a palavra para dizer o seguinte:

*"Também queria dizer que por informação do Sr. Presidente da Câmara, através de ofício que me foi endereçado – que tenho aqui presente – e de acordo com aquilo que é prática já nalgumas sessões da Câmara, sugere que esta nossa reunião ordinária, seja transmitida no Youtube, para ser filmada e transmitida pela primeira vez. A Mesa entendeu que se devia fazer, estou a agora a transmitir esta decisão a todos os membros desta Assembleia, que é para termos, efetivamente, essa honra de estarmos a ser vistos para além do exterior deste Salão Nobre, e também para os nossos concidadãos, que muitas vezes querem saber aquilo que se passa nas nossas sessões. Penso que ninguém se opõe, porque isto já é prática que a Câmara utiliza, em termos de Executivo. No entanto deixo à vossa consideração. Alguém que se oponha a que as sessões da Assembleia passem a ser transmitidas em direto na internet? Não se opondo, com a vossa autorização, vamos pôr isto em prática, com o meu sincero agradecimento a todos vós. Muito obrigado."*

### **Ponto 1 – Período antes da ordem do dia:**

***Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 19/02/2016.***

O **Senhor Presidente da Assembleia** pediu dispensa da leitura da ata da última sessão da Assembleia, a qual foi distribuída por todos.



## MUNICÍPIO DE POMBAL

**Colocada a ata da sessão ordinária de 19 de fevereiro de 2016 a discussão, e não se verificando qualquer reparo à mesma, passou-se de imediato à votação, tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção, por ausência da respetiva sessão.**

### ***Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento das formalidades legais.***

Não havendo informações a prestar ao plenário, a Assembleia de imediato passou para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

### ***Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade.***

Nesta altura, o **Senhor Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para uso da palavra no âmbito das intervenções na generalidade, tendo-se inscrito os seguintes membros:

**Henrique Falcão**, que interveio conforme se segue:

*“Em primeiro lugar, queria felicitar o Executivo, e todos os parceiros que intervieram, desde idealizar a Feira Nacional da Floresta, a concretizá-la, e a acompanhar o decorrer de todas as atividades que tiveram lugar no passado fim de semana. Os meus parabéns pela iniciativa, correu tudo muito bem. Já ouvi várias pessoas dizer que foi uma grande feira; eu espero que seja uma pequena feira, se a compararmos com as próximas edições, que irão ser, de certeza, de muito maior dimensão. Sentimo-nos muito satisfeitos por esta iniciativa, que não podemos deixar de ligar àquilo que a floresta já foi nesta zona, desde Pombal a Castelo Branco, a contribuição com a sua riqueza, quer em termos ambientais (produção de oxigénio), em termos económicos, e milhares de famílias viveram essencialmente dependentes da floresta. Eu, familiarmente, acompanhei essa fase, porque o meu pai esteve ligado às atividades que lidavam com a floresta, e lembro-me, ainda em miúdo, da gente que vivia da resina, dos trabalhos da antiga Socer, da União Resineira, etc. E hoje, ao tomar conhecimento de empresas do Concelho de Pombal com grande importância para as exportações portuguesas, que têm a dificuldade de não ter matéria prima em Portugal, e ter também que a importar para depois exportar na sua totalidade. Portanto, iniciativas como esta, voltar a dar à floresta a importância que ela teve – não nos podemos esquecer que até um grande banco português, no tempo em que os bancos eram grandes bancos, foram criados a partir da floresta. Portanto, parabéns pela iniciativa, e espero que as próximas edições tenham pelo menos o dobro do sucesso desta.*

*É claro que estas iniciativas, para além de dar a conhecer máquinas, etc., também unem as pessoas a conversar sobre a floresta. E já agora, aproveito também para dizer que o CDS contribuiu também para a divulgação da feira, porque a Sra. Presidente do CDS, quando se deslocou a Pombal, veio acompanhada da comunicação social, da televisão, o que fez com que também fosse divulgada por essa forma. Foi o nosso contributo.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Ora bem, mas nessa troca de impressões, foram levantadas algumas questões a que eu não soube responder, e aproveitava para, no sítio certo, questionar o Executivo sobre a seguinte questão, que tem a ver com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Eu andei a sondar, e o que apanho no Portal do Município é um Plano de 2009, e depois apanhei várias notícias sobre a reunião da Comissão Municipal de Defesa, para discutir o Plano Operacional de Pombal. Do que vi da Legislação, apurei – e peço desculpa se não for assim – que os Planos têm a validade de cinco anos, e que, portanto, este Plano de 2009 devia ter sido renovado e aprovado pelo ICNF. Não tenho a certeza se será assim, e era essa a pergunta que eu queria fazer, como é que estamos em termos de Plano – se está aprovado, se não está, se é preciso fazer alguma coisa, o que é que se passa.*

*Para além disso, queria aqui trazer dois assuntos que me pediram para transmitir, relativamente à iluminação das zonas que têm sido – e ainda bem – cada vez mais usadas para a prática de desporto, nomeadamente à noite, que tem a ver com o acesso que vai do campo de ténis até em frente à piscina. Há muitos grupos que vão correr à noite para essas zonas, e queixam-se de falta de luz, assim como depois no acesso ao castelo, e fazem uma coisa interessante, que é depois descer a escadaria à noite, onde também não tem havido luz. Saber se é por acaso, se é intencional, o que é que se passa.*

*E peço uma vez mais desculpa, mas tenho que fazer mais um pedido, Sra. Vereadora, relativamente ao Osso da Baleia. Sei que está preocupada com o início da época balnear, mas também acho que a praia cada vez mais é utilizada para além desse período da época balnear, e pedir se era possível, no mínimo, o básico: uma fonte de água para que possa ser utilizada, esperando que não sejam vandalizadas, como é vossa preocupação.”*

**João Coucelo**, cuja intervenção se segue:

*“A minha intervenção é apenas para me congratular pelo facto de ter sido adjudicada a rotunda do chamado Alto do Cabaço, que irá fazer a ligação do IC2 à Estrada Nacional 237 desclassificada, e que foi adjudicada por quase oitocentos mil euros (800.000€) – setecentos e noventa e três mil euros (793.000€). Todos nós sabemos que esta é uma obra importantíssima sob todos os aspetos, não apenas para o Concelho de Pombal – esta obra não é apenas a valorização da entrada norte da cidade de Pombal; é uma obra importante para todo o país, pela importância que tem o IC2, neste momento, como eixo viário de utilização intensiva.*

*Portanto, a Câmara Municipal assumiu, e muito bem, a responsabilidade de levar por diante a realização desta obra, que tardava, que foi alvo de inúmeros pedidos junto das diferentes entidades (desde a extinta JAE a todas as outras que se seguiram, com as várias designações possíveis e imaginárias), mas que nunca consideraram prioritária a intervenção numa zona de elevadíssima sinistralidade como era aquela entrada norte. Eu só queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se, efetivamente, a obra – que tem, penso eu, um prazo de conclusão na ordem de um ano – se é, efetivamente, para iniciar em maio, junho, se se mantêm os prazos previstos com a empresa (que até é da região de Leiria) que ganhou o concurso, e eventualmente nós todos iremos sofrer alguns constrangimentos relativamente ao trânsito naquela zona durante*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*um espaço tão alargado de tempo, mas penso que vale a pena sofrer essas contrariedades durante a execução da obra, pela importância que ela tem.*

*Parabéns à Câmara Municipal.”*

**Vítor Gomes**, que usou da palavra como se transcreve:

*“Eu começava com uma nota – que não tinha reparado nisso, agora é que um colega meu aqui me chamou à atenção – que tiraram dali uma fotografia que eu, realmente, estava farto de ver; mas, substituí-la pelo castelo, quer dizer, não sei, o Marcelo ainda não teve tempo de mandar a cópia. Era só uma nota, em tom de brincadeira.*

*Eu vou aproveitar a minha intervenção para falar aqui sobre alguns pontos, e vou começar pelas comemorações do 25 de abril. Não sei se a todos dirá o mesmo que me diz a mim, mas a mim, o 25 de abril diz-me muito, apesar de não ter, infelizmente, estado presente no continente nessa altura (estava em missão de soberania nas Ex-colónias, num sítio onde Judas perdeu as botas; mas alguns de nós que aqui estão passaram por lá também, sabem como é que isso é). Eu falo sobre o 25 de abril: esta cerimónia no dia 25 de abril, aqui no Município, veio aos poucos a perder algum significado. Eu acho que é pena, porque nesse dia, quase todas as forças políticas tinham intervenções aqui, fazia-se uma Assembleia com alguma dignidade, e para além disso, depois podem-se provocar os eventos que pretenderem. Mas, acho que no 25 de abril não comemoramos só o derrube de uma ditadura; celebramos também a liberdade, que é uma coisa que, pelo menos para mim, é cara, e é bom que todos nos lembremos do que foram, para quem tem memória, os tempos passados. É uma sugestão para o Município, e nós entendemos que essa cerimónia deve ser pelo menos reavaliada e pensada, talvez noutra forma.*

*O outro assunto que me traz aqui: há dias, aqui há uma semana, ou duas, recebi um telefonema de um familiar meu, emigrado, que estava preocupado porque não tinha recebido ainda aí a carta para pagar o IMI. “Está descansado, eu vou tratar disso, vou saber o que é que se passa.” Fui às Finanças saber o que é que se passava, e fui informado de que o senhor estava isento. E a justificação, isento por quê? Porque qualquer pessoa que tenha rendimentos, ou que declare rendimentos inferiores a oito mil euros (8.000€) anuais, e que tenha uma propriedade com valor inferior a cinquenta mil euros (50.000€), automaticamente fica isento. Ora, o que é que isto vai trazer ao Concelho de Pombal (sobretudo ao Concelho de Pombal)? Eu não sei quanto é que representa a contribuição do IMI para as contas da Câmara, mas o nosso concelho é um concelho em que praticamente mais de metade do património está nas mãos de pessoal emigrado. E se os emigrantes, porque não declaram cá os seus impostos, estão todos isentos, quer dizer que a Câmara vai levar um corte substancial nas suas receitas, para além de ser (penso eu) uma situação de injustiça relativamente aos cidadãos residentes. Eu não estou a ver um cidadão francês, ou alemão, ou holandês, a trabalhar na América, a ter património na França, e não pagar impostos sobre o seu património. Património é património; quem ficará isento – e acho que até deve haver pessoas que fiquem isentas, que não possam pagar, mas essas, sim, justificariam a sua falta de financiamento para não pagar, para a isenção. Acho que é uma situação de injustiça, e acho que isto devia ser revisto. Não sei quem é o pai desta situação, mas seja quem for, deve ter estado a dormir quando pensou nisto. Portanto, isto relativamente ao IMI.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Eu queria falar outra coisa, que me incomoda a mim, e já alguns cidadãos vieram ter comigo, que também os incomoda a eles: a Feira do Arnado é um espaço que, penso eu, é de todos os cidadãos Pombalenses, e que duas vezes por semana os feirantes ocupam aquele espaço para fazer os seus negócios – o que eu acho muito bem, não é isso que está em causa. O que está em causa é que quando eles abandonam o local, aquilo é uma lixeira a céu aberto. Eu não gosto de sujar a minha casa, e muito menos gosto que os outros a sujem; e aquela casa também é minha, não é só deles. Eu acho que era tempo de a Câmara chamar os comerciantes que ali fazem os seus negócios à razão, chamá-los à razão e, primeiro, fiscalizar, não permitir que eles façam, ou que tenham esse tipo de atitudes, porque aquilo é inaceitável. Agora, a água do rio ainda passa, ainda leva as caixas e os papéis das caixas de sapatos, mas quando chegar ao verão, fica estagnado, fica tudo ali. Eu já passei por algumas feiras no estrangeiro, e quando o pessoal abandona o lugar, os feirantes deixam tudo limpinho, não fica lá um papel no chão. Portanto, isto é uma questão de chamar os feirantes à razão, fiscalizá-los, coimas, e em último caso, se não se porta bem, vai vender para outro lado. É o que a Câmara tem que fazer, penso eu. Isto é uma sugestão que eu faço à Câmara.*

*Tenho aqui também algumas situações de trânsito. Há uma situação que eu verifico todos os dias, infelizmente. Eu venho ali da Melga, e passo todos os dias ali em frente ao antigo Posto da Polícia, junto à Rua do Seixo. Todos os dias, a todas as horas, passam ali idosos, mulheres com bebés, com carrinhos de bebé, com crianças pela mão, a atravessar aquela estrada ali. Uma criança é sempre suscetível de saltar da mão e, de um momento para o outro, acontece um acidente, porque essas coisas são imprevisíveis. Não seria tempo de pensar (a Câmara) em construir ali uma passagem pedonal desnivelada para que as pessoas que se deslocam da Rua do Seixo para Pombal possam passar, ou fazer aquela travessia em segurança? Passadeira no chão não resulta, porque ali é impossível pôr uma passadeira; mas, uma passagem desnivelada é perfeitamente possível, a Câmara não fará isso com muita despesa, não será muito cara. É uma questão de ver isso, e ver se há possibilidade de fazer isso, que seria muito triste amanhã assistirmos a uma situação calamitosa naquela área.*

*Em relação ainda ao trânsito, falei aqui, numa das últimas Assembleias, sobre aquele MUPI da avenida, há aqui dois MUPI's daquela natureza luminosa em Pombal. A situação mantém-se na mesma. Tem que ser mesmo assim, ou não há possibilidade de regular a luminosidade daquilo? Não sei se já alguém viu isso. Foi numa das últimas Assembleias.*

*Querida também perguntar ao Sr. Presidente se já foi feita a reavaliação do sentido de trânsito na Rua 1.º de Maio, agora que o Centro de Saúde está a acabar as obras.*

*E só mais uma perguntinha, para finalizar: aqui há duas Assembleias atrás, eu pus aqui uma questão ao Sr. Presidente, relativamente à situação dos empresários da sucata, e às sucateiras, e qual era a situação disso. O Sr. Presidente ficou de me dar resposta, que não tinha na altura. Deixei passar a próxima Assembleia, não sei se já tem alguma resposta, agradecia se tivesse, para mim ou para a Assembleia, que a questão foi colocada aqui.”*

**Maria Ofélia Moleiro**, conforme se transcreve abaixo:



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*“Hoje, as minhas palavras, gostaria que se dedicassem ao empreendedorismo, um tema que parece ter-se tornado “light motif” da estratégia económica desta Câmara Municipal. E por isso, destaco três acontecimentos que relevo com grande importância. Um diz respeito aos jovens, ao empreendedorismo jovem e à criatividade. A Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria lançou o Programa de Empreendedorismo nas Escolas 2016; a Câmara Municipal de Pombal inseriu-se nesse programa, lançou um concurso municipal de ideias, apresentaram-se oito projetos de alunos das nossas escolas, do ensino secundário, e venceu um projeto apresentado por alunos da ETAP, uma ideia – eu, que não sou motard, achei absolutamente... e nós temos aquele deputado motard, que provavelmente está muito entusiasmado com esta ideia – que é um Smart Motard Jacket, um blusão para motard equipado com dispositivo LED sem fios, que permite a quem vai atrás ver nas costas do condutor o pisca para a direita, pisca para a esquerda e as travagens. E eu reputo isso de uma criatividade enorme, e sobretudo de uma utilidade para a segurança rodoviária muito grande. E penso que deveria merecer um investidor. E por isso, a minha primeira questão para o Sr. Presidente da Câmara tem a ver com esta ideia: já tem esta ideia registo, já se registou a patente, já há alguma formalização de patente? Já há interessados em transformar a ideia em negócio? Esta é a questão acerca do empreendedorismo juvenil e educativo.*

*Mas, a Câmara, nestes últimos tempos, também tem dedicado muito do seu tempo e da sua estratégia económica ao lançamento das nossas empresas internacionalmente. E uma das atividades foi reunir com empresários para os lançar para a América Latina, e isso foi feito com o Instituto para a Promoção e Desenvolvimento para a América Latina, e a outra é trazer empresários franceses e levar empresários portugueses a Biscarrosse. Isto alargará o âmbito de uma geminação que tem sido essencialmente cultural e de intercâmbio escolar, e portanto, será importante para o desenvolvimento da nossa economia. E a propósito disto, só duas questões: gostaria de saber quais os setores que se mostraram mais dinâmicos para estas trocas comerciais, quer em Pombal, quer em Biscarrosse, quer na América Latina, e quais os próximos passos de internacionalização para a América Latina.”*

**Odete Alves**, cuja intervenção se segue:

*“Neste ponto, cumpre-nos essencialmente questionar o Sr. Presidente da Câmara acerca do ponto de situação de vários assuntos – que alguns deles já trouxemos aqui, mas que queremos saber como é que estão estas situações. E vou começar pela Freguesia do Carriço, e por perguntar como é que está o aproveitamento turístico da Casa da Guarda do Norte, e também para quando está previsto o Parque de Campismo do Osso da Baleia.*

*Dizer também que finalmente tivemos conhecimento de que as obras do Centro de Saúde estão a terminar, prevendo-se que entre em funcionamento mesmo agora no mês de maio. E perguntamos se, neste momento, a esta altura, é já possível quantificar o valor global dos prejuízos que o Município teve com estes atrasos nesta obra, incluindo também a participação que foi perdida dos fundos comunitários; e também saber qual é a expectativa do Município no reembolso destes valores.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Também saber como é que está a evolução das conversações acerca da construção do nó de ligação da IC2 à A1, na zona Barracão / Meirinhas.*

*Dizer também que sabemos que existe um projeto que aponta para a cedência de uma casa, que está situada em frente ao Pavilhão da Caldeira, ao Núcleo Sportinguista de Pombal, que parece que já foi assumido pelo Município, mas temos conhecimento de que o Rancho Típico de Pombal está instalado também nesse local. Perguntamos, por isso, se já está prevista a deslocalização do Rancho Típico para um outro local, e para quando o desbloquear desta situação.*

*Dizer também que aproximam-se as peregrinações a Fátima, já é possível vermos muitos peregrinos pela estrada fora. Sabemos que é hábito do Município acolher esses peregrinos nos pavilhões desportivos, e perguntamos se já estão acautelados os treinos e os jogos que decorrem habitualmente nesses pavilhões, se estão garantidos já os locais para onde depois possam fazer esses treinos – se já foi feito esse planeamento, no fundo.*

*Depois, dizer também que na sequência até da reportagem que passou na televisão, patrocinada pelo EPIS, gostaríamos também de perguntar – é certo que o Sr. Presidente tem na sua informação alguns dados, tem também nas próprias contas, são apresentados alguns dados, mas do ponto de vista prático propriamente dito, ficamos sem perceber muito bem que impacto prático é que isto já teve na vida das crianças sinalizadas. Ou seja, queremos saber se essas crianças estão a ser acompanhadas, por quem, se a Câmara disponibiliza técnicos para o exercício dessas funções; que meios é que o Município está a facultar a estas crianças para acompanhar estas situações; perguntar também quantos técnicos, ou quantas pessoas da Câmara é que estão envolvidas, ou que estão ao serviço do EPIS; quanto é que a Câmara já gastou, ao todo (mais ou menos), neste projeto – porque só assim é que poderemos também avaliar se, de facto, faz sentido, ou não, o dinheiro investido neste projeto, e se isto depois tem aplicação prática e resolve, efetivamente, os problemas das pessoas, até porque até há muito pouco tempo sabemos que havia apenas uma terapeuta da fala, no universo do Agrupamento, para cerca de oitenta crianças, e que havia muitas crianças que estavam numa espécie de fila de espera para poder ter acesso a essas consultas. E portanto, se calhar até seria mais vantajoso o Município reforçar essas equipas, pagando, ou contratando técnicos especializados para essas equipas, do que gastar este dinheiro todo neste projeto. Portanto, é isso que nós também queremos perceber: não estamos a pôr em causa o projeto, mas gostávamos de perceber melhor o impacto financeiro que tem, e também, depois, do ponto de vista prático, a sua aplicabilidade.*

*E gostávamos de terminar, lançando aqui um desafio ao Executivo para que no próximo Dia Mundial da Criança sigam os exemplos de alguns Municípios aqui à volta, e que organizem um grande evento, de âmbito concelhio, para as crianças, não só para o convívio e a alegria que pode ser proporcionada às crianças, mas também para sensibilizar todos, crianças e pais – e no fundo, toda a comunidade – para os direitos das crianças.”*

**Ricardo Ferreira**, com o seguinte teor:

*“De facto, numa semana marcada pelo tema em volta da liberdade, o CDS pretende hoje também trazer aqui o tema da liberdade, mas a liberdade de escolha, no caso das famílias e dos alunos,*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*sobre o ensino que pretendem. E traz hoje aqui uma moção, que vou passar a ler. O título da moção é “Pela defesa do trabalho efetuado pelo ensino particular e cooperativo”.*

*“O CDS aproveita este momento da Assembleia Municipal de Pombal para colocar em cima da mesa o debate sobre o papel das instituições do ensino particular e cooperativo na educação.*

*Pombal tem uma longa história no que diz respeito ao ensino não estatal, que presta serviço público de educação. No nosso concelho, existem quatro escolas que não sendo do Estado, nasceram e cresceram em zonas onde não existia qualquer oferta de ensino da propriedade do Estado. Durante anos, fizeram um caminho de crescimento e fortalecimento da educação, funcionando de forma gratuita para os alunos, graças a um contrato de associação estabelecido com o Ministério da Educação. Ou seja, embora sendo escolas privadas, prestam ensino público.*

*É unânime que o trabalho desenvolvido por estas escolas é de qualidade, e está plasmado nas palavras de apoio que recebem dos pais e encarregados de educação, mas também das várias entidades existentes nas freguesias das quais provêm os seus alunos.*

*O CDS considera que as escolas privadas são também ensino público. Acreditamos na autonomia das escolas e na liberdade de escolha das famílias do tipo de ensino que querem para os seus filhos.*

*Com a atual equipa governativa, foi declarado um ataque a este sistema de ensino. O que serviu para colmatar a falta de oferta do Estado durante muitos anos é agora ignorado e atacado. A frequência destas escolas fica agora limitada aos alunos residentes na respetiva área geográfica – ou seja, na respetiva freguesia. Só serão autorizadas novas turmas no quinto, sétimo e décimo ano, se não existir vaga numa escola do Estado em Pombal.*

*Depois de ter sido realizado o primeiro concurso público para a atribuição de turmas, que dava a estabilidade de três anos a estas escolas para se organizarem e prepararem o futuro, o atual Executivo vem agora defraudar essas expectativas. Este é um ataque de morte ao ensino particular e cooperativo, e que poderá levar à extinção de muitas dessas escolas, com conseqüente prejuízo aos alunos, às famílias e à comunidade, bem como o desemprego para professores e funcionários.*

*O Governo pretende assim acabar com a liberdade de escolha dos alunos, criando enormes prejuízos para o seu percurso educativo, e obrigando a transferências em massa para outras escolas, que mesmo não sendo a primeira escolha, não são muitas vezes em áreas geográficas acessíveis. Estão em causa dezenas de postos de trabalho, de docentes e não docentes, podendo no limite levar ao encerramento dos estabelecimentos de ensino, por falta de viabilidade financeira.*

*É, em suma, todo o concelho que fica mais pobre e com mais desemprego, mas são especialmente as respetivas freguesias que perdem parte do seu dinamismo. Está em causa muito mais do que uma deslocação de alunos; é toda uma comunidade que é atacada.*

*Não podemos aqui deixar de alertar, então, todas as forças políticas para este cenário que se nos apresenta como demasiado grave para o nosso concelho.”*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Este foi um ponto que quisemos acrescentar a esta Assembleia Municipal, e que deixamos aqui o compromisso de que através dos nossos deputados na Assembleia da República, iremos bater-nos para que estes projetos educativos tenham futuro, e evitar o ataque a toda uma comunidade.*

*Portanto, esta moção tem como objetivo que a Assembleia Municipal delibere sobre os seguintes pontos:*

- “1. Que em nome da estabilidade, previsibilidade e confiança no Estado, seja respeitado o concurso público realizado no ano de 2015, dando condições para que as escolas funcionem normalmente até ao fim do prazo definido nesse concurso;*
- 2. Um voto de solidariedade a toda a comunidade educativa dos colégios existentes no nosso concelho;*
- 3. Que seja dado conhecimento desta moção aos diversos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, ao Sr. Primeiro Ministro e ao Sr. Presidente da República.”*”

**Jorge Neves**, cuja intervenção se segue:

*“Fez há poucos dias quarenta e dois anos, de facto, que se lutou, e que se fez a revolução que ficou conhecida pela “Revolução dos Cravos”, que veio trazer a liberdade de expressão, que veio trazer as nossas diferenças – hoje estamos aqui quatro grupos políticos diferentes, até aí não era possível. Há dois anos, de facto, acabou-se com a cerimónia solene, que o PCP foi contra, mas isso, a Câmara comemora o 25 de abril como entende. E este ano, estava muita coisa bonita e bem feita. Nós achamos que a cerimónia solene devia continuar a existir, mas isso, a Câmara decidirá.*

*Mas, o 25 de abril não trouxe só isso, não trouxe só a expressão de liberdade; trouxe direitos de trabalho também. E é isso que está a ser atacado; já de há uns anos para cá, nós estamos a ter recuos. E é nesse sentido que eu tenho aqui uma pergunta para o Sr. Presidente da Câmara. O Concelho de Pombal concentra talvez milhares de trabalhadores precários, na sua maioria jovens que ocupam posto de trabalho efetivo, mas que têm um vínculo de trabalho precário, que consagra a ausência de direitos e baixos salários, transformando a vida dos jovens numa instabilidade permanente, destruindo sonhos e perspetivas de futuro – ou seja, um inferno, a vida deles, ao fim e ao cabo, destes jovens. Sabemos que existem na Autarquia também largas dezenas de trabalhadores que estão nestas condições – ou a contrato, ou a recibos verdes, que é outra maneira de não haver estabilidade. Portanto, a pergunta para o Sr. Presidente da Câmara é: quantos trabalhadores a Autarquia tem nestas condições, e em que áreas efetuam o seu trabalho. Consagrou também outras coisas, a qualidade de vida, e que tem a ver, por exemplo, com a rede de saneamento básico, e que já aqui na última Assembleia deixei uma recomendação à Câmara, e agora queremos voltar a falar nisso, porque andámos pelo concelho, e andámos a ver umas obras – ali, por exemplo, no Degolaço, em que fizemos uma pergunta à Câmara de Pombal, que respondeu, e que resolveu o problema – e ainda bem, porque aquelas obras não iam resolver o problema das pessoas que lá vivem; iam obrigar a bombas, aquela gente a meter bombas. E a Câmara respondeu, e ainda bem que retificou. Mas, apercebemo-nos que no resto do concelho, existem muitas obras que têm saneamento básico, mas depois, as pessoas, para ligar, de facto, têm dificuldades, porque as obras não foram bem projetadas.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*A recomendação que nós queremos deixar é que haja um estudo efetivo, de maneira a que as pessoas, para ligar, não tenham que meter bombas, porque meter bombas é mais dinheiro para essas pessoas: é comprar a bomba, são custos com energia constantes, para além de que a bomba tem durabilidade, e têm que se comprar, e são caras. Portanto, sabemos também que há alguns casos em que tem que ser assim, mas não pode ser toda uma rua, e a maioria das casas, ou uma grande parte das casas. Portanto, fazer com que essa construção seja feita de maneira a que a maior parte das pessoas possa ligar por declive, sem ser preciso.”*

**Pedro Pimpão dos Santos**, cuja intervenção se segue:

*"Em dois minutos, eu vou tentar fazer a minha intervenção, e tentar contextualizar aquilo que é uma preocupação da comunidade educativa no país, e sobretudo no nosso concelho. E por isso é que apresentamos uma moção, que entregaremos na Mesa, e que também já foi entregue aos outros Grupos Parlamentares. Mas, em virtude de só ter dois minutos, se eu lesse a moção, acabava-se o tempo.*

*E portanto, dizer que o que está em causa, no nosso concelho e no nosso país, não é a reorganização da rede escolar, das escolas do ensino particular e cooperativo com contratos de associação, não está em causa o reequilíbrio das contas públicas, porque esse é um esforço que esses estabelecimentos de ensino têm cumprido ao longo dos anos, e que têm que cumprir, tal como todas as entidades que estão no perímetro do Estado, e usam e usufruem de recursos públicos para o serviço que prestam – não é isso que está em causa; o que está em causa é o princípio do fim dos contratos de associação nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo. E para quem como nós, em Pombal, reconhece – na Redinha, nas Meirinhas, em Albergaria dos Doze, no Louriçal, e nas freguesias limítrofes – a importância que estes estabelecimentos de ensino têm nas próprias dinâmicas económicas, sociais, culturais, desportivas, etc., destes territórios, não pode ficar indiferente.*

*E é por isso que apresentamos uma moção, em função da situação que se encontra no âmbito deste setor educativo, uma vez que o despacho da Secretária de Estado Adjunta e da Educação veio estipular – nas regras de financiamento e no financiamento das turmas, e do número de alunos – veio estipular que nas transições de ciclo, não podem haver renovações de matrículas nesses estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, pelo que eu, se tiver o meu filho no sexto ano, a estudar nas Meirinhas, e se morar em Pombal e trabalhar nas Meirinhas, eu não posso inscrever o meu filho no sétimo ano na mesma escola das Meirinhas; tenho que interromper o projeto educativo do meu filho, tenho que interromper o projeto educativo, e isto cria instabilidade social e pedagógica na vida de muitas centenas de pessoas do nosso concelho. E é por isso, Sr. Presidente, que eu acho que a Assembleia Municipal não pode ficar indiferente a esta situação, porque se reconhecemos o mérito de quem há quarenta anos desbravou caminho para criar condições para que em todo o concelho pudesse haver oferta de qualidade de educação, do ensino, que é o fator mais decisivo para a evolução do nosso território, nós não podemos ficar indiferentes a esta situação.*

*E por isso, Sr. Presidente, entregaremos a moção, e apelamos a todos os membros desta Assembleia Municipal que, independentemente das cores partidárias, que independentemente das*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*proveniências do território, se associem a esta causa, porque isto é uma causa de todos, porque está em causa o futuro dos nossos filhos, e está em causa o futuro do nosso concelho.”*

Nesta altura o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu às interpelações, como se segue:

*“Eu queria começar, antes de mais, por recordar o antigo Presidente da Junta de Freguesia de Vermoil, também avô de um membro desta Assembleia, que ainda tive ocasião de conhecer nas suas funções até 1989, e que creio que, pelos serviços que prestou, e apesar de não ser sequer eleito pelo PSD, merece aqui uma nota de recordação e de saudade, bem como a extensão à respetiva família e à Freguesia de Vermoil, do seu esforço, do seu trabalho, em prol de todos.*

*Depois, saudar os Srs. Deputados que aqui estão pela primeira vez, nomeadamente o Sr. Abílio Fernandes, da Redinha, na Bancada do Partido Socialista, e todos aqueles que nesta correspondência da Assembleia Municipal àquilo que foi a proposta da Câmara, para que aqui pudéssemos disponibilizar os meios tecnológicos para que, também em casa, tivessem ocasião de acompanhar a evolução da Assembleia Municipal e, de facto, corresponder à intenção de transparência das decisões, da construção das políticas, das prioridades que também são aqui identificadas, e que procuramos que correspondam verdadeiramente àquilo que os cidadãos precisam, que nós, em conjunto, temos que ultrapassar.*

*Queria agradecer as palavras do deputado Henrique Falcão sobre esta parceria. Eu creio que, de facto, a estrutura orgânica que concebemos para a Feira da Floresta foi uma grande parte do segredo do sucesso, a intervenção da Copombal, dos produtores florestais, da ADILPOM, do Município, acho que foi uma condição essencial para que tudo corresse da melhor forma possível.*

*E quanto à questão que coloca, do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, de facto, é verdade: apesar de a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, onde estão aqui também representantes das Juntas de Freguesia, nomeadamente o Sr. Presidente da Junta de Vermoil, que representa, por eleição nesta Assembleia, e o Presidente da Associação de Produtores Florestais, pese embora a unanimidade da comissão – porque, como sabem, o ICNF participa na comissão, mas o seu membro não vem mandatado para aprovar o documento – o Instituto de Conservação de Natureza e Florestas entendeu que a interpretação jurídica que devia dar a uma norma, que na alteração que se fez à Lei n.º 124/2006, que determina as distâncias de edificação aos limites das propriedades florestais, entendeu que a redação, apesar de dizer que se não houver um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, devem ser respeitadas a implantação das instalações a cinquenta metros do limite da propriedade, entendeu concluir, por uma norma interna, que em qualquer circunstância teria que haver cinquenta metros de distância à extrema, porque essa era a única garantia que podia assegurar ao proprietário a sua obrigação de manter, nos termos do n.º 124, a limpeza da floresta à volta da sua casa. Eu não creio que o Legislador tivesse tido esta intenção, porque não foi isso que o Legislador inscreveu na norma, e não foi isso que os pareceres jurídicos que solicitámos nos confirmam.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Para além do mais, entendo que o esforço que o Município de Pombal tem feito em múltiplas áreas – e que a Assembleia também tem participado – nestas matérias da floresta, nos remete para uma discussão sobre se, de facto, nós queremos uma floresta abandonada, desabitada e sem interesse, ou se, pelo contrário, queremos – como, aliás, é característica do nosso concelho – uma floresta vivida, participada, onde, de facto, é possível existir uma coexistência entre a parte florestal e a parte habitacional. Houve sistematicamente negação, e até dificuldade de podermos aceder a outros níveis de contato com o ICNF para podermos ter uma discussão de outra índole sobre este assunto. E portanto, como para além de não termos o nosso Plano Municipal de Defesa da Floresta aprovado – porque ele foi rejeitado pelo ICNF, que tem esse veto de possibilidade – deixe-me dizer-lhe também que também não há Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios aprovado, e também já devia ter sido revisto, e não foi. Apesar disso, há o chamado Plano Operacional Municipal, que é aquele que disponibiliza o conjunto de meios que estão prontos a fazer intervenção se forem necessários, e os mecanismos de prevenção. Aliás, na última Assembleia celebrámos os termos dos acordos de colaboração para que as freguesias alarguem a sua capacidade de intervenção, para além da complementaridade daquilo que já é feito, no caso das limpezas feitas pelo Município, entre outras medidas.*

*E portanto, como estávamos perante uma intransigência do ICNF relativamente a uma interpretação jurídica, eu determinei o acionamento judicial do ICNF para que, em sede judicial, se apure qual é a interpretação da norma que deve presidir à elaboração e à aprovação dos planos; se, de facto, é uma impossibilidade, havendo uma negociação local, haver condições de edificar a menos de cinquenta metros à extrema – e eu quero aqui recordar-vos que nós começámos a ter, em 1995, um Plano Diretor Municipal que determinava (...) e cinquenta metros à extrema, e na alteração de âmbito limitado que fizemos no princípio dos anos 2000, conseguimos reduzir essa distância para vinte metros à extrema, matéria que, aliás, ficou no PDM, sujeita ao novo Plano Diretor Municipal. E portanto, eu não posso ficar convencido com os argumentos, até porque eles não são argumentos jurídicos válidos, a informação jurídica de que dispomos, de vários consultores, não vai nesse sentido, e portanto, estamos sem Plano, não porque não o temos, não porque não o aplicamos, mas sim porque o ICNF entende que ele não pode ser aprovado. É evidente que isso nos tem privado de aceder a fundos comunitários e a outros, e eu já tive ocasião de dizer a alguns dirigentes do ICNF que vamos depois, tendo razão, acionar o ICNF pelos prejuízos que nos têm sido causados pela impossibilidade de podermos financiar intervenções, equipas de sapadores e afins, por esta razão. Eu tive ocasião de já falar disso com a Sra. Secretária de Estado, já tinha, também no anterior Governo, suscitado esta matéria diversas vezes, e portanto, este é o ponto de situação relativamente à revisão do Plano. O Plano foi revisto, foram ouvidas as entidades, foi aprovado no órgão próprio, foi remetido para o ICNF; o ICNF não partilha deste entendimento jurídico, fez finca-pé, e nós tivemos que ir para a via judicial, que é aquela que está ao nosso alcance.*

*Segunda questão, sobre a iluminação: nós, como sabe, estamos a fazer uma intervenção de requalificação na frente ribeirinha, entre o campo de ténis e a piscina, e isso tem uma revisão da iluminação pública, porque, de facto, não era boa, e creio que isso fica tratado. E como sabe, no*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*castelo, a iluminação que existia era meramente nas escadas. E portanto, foi encomendado um projeto para podermos ali ter outro tipo de iluminação, não só porque aumenta os níveis de segurança – aliás, não foi matéria que, à data da aprovação desse projeto, não foi chamada à atenção, é verdade, mas não conseguimos desenvolvê-la.*

*Em termos da proposta do Osso da Baleia, de facto, existe um chafariz, nem sempre está em condições de funcionar. No verão, temos aquele lava-pés que funciona, mas como sabem, infelizmente, é um sítio que ainda se presta a muitos atos de vandalismo, e onde frequentemente o próprio património municipal mais elaborado, nomeadamente a instalação de apoio balnear, é vandalizada. E portanto, temos que ter aqui alguma ponderação nas características dos equipamentos, porque, infelizmente, há muito prejuízo.*

*O Dr. João Coucelo deixou-nos aqui uma questão sobre o início das obras na rotunda do Alto do Cabaço. Já foi visado o contrato, na próxima quarta-feira há uma reunião de arranque de obra, e nós esperamos, de segunda-feira a oito dias (dia 9 de maio), iniciar os trabalhos, que evidentemente começam pela construção do muro de suporte na zona mais baixa, encostada à linha de caminho de ferro. E evidentemente que os dez meses que a obra durará, à partida, aquilo que nós vamos ter que assegurar é uma minimização, sob o ponto de vista rodoviário, nos meses de maior pico, nomeadamente os meses de julho e agosto, de maneira a que os trabalhos possam correr da melhor forma possível. À partida, apenas passaremos julho e agosto – porque os dez meses, à partida, permitem-nos que a obra esteja pronta, se calhar, em março do ano que vem – e este ano vamos ter que o fazer, até porque admito que não haja nessa altura, se calhar, ainda muitos trabalhos para fazer na faixa de rodagem. Portanto, é um trabalho que tem que ser visto da forma mais adequada, em função do andamento dos mesmos trabalhos.*

*Sobre a intervenção do Sr. Deputado Vítor Gomes: de facto, a fotografia do Presidente da República, uma vez que a condição era de Presidente da República, não sendo, não está. Mas, eu creio que muitos de nós terão visto numa edição do Público, de há umas semanas atrás, o Presidente da República a olhar, por acaso, as fotografias, e estava no chão a escolher aquela que provavelmente ele vai depois remeter para o Município. E portanto, achei que, apesar de tudo, ficaria ali melhor o castelo do que o prego. E portanto, essa foi a razão por que o fizemos.*

*Sobre as características das comemorações: nestas três comemorações que, enquanto Presidente, a Câmara realizou, nós tivemos uma dessas edições que contou com o Conselho Municipal da Juventude, e que deu um conjunto de contributos para melhorar o nosso trabalho; tivemos, no ano passado, a Assembleia Municipal, que também fez essa proposta. E eu quero aqui recordar que não foi o Presidente da Câmara que acabou com a Sessão Solene; os Partidos, reunidos, entenderam que o formato da Sessão Solene, no formato que era conhecido, já não convidada, e não tinha esse significado. E portanto, não é o Presidente da Câmara que acaba com a Sessão Solene, até porque como os senhores bem sabem, em muitos sítios há realizações de Assembleias Municipais intencionalmente no 25 de abril, para o celebrar, e temos esse motivo concretamente definido. Essa liberdade de escolha, e de celebração, ela tem sido ampla – aliás, os exemplos de participações, dos contributos e das diferenças dos diversos participantes e convidados, parece-me ser evidente relativamente a isso. E portanto, acho que, de facto, temos que puxar pela*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*cabeça, ser criativos, perceber que há formatos que convidam mais as pessoas. Eu acho que, este ano, esta circunstância de termos convidado as IPSS's para desenvolverem um cravo com um metro e meio de altura foi muito positiva, porque envolveu várias gerações e pôs as pessoas a fazer trabalhos que também embelezam o nosso jardim, assim como a circunstância de termos aqui a apresentação de um livro, de características diferentes, apesar de tudo, do que tinha sido apresentado no ano passado, sobre o Capitão Salgueiro Maia, mas isso tudo vai também das características das pessoas que convidamos, da forma com que se exprimem, das histórias mais engraçadas que nos cativam e que nos prendem. E portanto, eu agradeço essa experiência que todos possam trazer para a organização, as sugestões, porque nós precisamos também desse apoio.*

*Sobre as questões do IMI: esta norma do IMI não é nova. Na aprovação do Código do IMI, em 2003, já constava um regime em que quem tivesse – eu julgo que era um rendimento inferior a dez IAS / ano (não sei se eram dez, se eram doze, mas era mais do que dez, dez ou mais), não estava sujeito ao pagamento de imposto. Aliás, há cinco anos atrás, o Município apresentou à Autoridade Tributária um pedido de esclarecimento – que, aliás, já o comentei aqui – sobre os motivos que justificaram, nessa data, a existência de noventa milhões de euros (90.000.000€) de património imobiliário no Concelho de Pombal que estava isento de pagamento de IMI. Noventa milhões (90.000.000€). E na altura, o valor total do imobiliário de Pombal que estava avaliado ainda não tinha chegado aos mil milhões (1.000.000.000€), o que significa, portanto, que nove por cento (9%) desse património estava sujeito a um regime de isenção. Entretanto, muitas dessas isenções, no quadro da troika, caíram, e espero que esta observação não signifique que exista aqui alguma proposta para aumentarmos o IMI, e para não termos menos receitas. Às vezes, como o novo Governo tenta fazer assim umas habilidades – e já vamos falar disso também daqui a pouco – a minha intenção não é essa; e portanto, o Município vai ter que suportar essas diferenças. É verdade que aquilo que acabou por acontecer, neste pedido de esclarecimento que fizemos à data, houve uma verificação pontual, de facto, dos regimes de isenções, para perceber se, de facto, as pessoas deviam ou não deviam ter essas isenções. Mas, isso acontecerá sempre, e eu creio que, apesar de tudo, o mecanismo está bastante oleado para isso.*

*Sobre a Feira do Arnado, as condições de limpeza, é evidente que isso é uma constante de há muito tempo – já era feito na altura em que era feita no Arnado, foi feito quando passou para a zona da Formiga, voltou a ser para aqui. Houve já várias ações de sensibilização feitas pelos pelouros, a própria fiscalização municipal tem essa missão. Nem sempre – e sabemos que às vezes temos população, um público (neste caso vendedor) um bocadinho mais indisciplinado e menos cuidadoso, e que nem sempre tem essa preocupação. E portanto, é um trabalho para continuar.*

*Quanto à questão da Rua do Seixo, atravessamento: eu habituei-me a ver a inscrição dessa obra no Plano da Câmara pelo menos desde 1989. Foi uma obra que muitas Câmaras, durante muitos anos, ponderaram, e nunca vi nenhuma modificação. E isso nunca deixou de me preocupar. E posso assegurar-lhe que uma das razões por que na alteração da rede do Pombus passou a ser servida a Rua do Seixo foi precisamente para reduzir esse risco, porque sabemos que as pessoas*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*que lá vivem têm alguma idade, e a solução rodoviária mais confortável poderia constituir solução alternativa, até porque é uma intervenção cara, difícil de fazer, e provavelmente com um nível de utilização bastante reduzido, considerando que não conseguimos fazer ali uma rampa, e eu não estou a ver que nós ali consigamos pôr um elevador, nem se justifica essa circunstância, para garantirmos as questões de acessibilidade. Portanto, é um projeto que durante muito tempo foi estudado, andou para trás e para a frente, mas que hoje, creio que a existência de transporte rodoviário (...) mais lenta, e uma coisa é atravessar para o lado do final da Rua de Leiria, outra coisa é vir para o centro da cidade (...) utilizar o autocarro. Mas hoje, os cidadãos têm uma resposta que nunca tiveram em relação à rede de circulação do Pombus.*

*Dos LED's e do MUPI, que aqui apresentou, de facto, pode haver alturas do dia em que pode ser um bocadinho mais impactante. E eu sei do que está a falar, porque eu vivo lá à frente. Depende dos dias, e depende daquilo que está a ser noticiado. Nós agora vamos entrar numa altura mais de verão, vamos ter mais incidência solar, e portanto, provavelmente precisamos de mais intensidade. Vamos ajustando, mas também não temos nenhuma notícia de que alguém se tenha encadeado a olhar para o painel, e que tenha tido alguma situação de perigo.*

*A questão da circulação de trânsito na Rua 1.º de Maio, de facto, é uma matéria que está em cima da mesa, mas como sabe, estamos a fazer já as obras, que já iniciaram na Escola do 1.º ciclo de Pombal, e portanto, nesta altura não se afigura muito adequado. Mas, é uma matéria que nós não esquecemos. Não lhe vou dizer que está bem como está, nem que não se vai mudar; acho que vale a pena porque, de facto, criou-se ali um ponto que, se calhar, não tem a melhor forma possível de funcionar.*

*Sobre a questão das sucatas, eu vou pedir ao Sr. Vereador que lhe possa prestar a resposta, porque em bom rigor, não me recordo exatamente dos termos. Tenho uma ideia de que se prendia com a forma com que a atividade era desenvolvida, o que significa que tem que haver ações de inspeção, verificação de um conjunto de requisitos, nomeadamente das vedações exteriores, dos carros parados à porta, tudo isso, e portanto, obriga a uma ação de fiscalização e ao respetivo relatório.*

*Quanto à intervenção da Dra. Ofélia Moleiro, a primeira questão prendia-se sobre a questão do registo da patente, se havia interessados na promoção do negócio. Eu admito que sim. Aliás, este assunto foi discutido no Conselho de Administração da ETAP; mas, esta ideia é dos alunos, que são os principais responsáveis para a desenvolver. Houve no júri do concurso um membro cá de Pombal que manifestou interesse em investir, e portanto, poder ser um dos financiadores do desenvolvimento da ideia. Mas, esta questão do empreendedorismo também é isso: é termos depois os próprios criadores, não questionados com a sua criação, mas com os modos com que a criação pode, de facto, ter produção, difusão, outros participantes e financiadores, para que o processo possa decorrer de uma forma mais completa. E portanto, acho que nesse assunto, demos aqui um passo muito importante sob o ponto de vista desta promoção do empreendedorismo.*

*Quanto à questão da promoção internacional do comércio local, quer através do Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina, quer de Biscarrosse: nós aguardamos – aliás,*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*está agendada para a última semana de maio – a vinda da Comissão, digamos, mais técnica, operacional, de Biscarrosse e do Governo de Landes, provincial ou regional, precisamente para prepararmos a vinda de empresários franceses cá. Esta iniciativa resultou das conversas que eu mantive com a Câmara de Biscarrosse, quer com o Sr. Presidente da Câmara, quer com o Vereador Camel, que é o responsável por esta matéria, e que já teve uma consequência, sob o ponto de vista da promoção da proteção florestal, com uma visita que foi desenvolvida no âmbito da CIM a Biscarrosse, para conhecer o dispositivo de vigilância, de combate, mas também de gestão florestal que a região e a Merrie desenvolve, e vamos ter essa vinda cá dos nossos homólogos, razão que justificou a realização, neste Salão Nobre, de uma receção às nossas empresas, explicando-lhes precisamente que no âmbito dessa reunião e desse encontro, seguirão pedidos de reunião e de acolhimento por parte dos nossos empresários, para que os empresários franceses possam conhecer, nas matérias que sejam também de interesse recíproco, os nossos parceiros, e podermos ter aqui algum tipo de estimulação.*

*Estamos ao mesmo tempo a celebrar – e esse protocolo foi já remetido para França – os termos da cooperação da promoção turística de Pombal em França, e de Biscarrosse em Pombal, assim como o reforço do intercâmbio educativo para que as nossas crianças tenham aqui uma relação mais profícua e mais regular com os nossos parceiros franceses. O mesmo aconteceu com esta relação com o IPDAL, em que foram apresentadas as características que a visita que o Instituto está a promover à América Latina (à Colômbia, em concreto), apresentada ao conjunto dos senhores empresários (a cerca de quarenta e cinco), e agora é uma avaliação individual de cada um, porque há despesas, e há um plano que tem que ser concebido. E eu espero que haja consequência prática dessa atividade. E portanto, estes são também os próximos passos daquilo que temos, porque é um caminho que estamos a desenvolver, e felizmente que estamos em várias frentes – europeia e sul americana – com diversos interlocutores. Posso-lhe dizer que, por exemplo, no âmbito deste contato com a Merrie de Biscarrosse, a AICEP já nos contactou, precisamente entusiasmada para poder acompanhar esta missão, porque conheceu, pela via diplomática, e pela Associação de Cooperação Franco-Portuguesa, de Comércio Franco-Português, a nossa iniciativa, e portanto, pôs-se em campo para haver esta interligação.*

*Quanto às questões apresentadas pela Sra. Deputada Odete Alves, vamos, então, começar aqui pelo Parque de Campismo do Osso da Baleia. Esta intervenção precisa de ter um estudo de impacto ambiental, e portanto, ele está a decorrer nesta altura. O Município fez a aquisição, há dois meses, das parcelas que estavam no projeto desenvolvido – e portanto, quando vamos dos Alhais para o Carriço, do lado esquerdo, havia umas instalações privadas que foram negociadas, foram avaliadas, foi feita uma negociação e foram adquiridas a um privado, a escritura está feita, é património do Município, e portanto, estamos com esta questão do estudo de impacto ambiental. Para além disso, voltamos com o ICNF: como os parques de campismo obrigam a um perímetro de proteção de cem metros à sua volta, o ICNF – e aquilo que eu vos vou dizer, eu não estou enganado; parece uma coisa ridícula, mas é verdade – o ICNF, que é o explorador da madeira que está à volta do parque de campismo, vai ter – porque a criação de condições de salvaguarda de proteção ao parque obriga ao cumprimento do n.º 124, significa que o número de*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*árvores por hectare é inferior àquele que lá está, significa que vai ter que haver redução da matéria arbórea, o que significa que vai haver redução dos valores patrimoniais e financeiros que o ICNF tem direito a receber. Vamos imaginar que a madeira que lá está vale quinhentos euros (500€); como é preciso tirar algumas árvores, vamos estudar quantas é que são, vamos medi-las, e vamos dizer: “Eu tenho aqui um prejuízo de cem euros (100€), e faça favor, a Câmara Municipal tem que nos pagar.” E é este o registo da Lei Portuguesa, da articulação entre as instituições, da cooperação, e por aí fora. É o que temos, e portanto, tivemos que alterar o projeto também em função disso.*

*Quanto à Casa da Guarda do Norte, nós começámos por procurar desenvolver um projeto que tivesse essencialmente características privadas. Isto é, pese embora possa parecer uma boa ideia uma instalação com aquelas características, de acolhimento turístico e promoção, eu não tenho dúvida nenhuma que sob o ponto de vista do efetivo valor económico, promocional e de reforço da aptidão turística do espaço, um privado, acho que o fará muito melhor do que nós o faremos. E portanto, esse foi o esforço que nós fizemos, até porque procurámos, através do PRODER, e fizemos uma candidatura para esse objetivo, e aquilo que é inequívoco é da incompetência material do Município em ser ele diretamente promotor de uma atividade com estas características. E portanto, não faz sentido estarmos a terminar uma obra – que como sabem, metade é do Município, metade é da Junta de Freguesia do Carriço – que depois possa ser inconsequente para o novo promotor. Fizemos contatos com vários interessados no sentido de apresentar o espaço, foram fisicamente feitas visitas ao projeto que existia, houve alguma manifestação de interesse – nós estamos a falar de uma intervenção que ronda os quinhentos mil euros (500.000€), de adequação para as intenções dos privados. E portanto, é um processo em que vamos continuar a insistir, que a Sra. Vereadora do Turismo tem em cima da mesa, mas temos estes constrangimentos que resultam também destas questões legais.*

*Quanto às questões do Centro de Saúde, nós tivemos que fazer agora mais um mês dos contentores, e portanto, eu creio que nós, nesta fase, sob o ponto de vista dessas despesas, vinte e cinco mil euros (25.000€), à volta disso, e depois temos talvez quinze mil euros (15.000€) de financiamento comunitário que não foi possível submeter – vinte e cinco mil euros (25.000€) relativamente à questão dos contentores e dessas despesas, quinze mil euros (15.000€) entre aquilo que era o valor que estava suscetível de ser apresentado como despesa em sede comunitária – aliás, nós já tínhamos discutido isto em fevereiro – e que, porque não estavam os trabalhos feitos, não o podíamos fazer. Portanto, as pinturas que aqui estamos a fazer agora, como não estavam feitas, não podem ser pagas com oitenta e cinco por cento (85%) de financiamento comunitário. Esses valores, nós estimamo-los mais ou menos em quinze mil euros (15.000€), que acrescem ao esforço do Município.*

*A décima sétima questão do conjunto prendia-se com a questão da ligação do IC2 à A1, nas Meirinhas. E deixe-me dizer-lhe que eu fiquei estarrecido quando ouvi o Sr. Primeiro Ministro, em Leiria, dizer que em Leiria não haverá nenhum investimento público, a não ser que no quadro de investimento 2020-2027 possa haver dinheiro. Eu acho que isto, de facto, é uma matéria que nos preocupa muito a todos, porque eu não me lembro, nem no tempo da troika, de ouvir coisas*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*destas. E, de facto, se calhar, governa melhor aquele que tira esperança, mas chegar a um auditório e dizer a um distrito com múltiplos problemas que não há mais nenhuma obra pública da responsabilidade do Estado nestas matérias, de facto, não é uma declaração muito estimulante, muito positiva, que dá impulso à economia, entusiasmo aos cidadãos, e por aí fora. Seja como for, deixe-me dizer-lhe que neste projeto, para mim, a habilidade negocial nunca seria de quanto é que o Estado pagará; eu acho que aquilo que pode salvaguardar esta intervenção é precisamente a utilização do contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e a Brisa, e que possa, através de alguma prorrogação desse contrato – que garante receitas ao concessionário – a possibilidade de fazer uma determinada despesa – que evidentemente o concessionário, se calhar, fará por um valor muito alto, e se calhar, se fosse uma obra conjunta entre o Município de Pombal e de Leiria, conseguíamos fazer um custo mais baixo. Foi esta proposta que nós apresentámos, ainda no tempo do anterior Governo, ao IMTT, o Sr. Presidente do IMTT, Paulo Andrade, ficou de articular com o Sr. Presidente da Brisa, Vasco Mello, esses contatos foram feitos comigo e com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Leiria. Eu tive ocasião de apresentar isto pessoalmente ao novo Secretário de Estado das Obras Públicas, Dr. Oliveira Martins, numa cerimónia em Alfarelos, também com o Presidente da Estradas de Portugal – com quem, aliás, também já tinha falado sobre este assunto. E espero agora – até porque como eu, o Sr. Presidente da Câmara de Leiria ficou muito preocupado com esta declaração – que tenhamos agora condições de retomar pelo menos esta discussão, sendo que à data em que eu falei com o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, ainda não conhecíamos esta declaração do Sr. Primeiro Ministro, mas eu creio que esta poderá constituir aqui uma solução. Espero que sim, que seja possível, e que haja também essa vontade política, que não tem necessariamente que corresponder a um aumento da despesa pública. É uma questão contratual, e se calhar, puxando o contrato da A1 por mais seis meses, cria-se receita suficiente para pagar a obra toda. E portanto, isso não seria uma coisa por aí além.*

*Quanto à questão das instalações na zona desportiva, nós fizemos, de facto, aqui uma avaliação sobre aquilo que será o interesse de podermos, ou não, contar com uma instalação que funcione durante o período em que as atividades desportivas estão a ser desenvolvidas, e que possa ao mesmo tempo complementar, por exemplo, o apoio familiar (que às vezes não se consegue) com o acompanhamento dos jovens. Quando o Núcleo de Sportinguistas de Pombal, que é a segunda maior escola de futsal do país, apresentou esta proposta ao Município, pareceu-me, de facto, ser uma boa ideia, desde que devidamente salvaguardadas as condições de funcionamento do Rancho Típico. E portanto, essa negociação foi iniciada, o Sr. Vereador, não só com a atual Direção, mas também com a anterior, fê-la, vimos as condições de adequar um espaço na Central de Camionagem, que também não fica muito desviado, e que acho que pode começar a ter outro tipo de funções. Esses trabalhos já foram para procedimento, com uma sala que pode servir para dançar, para ter o seu espólio, fazer as suas reuniões, que funciona num período do dia em que também a Central de Camionagem está fechada, e portanto, não é conflituante. E eu acho que nós reforçamos qualitativamente, e sob o ponto de vista social, a zona desportiva, porque já se fez em instalações que têm um campo de ténis na Associação de Ténis, essa oferta, o Núcleo de*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Desporto Amador também consegue ter algum acolhimento, e este clube a mesma coisa. Parece-me ser uma boa solução para servirmos melhor a população e os milhares de jovens que ali têm as suas atividades. E portanto, não sinto, nem tenho nenhuma declaração da respetiva Direção, desta dificuldade, conflitualidade, ou algum tipo de problema neste assunto.*

*Quanto à questão das peregrinações a Fátima, evidentemente que é uma matéria que começa a ser preparada muito cedo, as coisas estão programadas, na Redinha, em Pombal, se for preciso nas Meirinhas também, em função dos pedidos. E portanto, para além disso, temos sempre esta articulação entre as vinte instituições, as cinco freguesias, as cinco paróquias, o Movimento da Mensagem de Fátima, a Guarda Nacional Republicana, a PSP, os Comandos, os Lions, a Cruz Vermelha, os Bombeiros, que se envolvem neste processo e dão o apoio possível.*

*Quanto às questões da EPIS, deixe-me sublinhar-lhe o seguinte: há quinze dias, saiu uma resolução do Conselho de Ministros com uma priorização do combate ao insucesso escolar no 1.º ciclo, numa altura precisamente em que, depois de subscritos os contratos de financiamento estabelecidos entre as comunidades intermunicipais e o Centro 2020, essa competência tinha sido transferida para os Municípios, e para a CIM, em concreto. A Comunidade Intermunicipal de Leiria desenvolveu um trabalho técnico, com os Srs. Vereadores da Educação dos dez concelhos e entidades técnicas, fez a candidatura, e posso adiantar-vos que foi das candidaturas que mais apreço recebeu do conjunto de todas as CIM's que apresentaram, em Coimbra, ao Centro 2020, relativamente ao projeto, parte dele – porque não é só do 1.º ciclo – muito baseado no projeto que nós desenvolvemos. Isto, estamos a falar sob o ponto de vista da metodologia. E Pombal, felizmente, não precisou de conhecer os números que o Conselho Nacional da Educação este ano tornou públicos, dizendo que em Portugal, em 2014, na segunda classe – que é o primeiro ano em que se pode reprovar em Portugal – tinham chumbado onze mil crianças. Na segunda classe, em Portugal, em 2014, chumbaram onze mil crianças, que eu confesso-vos, enquanto pai, enquanto autarca, enquanto cidadão, enquanto português, tenho vergonha; eu tenho vergonha que no meu país chumbem, na segunda classe, onze mil crianças. Provavelmente não é porque eles não conseguem aprender, ou porque são tontinhos, ou porque são “burros”; eles não conseguem aprender porque há um conjunto de dificuldades a que nós não conseguimos corresponder. E felizmente que nós ouvimos há três anos atrás, e desenvolvemos esse projeto há dois, e rastreámos mil e noventa crianças, e essas mil e noventa crianças permitem-nos concluir se eles veem bem, e se ouvem bem, e se têm défices de concentração e comportamental, e se precisam de ser estimuladas através, ou das mediadoras, ou do trabalho que em articulação com a Unidade de Cuidados da Comunidade da ARS e do ACES do Pinhal está a ser desenvolvido. E estes são, nesta fase, os meios que estão em cima da mesa: meios institucionais, que não custam mais dinheiro, que estão articulados com determinado objetivo, porque esta postura da medicina preventiva e destes trabalhos é muito importante para isto.*

*Eu percebo que possa ser mais fácil, nalgumas modalidades, dizer: “A escola que resolva”, mas essa foi a grande diferença política da opção que nós tomámos; nós percebemos que a escola não ia resolver, primeiro porque as escolas não têm meios, e segundo, porque se percebia que não havia sensibilidade. E o Município, quando o faz, envolve as escolas que são parceiras (e as*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*famílias têm que autorizar expressamente a criança para ser rastreada), e aquilo que nós fazemos – e eu, todas as semanas, assino cartas pedindo à UCC, à Unidade de Cuidados da Comunidade, que acompanhe o aluno A, B, C ou D, que no âmbito do rastreio se identifica com situações mais particulares, e que por essa razão precisam de ter um acompanhamento nesta, naquela ou na outra área. Isto tem-nos permitido concluir as carências de resposta que socialmente existem. E portanto, na última reunião que tivemos com a EPIS, identificaram-se circunstâncias que precisam de ser reforçadas. Ora, nós até agora temos trabalhado numa lógica em que tem sido o Orçamento Municipal que tem suportado tudo isto. Mas, o que é que tem suportado? Nós concebemos uma solução que passava por ir buscar professores experimentados que estavam no Centro de Emprego, e foi isso que fizemos com dois professores, com que começámos. E portanto, a formação do primeiro ano custou à volta de cinco mil euros (5.000€), ou seis mil (6.000€) – não sei precisar, os valores são estes, para os mediadores, para os técnicos da Câmara também, da Divisão da Educação e Ação Social, mais estas monitoras; integrou-as no projeto, deu-lhes este conjunto de informações, e foram mais de dez pessoas que o fizeram, e começámos a fazer o trabalho. Percebemos agora que é preciso reforçar os meios locais – temos que o fazer em articulação com os meios, com os outros organismos públicos, nomeadamente com a ARS (se for caso disso), e se for caso disso também, apetrechando-nos com essas soluções, e nós temos já hoje outras pessoas, através dos programas de inserção, a terem esta missão. Nesta altura, temos apenas um contrato de prestação de serviços, de uma dessas professoras, que terminou, a Dra. Nélia – que, aliás, é uma das pessoas que é vista nessa reportagem da RTP – e portanto, é um contrato que, se a memória não me falha, custa ao Município doze mil euros (12.000€) por ano, ou treze mil euros (13.000€) por ano. E portanto, o valor não foge muito disto.*

*Agradeço-lhe aqui a sugestão sobre o Dia Mundial da Criança. Está prevista uma atividade já no castelo, com matérias sobre a leitura, a música e animação. E portanto, muito obrigado.*

*Ainda vou aqui ao Jorge Neves. Eu deixava esta questão educativa para o fim, se me permitem, juntando as duas moções que estão aqui em discussão, e ia a esta resposta. Jorge Neves, sobre esta questão do 25 de abril, creio que fui perentório. Se entender que deve haver uma Sessão Solene, não sou eu que vou opor, antes pelo contrário, não só não me opondo como estarei presente. E portanto, a questão não é essa.*

*Eu remetia-o, sobre esta precariedade laboral, para o nosso Balanço Social, que daqui a pouco vamos conhecer, e ia perceber que as palavras que disse não são verdadeiras. Não são verdadeiras. E portanto, nada como socorrer-nos dos documentos oficiais feitos pelos serviços, que têm a fotografia inequívoca. E portanto, identificar que nas vinculações dos funcionários do Município, em 31 de dezembro de 2015, tínhamos, em contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, trezentas e setenta e seis pessoas; em comissões de serviço, dezassete pessoas – como sabe, os técnicos superiores que exercem funções de Direção estão em comissões de serviço, e as pessoas que são do Quadro da Câmara que estão em gabinetes políticos também estão em comissão de serviço; depois, temos cinco em outras condições, e nove em contratos de trabalho em funções públicas por termo resolutivo certo. Portanto, percebemos que, de facto,*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*num universo de quatrocentas e setenta e quatro pessoas, não podemos dizer que isto seja precariedade.*

*Quanto às questões do saneamento: eu recebi o folheto que os senhores andaram a distribuir no Degolaço, e deixe-me dizer-lhe que eu agora já fiquei preocupado, porque o trabalho que nós queremos desenvolver – não sei se foi porque os senhores andaram no terreno – muitas das pessoas agora já não nos deixam passar com a conduta. Não sei se se assustaram com o discurso que vocês fizeram, mas eu vou ao local, e posso-lhe afiançar que vamos resolver esses problemas todos.*

*Mas, há uma coisa que eu também lhe quero dizer: não será justo, não será em nenhuma circunstância justo, fazermos investimentos que sob o ponto de vista gravítico possam resolver toda e qualquer situação, quando isso represente um ónus no custo para todo o sistema que hoje já funciona. E aqui, nós temos que tomar essa decisão: isto é, vale a pena gastar quarenta mil euros (40.000€) para drenar quatro casas, que drenam sete metros cúbicos por mês? Vale a pena? Será que um sítio que tem, sob o ponto de vista ambiental, capacidade de suporte, não o consegue suportar? Por outro lado, temos que perceber que zonas mais delicadas não podem viver nessas circunstâncias. Nós não podemos, sob o lençol aquífero da Mata do Urso, correr esses riscos, e por isso lançámos os trabalhos, para evitar que essa mancha tenha alguma casa nessa circunstância, porque essa razão é soberana, e para além disso, as condições geológicas também não nos favorecem. E portanto, acho que é importante pensarmos nisto, porque isso pode não constituir justiça. Pode não constituir justiça. E portanto, esse trabalho tem sido feito com grande abertura, sem cegueira financeira – sem cegueira financeira – e por isso é que fazemos a conduta para resolver o problema de nove casas, porque são aquelas que estão naquela sugestão que nos apresentaram. Seja como for, o trabalho que tinha sido projetado foi feito ali, e bem que foi, porque a parte de cima é edificandi, e precisa de ter solução. Mas, também temos casos – deixe-me dizer-lhe – em que, às vezes, as pessoas querem fazer aquilo que elas entendem que está bem, e não querem fazer aquilo que, tecnicamente, quando o projeto foi feito, deve ser feito. Eu aqui reconheço-lhe a minha ignorância, acredito nas informações técnicas, nos projetistas que fazem o seu trabalho – há projetos que têm que ser revistos, e felizmente temos gente na Câmara com muita experiência para fazer essas avaliações, mas, de um modo geral, temos conseguido responder bem a essas dificuldades. E não tenho, com certeza, mais interesse, mais motivação para fazer esse trabalho, e responder com estes níveis de resposta, do que aquele que nós temos.*

*Quanto a esta questão que as moções sublinharam: de facto, eu pergunto se é este equilíbrio social que esta maioria de esquerda que governa o país quer para Portugal. Eu não percebo como é que um país que precisou, durante quarenta anos, porque se omitiu de fazer os investimentos, porque os passou para a responsabilidade dos privados, que durante muitos anos foi assim que as coisas funcionaram, de repente começa este projeto de diabolização. Deixem-me dizer-vos o seguinte: eu tenho sérias dúvidas que no Concelho de Pombal haja condições físicas para acolhimento das centenas de alunos de que estamos a falar, e que vão colapsar as redes públicas escolares que nós temos. Isto é de uma ignorância, é de uma incapacidade de avaliação, não há uma única articulação com os Municípios para fazer este trabalho, e já nem falo daquilo*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*que corresponde ao acréscimo das despesas com transportes escolares, porque se percebemos que estes alunos deixam de frequentar os estabelecimentos que estão mais perto da sua casa, vão ter que ir para estabelecimentos mais longe, e o Município vai ter que suportar as respetivas despesas.*

*E portanto, é esta lógica panfletária, sindical, irrefletida, de que tem que ser feito desta maneira – e deixem-me aqui dizer também outra coisa, para também ficar aqui muito bem determinado qual é o meu perímetro de reflexão: eu não tenho dúvida nenhuma que se o Estado Português precisou da colaboração de privados para corresponder à generalização do ensino e a uma massificação do acesso, e à ampliação da escolaridade obrigatória, que a partir do momento em que, por menos demografia, deixam de existir menos alunos, que aqueles que foram a solução especial para a altura especial sejam os primeiros a não ser precisos, porque a escola pública esteve sempre, mesmo quando os projetos não são lucrativos. Isso, para mim, não há dúvida nenhuma. O que nós não podemos fazer é inscrições em modalidades como esta no Orçamento de Estado, em que se diz que os alunos que vão para as escolas do 2.º e 3.º ciclo e secundário são os alunos da freguesia, fazendo tábuas rasas daquilo que é a capacidade instalada. E eu pergunto: então e o desemprego? O desemprego agora ficou no chinelo? Agora o desemprego dos professores que vão para o olho da rua, porque as escolas vão fechar, porque afinal não são precisas. E as escolas públicas têm condições de fazer o acolhimento destes novos alunos? E isto é feito numa altura em que nós estamos a fechar – nós fechámos a rede educativa; a Câmara de Pombal já esteve na DGEst a fechar a rede educativa do ano 2016/17. Está estabelecida – as turmas, o ensino profissional, e por aí fora. Estamos a fechar a rede de transportes escolares; eu tenho na minha mesa a proposta para fechar a rede de transportes escolares para o ano que vem, que vai ter que vir aqui para ser aprovada, sob o ponto de vista do nível de despesa, que tem a ver com a rede educativa. E portanto, há, de facto, uma vontade, e que nós temos assistido, de limpar todas as coisas, no pressuposto de que tudo o que existe, está tudo mal. E nós temos que pensar que, de facto, há coisas que podem não estar bem e que têm que ser corrigidas, mas deve haver aqui alguma reflexão. E portanto, ainda bem que agora começamos a perceber qual é o caminho que se segue. E eu não tenho dúvida nenhuma de que atrás dos estivadores, e atrás dos taxistas, e atrás dos médicos, virão agora os professores; e aqueles valores que se pensavam ser todos muito de esquerda, e que estavam todos protegidos, começam a ficar todos muito contaminados por uma manifesta incapacidade de fazer a gestão, de falar com as pessoas, de implementar boas soluções para a gestão do nosso Portugal.”*

Colocando à discussão as moções apresentadas, depois de distribuídas por todas as Bancadas, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao deputado **João Coucelo**, que interveio conforme se transcreve:

*“Eu queria só recordar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que, normalmente, há uma metodologia quando são apresentadas moções. Elas podem chegar daqui ou de acolá, mas têm que ser admitidas. As moções têm que ser admitidas na Mesa, e tem que ser posta à votação a admissão das moções. Quem vota contra, ou quem vota a favor, ou se alguém se opõe a que esta moção entre na Mesa, e seja depois discutida.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Também, e desculpe-me usar o lugar que ocupo nesta Assembleia, para lhe dizer que eu entendo que estas moções devem ser discutidas no final do período de antes da ordem do dia, porque há pessoas inscritas para falar sobre outras matérias.*

*Depois, quero recordar ainda que se há moções que estão entregues na Mesa e não foram entregues, ou lidas – uma foi, parcialmente, e a outra não foi lida, a moção do PSD – as pessoas não se vão pronunciar sobre uma coisa que não leram. E portanto, era preferível dar seguimento ao período de antes da ordem do dia, já foi entregue, ou penso que será entregue à Bancada do PS a moção apresentada pela Bancada do PSD, e depois as moções serão, ou não, admitidas e serão discutidas e votadas. É esta a proposta que eu faço ao Sr. Presidente da Assembleia.”*

Nesta altura, o **Senhor Presidente da Assembleia** interveio segundo abaixo transcrito:

*“Sr. Deputado, já estive aqui, efetivamente, na mesma posição em que eu estou, e eu vi aqui muitas vezes admitidas moções, propostas. A Mesa aceitou as propostas, o Sr. Presidente da Câmara já falou – excedeu o seu tempo, muito, mas já falou sobre elas, o Sr. Deputado Pedro Pimpão esclareceu a respetiva moção convenientemente (está aqui uma proposta que eu vou ler), o Sr. Deputado do CDS também leu na íntegra a moção. Não devemos complicar, até porque estamos no período de antes da ordem do dia, de submeter já estas propostas à apreciação, à deliberação, lendo a proposta no final da mesma, que é a conclusão, facilitando, efetivamente, o andamento dos trabalhos.*

*Além disso, também tenho aqui uma proposta, que também me apareceu agora, aqui pelo Sr. Deputado e Presidente da Junta, Ilídio Manuel da Mota. O Sr. Presidente da Câmara já se pronunciou sobre o falecimento do Sr. Manuel António Francisco, mas a Mesa reserva-se o direito de a ler na íntegra, porque os Srs. Deputados estão aqui, a democracia funciona assim, e penso que nós temos que ser flexíveis, tolerantes; e ações que dão origem a reações, penso que estando agora a deliberação dentro do período de antes da ordem do dia, ou daqui a meia hora, ou daqui a uma hora – a não ser que os Srs. Deputados queiram todos receber uma proposta por escrito, e nós mandamo-la tirar, e depois delibera no final da ordem de trabalhos, mas eu acho que já foi tudo mais do que esclarecido. E o final é que conta para, efetivamente, em consciência, os Srs. Deputados deliberarem, ou votarem, conforme aquilo que está aqui proposto, até porque é um assunto do domínio nacional, é um assunto que vem da Assembleia da República, e é um assunto que também nos preocupa a todos. A não ser que se altere, e que se dê umas cópias para todos. Mas, eu queria ler aquilo que está aqui:*

*“Assim, a Assembleia Municipal de Pombal, reunida na sessão de 29 de abril, delibera...”, e estão aqui três pontos para deliberar – isto é a proposta do deputado do CDS. E depois, tem aqui outra proposta, que é só um ponto da proposta, que já demos ali à Líder da Bancada, Sra. Dra. Odete Alves, que já leu, penso que está aqui um assunto tão importante – é importante em si, mas a Assembleia Municipal, preocupada em deliberar, e apresentar a quem de direito a possibilidade de corrigir, porque a gente não pode corrigir nada aqui. Já deliberámos aqui também sobre o Politécnico, sobre a Linha do Oeste, e nada está feito, nada se alterou, as obras do Oeste também não andam. Mas, a Mesa aceitou, efetivamente, estas duas propostas, estas*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*duas moções. Se aceitou, penso que a Mesa é soberana neste ponto, e não estamos a ser antidemocráticos.”*

Seguidamente, interveio **Odete Alves**, como se segue:

*“Esta Bancada era desconhecedora, até há bocadinho (e continua a ser), do despacho da Sra. Ministra da Educação. A acreditar naquilo que consta aqui destas duas moções, a situação poderá ser complicada para os quatro institutos, os quatro colégios que temos aqui no nosso concelho. Não sei ao certo se, em termos geográficos, as áreas de influência destes quatro colégios podem ser afetadas com esta medida. Eu vejo que consta aqui da moção do PSD um mapa das distâncias, e que diz, por exemplo, que aqui em relação ao Instituto D. João V, nas proximidades, a cerca de nove quilómetros, fica a Escola da Guia; o João de Barros, à EBI Gualdim Pais, a treze quilómetros; o Cidade Roda, a doze quilómetros da EBS de Pombal; e o Externato de Albergaria tem a dezassete quilómetros a EBI. Eu não sei se estas áreas de influência destes colégios estão, ou não, abrangidas nesta intenção do Governo – que me parece que ainda não é uma decisão definitiva, e que, portanto, é uma situação ainda a ser trabalhada. A verdade é que, neste momento, nós não temos os dados todos. Portanto, esta Bancada, para se poder pronunciar em concreto sobre estes considerandos que constam destas moções – eu penso que isto é uma questão demasiado importante, e que a ser verdade aquilo que aqui está, poderá vir a ter um impacto muito grande, não só no funcionamento destas instituições, mas também para as famílias e para o emprego, designadamente para os professores – se bem que a questão do desemprego nos docentes é um problema que também é comum ao ensino público, a verdade é esta, não querendo defender, obviamente, esta posição, ou suposta intenção do Governo.*

*Portanto, esta Bancada, não tendo outros elementos para poder suportar aqui a sua decisão, e ainda que não seja contra, de forma nenhuma, as intenções plasmadas, quer numa moção, quer na outra, esta Bancada terá que se abster, porque não tem dados suficientes para se poder pronunciar, e penso até que isto seriam moções que deveriam ser discutidas com uma outra importância – e que merecem reflexão prévia, certamente – numa próxima Assembleia.”*

**Pedro Pimpão dos Santos**, conforme se descreve:

*“Independentemente da forma como as moções são, ou não, apresentadas e discutidas, não há outra importância para fazer isto, e não há uma segunda oportunidade para agir no momento certo. O despacho é de abril; o despacho é de abril, nós só nos vamos voltar a ver em junho. Portanto, de abril até junho, vai ser decidido tudo, ou quase tudo. Portanto, a oportunidade é agora, e é por isso que somos eleitos pelas pessoas do nosso concelho, para representar aquilo que elas sentem e aquilo que elas manifestam de preocupação. O nosso objetivo aqui, de todas as Bancadas, é espelharmos aqui, neste órgão colegial, aquilo que é o sentimento que vem de lá de fora. E aquilo que vem de lá de fora, da comunidade educativa – e quando falo em comunidade educativa, não falo só nos professores, nos pais, nos auxiliares, porque esses têm mesmo o lugar deles em risco; eu falo das pessoas dessas comunidades, desse território, que estão muito apreensivas. E aquilo que nós queremos sinalizar – nós, enquanto Assembleia Municipal, e podem colocar isto nos Partidos, o PSD, ou o CDS, ou o Partido Socialista, ou o Partido Comunista Português – aquilo que temos que sinalizar é que, em Pombal, nós somos testemunhas*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*vivas, todos nós, de que o nosso território é muito mais rico porque estes estabelecimentos de ensino particular e cooperativo fazem este trabalho.*

*E, caros colegas, este não é um assunto que apareceu hoje ou ontem; isto tem feito as manchetes dos jornais todos nas últimas semanas, isto tem estado nas televisões todas, em todos os telejornais, não se fala noutra coisa. Não se fala noutra coisa. Portanto, é um assunto problemático. E eu não vou colocar a questão no panorama político-partidário, porque também não coloquei; eu não disse “este Governo é melhor” ou “aquele Governo é pior”. O que eu disse foi: se isto for para a frente, se esta decisão for para a frente, nós vamos ter consequências negativas no nosso território. E depois, eu quero ver, quando virmos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo a fechar no nosso concelho, qual é que é a nossa reação, o que é que nós vamos fazer, o que é que vamos fazer para o Louriçal, para a Redinha, para as Meirinhas, para Albergaria dos Doze, quando estas escolas fecharem, quando tivermos os professores a virem aqui para a Assembleia Municipal queixarem-se que estão no desemprego. Mas, aí não podemos reagir. Aí não podemos reagir; só na altura de agir.*

*E vou-vos dizer: a moção apresentada pelo PSD – e a Odete já leu – é uma moção moderada, não fazemos aí ataques nenhuns ao Governo, não dizemos que este Governo é mau, não dizemos que a decisão é má; o que dizemos é que este despacho, da forma como foi feito, e a ser aplicado da forma como foi feito, vai ter consequências muito negativas em Pombal. Não é no resto do país, é no nosso território. E por isso, Sr. Presidente, por isso é que essa moção está feita dessa forma, precisamente para alertar para essas consequências no nosso território. E por isso, Sr. Presidente, cada um vai votar de acordo com a sua consciência. E portanto, cada um vai votar de acordo com o que acha que é importante, neste momento, sinalizar lá para fora: se nós estamos ou se não estamos do lado das pessoas, se nós estamos ou não estamos do lado do território, que é rico por ter esta multiplicidade de oferta formativa no nosso concelho.”*

**Michael António**, cuja intervenção se transcreve:

*“Sobre este tema, eu quero ser muito breve, vou só dizer o seguinte: são trazidas a esta Assembleia tantas questões e tantas situações bagatelares, como foram hoje – é da árvore, é do buraco, é disto, é daquilo – e eu não quero acreditar, como é que num tema tão importante para a nossa comunidade, como é que isto está a gerar tanto incómodo e tanta inconveniência, e como é que isso se vai sobrepor aos superiores interesses de Pombal. Eu não quero acreditar que o Partido Socialista ande tão distraído nestas últimas semanas. A minha pergunta / afirmação, eu só disse: eu não quero acreditar que o Partido Socialista ande tão distraído, nomeadamente numa matéria destas. Ainda há pouco eu ouvi aqui uma pergunta que vem lapidarmente respondida no Balanço Social: quantos prestadores de serviço é que existem na Câmara. Basta ler os documentos. E o Sr. Deputado do Partido Comunista não me vai levar a mal eu dizer isto, quero dizer isto com a melhor das intenções, mas é inacreditável. Tenho dito. É inacreditável.”*

**João Coucelo**, que interveio da seguinte forma:

*Eu peço imensa desculpa ao Sr. Presidente da Câmara, eu sei que já estive aí antes de o Sr. Presidente ocupar o lugar de Presidente da Assembleia Municipal, como estive nesta Assembleia muito antes de o Sr. Presidente da Câmara aqui chegar. E portanto, conheci muitos Presidentes*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*de Assembleia Municipal, e conheci, e sei quais são os procedimentos normais para se divulgar qualquer moção que entre na Mesa da Assembleia. E o que eu comentei e critiquei, enfim, não é uma crítica destrutiva, é uma avaliação da forma como as coisas foram feitas. Até pode ser votado agora, no período de antes da ordem do dia, mas se entraram duas moções, uma que foi lida parcialmente aqui atrás, outra que não foi sequer lida, foi vertida numa intervenção do Sr. Deputado Pedro Pimpão, mas é uma moção mais extensa, que tem os seus considerandos, e que deveria, ou ter sido lida na íntegra, ou distribuída aos membros da Assembleia Municipal. Isso teria sido mais fácil para todos. Isto é um comentário que pretende apenas – erro meu, erro nosso, quer dizer, nós cometemos, volta e meia, também pequenos erros nestas coisas, e portanto, não é de admirar que possam as coisas correr não tão bem como deviam.*

*Mas, eu mantenho a minha opinião, mantenho a minha opinião e a minha proposta: é que nós estamos a meio de um conjunto de intervenções que estavam preparadas para ser feitas, de uma série de pessoas, a discutir um assunto, que são duas moções, que deviam ter dado entrada na Mesa; poderia ser no final do período de antes da ordem do dia, estão aqui duas moções, esta e aquela, leem-se, ou já estavam distribuídas, e vamos discuti-las e depois votá-las. Nós interrompemos o nosso período de antes da ordem do dia, o assunto é extremamente importante, e eu queria dizer-vos que concordo com as considerações, por um lado, e com as conclusões das duas moções, elas têm alguma sintonia, e não foram preparadas em conjunto, são o sentir das pessoas que olham para este problema como um problema real. Eu sei que não interpreto as coisas dos colégios privados com contrato de associação, provavelmente, de uma forma tão benévola como outras pessoas, que até foram membros do Governo que lá foram depois trabalhar nalguns colégios, e que tiveram alguns dividendos enormes ao longo de anos, e por aí fora, etc. Todas essas histórias, o Sr. Prof. Mário Nogueira, que já não é professor há uma carrada de anos, está farto de trazer para a praça pública, como sindicalista. E fez uma aposta. Agora, talvez tenha tido a sua oportunidade, a sua janela de oportunidade, para influenciar algo que ao longo de anos, e com o contributo muito especial do próprio Partido Socialista, que foi um dos que mais autorizou colégios privados no nosso país, e até temos exemplos aqui no concelho, quando nós defendemos a escola pública ao construirmos a Gualdim Pais e recusámos um colégio privado aqui em Pombal – portanto, quem tem memória lembra-se destas coisas todas. Há muita coisa que está mal feita nesta questão dos colégios com contrato de associação. Mas, o que é verdade é que isto não vem corrigir nada; só vem prejudicar, só vem danificar, prejudicar famílias, prejudicar professores, prejudicar alunos.*

*E portanto, nós estamos no momento certo – como disse o Pedro Pimpão, e muito bem – para apresentar estas moções. Mas, evidentemente que há problemas antigos que, com certeza, merecerão, se o Governo conversar um bocado e dialogar, e estiver atento a muitas das coisas que aconteceram ao longo destes últimos anos, que também pode modificar. Mas, uma coisa é modificar algumas das regras, outra coisa é promover a extinção dos colégios com contrato de associação, e isso nós não podemos aceitar de forma alguma.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Portanto, era isto que eu queria dizer, quando fossemos discutir as tais moções. Se é para votar agora, por mim, Sr. Presidente, faça como entender. Eu, por mim, obviamente, voto as duas moções favoravelmente.”*

Adiando a discussão e votação das moções para o final do período de antes da ordem do dia, o **Senhor Presidente da Assembleia** passou a ler a proposta submetida à Mesa da Assembleia pelo Presidente da Junta de Freguesia de Vermoil, **Ilídio da Mota**, que seguidamente é transcrita na íntegra:

*“Proponho o seguinte voto de pesar à Assembleia Municipal de Pombal:*

*É com grande pesar que a Assembleia Municipal de Pombal tomou conhecimento do falecimento, no passado sábado, 23 de abril, do Sr. Manuel António Francisco, Presidente da Junta de Freguesia de Vermoil entre 1990 e 1994.*

*Homem ligado à causa pública, esteve ligado ao associativismo Vermoilense, tendo sido Presidente da Sociedade Filarmónica Vermoilense. Profissionalmente, foi militar da GNR, com serviço na Guarda Fiscal, na fronteira marítima, na Figueira da Foz, e na fronteira aérea do Aeroporto Internacional de Lisboa.*

*Manuel António Francisco tinha oitenta e cinco anos, era natural e residente em Vermoil. O Concelho de Pombal perdeu um homem bom, que dedicou muito do seu tempo à nossa comunidade, à qual deu o melhor de si com muito empenho e determinação.*

*À sua família, a Assembleia Municipal apresenta os sentidos pêsames, para o qual apresenta um voto de pesar por esta irreparável perda.*

*Com os melhores cumprimentos,*

*O Presidente da Junta de Freguesia, Ilídio Manuel da Mota”*

**Colocada à votação, foi a presente proposta de voto de pesar aprovada por unanimidade.**

Iniciando uma segunda ronda de intervenções neste período de antes da ordem do dia, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra aos seguintes membros da Assembleia:

**Pedro Brilhante**, que interveio como se descreve:

*“Obviamente que dado o voto deste louvor, enquanto neto, e obviamente em representação da família, agradecer a esta Assembleia, e obviamente ao Sr. Presidente, por este gesto que muito grato me deixa, e evidentemente por este reconhecimento de alguém que deu à causa pública, independentemente dos Partidos que sejam, são sempre de louvar este tipo de gestos. E obviamente agradecer, em meu nome, e em nome da família, este gesto.”*

**Maria Teresa Silva**, cuja intervenção se segue:

*"A primavera chega sempre com as andorinhas. Mas, como já vai sendo tradicional, a primavera, além das andorinhas, trouxe um colorido reforçado às ruas do centro histórico da cidade de Pombal. Canteiros e floreiras elaborados e decorados pelas escolas e jardins de infância do concelho, em colaboração com o serviço educativo do Museu Municipal, recorrendo a materiais reutilizáveis, embelezaram e deram um toque primaveril no sentido de alegrarem o coração e deliciarem o olhar por todos aqueles que têm passado por essas ruas. Felicito o Município de Pombal e o seu Executivo pela continuidade desta brilhante iniciativa.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Também o Castelo de Pombal recebeu mais um Mercado Medieval cheio de cor, música e alegria, e nem a chuva impediu os milhares de pessoas que, de sexta a domingo, se deslocaram ao local do evento para visitar o mercado. Também os três desfiles realizados na cidade, a própria decoração das ruas e montras, e no castelo, a animação, os jogos medievais e a exposição das aves de rapina divertiram e animaram crianças e adultos. O Município de Pombal está de parabéns pela realização da 3.ª Edição do Mercado Medieval, que proporcionou aos Pombalenses e aos visitantes que recuassem na história.*

*Com as comemorações do 25 de abril em Pombal, assinalou-se mais um aniversário desta data histórica, em que os valores militares depuseram uma das ditaduras mais longas da Europa, devolvendo ao povo português a liberdade. O Município de Pombal sinalizou esta data com atividades recreativas e culturais, atividades essas que tiveram início logo no dia 13 de abril, com cravos de abril expostos no Jardim do Cardal, com a participação das várias instituições do concelho. Os mesmos vieram dar cor e vida ao jardim, e sobretudo mostrar o significado do cravo vermelho, estrategicamente colocado no cano das espingardas, e desde esse dia aliado ao sentimento daqueles que viveram o 25 de abril. Tudo terá começado por coincidência, mas a verdade é que o cravo ficará para sempre o símbolo da revolução de abril de 1974. O vermelho, como cor dominante dos cravos de abril, serviu na perfeição os objetivos da revolução, já que esta cor, do fogo e do sangue, é o símbolo fundamental do princípio da vida com a sua força, o seu poder, o seu brilho.*

*As comemorações do 25 de abril culminaram com um evento, no dia 25, em que se destacam a inauguração da exposição de fotografia, a evocação do Salgueiro Maia e o lançamento do livro “Os rapazes dos tanques”, que nos ofereceram imagens e testemunhos exclusivos dos homens que estiveram frente a frente, no Terreiro do Paço e no Largo do Carmo, e que viveram momentos de dúvidas, receios, ansiedade, tensão e esperança, e também as alegrias vividas por pessoas que depois desse dia regressaram, na maior parte dos casos, ao anonimato. O livro dá-nos a conhecer o olhar que esses homens têm sobre o país, quarenta anos depois. As comemorações escolhidas pelo Município foram sem dúvida uma boa escolha, e o 25 de abril em Pombal foi sinalizado com toda a importância devida. Muitos parabéns ao Município de Pombal, na pessoa do Sr. Presidente.”*

**Pedro Brilhante**, que novamente usou da palavra, como se transcreve:

*“Uma das bandeiras do Governo da “geringonça” era a estimulação do mercado de arrendamento, com o objetivo de o tornar mais acessível, nomeadamente aos jovens, tendo mesmo chegado a adiantar nas Grandes Opções do Plano que pretendia alargar a oferta já existente através do programa de arrendamento “Porta 65” também para o arrendamento comercial. Há pouco mais de um mês, fomos todos surpreendidos pelo anúncio de um corte de cerca de dois milhões (2.000.000€) na verba atribuída ao “Porta 65”, o que é equivalente a cerca de quinze por cento (15%) da verba total atribuída. Contudo, o que causa maior surpresa é o facto de os Partidos que suportam a “geringonça” – o PS, o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português (...) Agora que estamos de volta a um ambiente democrático, poderemos prosseguir. E portanto, como eu ia a dizer, esta “geringonça”, composta pelo PS, o Bloco de*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Esquerda e o Partido Comunista Português, tendo durante a anterior Legislatura exigido veementemente o reforço das verbas atribuídas àquele programa, precisamente os que dantes gritavam, disparando em todas as direções, agora mais mansinhos, somam apenas mais uma óbvia e clara contradição com o que defendiam no passado. Pior ainda, este caso não é filho único, e com o passar do tempo multiplicam-se as incoerências deste Governo.*

*Ainda esta semana, na apresentação do Pacto de Estabilidade e Crescimento para os próximos anos, facilmente podemos perceber que estamos perante uma austeridade encapotada, cheia de truques e injustiças, assente em previsões demasiado otimistas e, acima de tudo, já todos percebemos que serão necessários mais cortes, e já no presente ano de 2016, apenas escolhendo o Governo de António Costa esconder esses mesmos cortes, recorrendo a artifícios de baixa política.*

*O caso deste corte no Programa de Arrendamento Jovem “Porta 65” é apenas mais um entre muitos que já estão anunciados, e outros que agora se avizinham. Este, sim, é um corte cego e sem critério. Ou será que agora os jovens já não precisam do apoio no acesso ao mercado de arrendamento? Será isso coisa do passado, e que sofreu uma inversão por obra e graça do Governo bonzinho que agora governa os destinos deste país? Obviamente que não.*

*Em 2015, com o tal Governo de austeridade, e com o tal Governo mais “troikista” que a troika, houve um aumento de vinte por cento (20%) nas candidaturas ao “Porta 65”, face aos números do ano anterior, assim como o aumento do número de aprovações dessas mesmas candidaturas. Hoje, mais do que nunca, os jovens precisam de incentivos; a sua emancipação é cada vez mais difícil, prolongando-se pelo tempo, com os jovens a manterem-se em casa dos seus pais, adiando a constituição das suas próprias famílias. O mercado de arrendamento é cada vez mais caro e menos acessível, ao mesmo tempo que os empréstimos para a aquisição de habitação própria são cada vez mais onerosos e difíceis de obter. Assim, torna-se premente que os jovens que iniciam a sua vida adulta possam aceder mais facilmente ao mercado de arrendamento. Face ao corte anunciado aos fundos disponíveis no Programa “Porta 65”, urge encontrar novas soluções.*

*Já em 2011, a JSD de Pombal defendeu, nesta mesma Assembleia, a criação de um programa de arrendamento jovem, por iniciativa do Município, que procuraria disponibilizar alojamento aos jovens dentro de preços aceitáveis e controlados. Chegou inclusive a estar destinado um prédio na zona histórica de Pombal de propósito para este efeito. Contudo, e muito bem, este foi convertido na residência para estudantes e alunos da ETAP, numa estratégia integrada para esta escola. Hoje, defendemos que a necessidade se mantém, é preciso desenvolver um modelo de arrendamento jovem em Pombal, sendo este um fator fundamental para a fixação das famílias jovens no concelho. Os jovens Pombalenses procuram hoje alojamento na cidade, deparando-se com um mercado pouco dinâmico, pouco diversificado, e oneroso para aquilo que são as condições para estes jovens poderem pagar. É necessário criar condições para que o mercado de arrendamento na cidade possa ser mais atrativo, diversificado e acessível para os jovens Pombalenses, e para todos aqueles que se queiram fixar no nosso concelho. Um programa de arrendamento jovem poderia fomentar a sinergia perfeita com a reabilitação e revitalização, que devemos continuar a promover, do centro histórico da cidade. É importante também que Pombal*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*mostre que é capaz de proporcionar às novas gerações as condições de que necessitam para aqui se fixarem, e para aqui constituírem as suas vidas.*

*Termino, dizendo que assim como fizemos em 2011, a JSD vem reforçar o seu pedido a esta Câmara e a este Executivo, que olhe novamente para a nossa proposta, e que desenvolva este programa de arrendamento jovem no nosso concelho. Sabemos que não é uma competência única deste Município, mas dadas as circunstâncias, e dada a irresponsabilidade que vai reinando no Governo Central, é óbvio que os jovens Pombalenses também não poderão ser, eles, os primeiros prejudicados de mais esta incoerência nas políticas nacionais.”*

**António do Nascimento Lopes**, cuja intervenção é abaixo transcrita:

*“Vou falar de duas questões que eu acho que são extremamente importantes para a Freguesia de Pombal, e que têm a ver com o Centro Escolar de Pombal, e também com a regeneração urbana dos Governos e Vinagres.*

*No que diz respeito ao Centro Escolar de Pombal, quero dizer, Sr. Presidente da Câmara, que é com muito orgulho que me dirijo a si, dizendo-lhe que, e usando um provérbio popular, “mais vale tarde do que nunca”. O nosso centro escolar, tão desejado há tantos anos, já está em execução – agora está em destruição, mas dentro de pouco tempo estará em construção. Sabemos que há alguns constrangimentos por parte de alguns pais e encarregados de educação, enquanto esperam pela mudança para o novo centro escolar, mas acredito que após a conclusão da obra, todos dirão: “Afim, valeu a pena esperar”, porque quer a obra em si, quer o espaço exterior, quer as condições de ensino ou lazer suplantam de longe tudo o que anteriormente no mesmo espaço existia. É bom que se saiba do quanto custa a obra e da sua área total, sendo certo que é um esforço financeiro de uma dimensão muito elevada, que a Câmara irá suportar; mas, quando uma execução orçamental tem um resultado final nas receitas de noventa e três ponto oito (93,8%), relativo a 2015, óbvio se torna que gerindo, coordenando e administrando os valores públicos, com a responsabilidade assumida por inteiro por parte deste Executivo Camarário, as obras projetam-se e executam-se sem que daí advenham problemas financeiros na sua execução e cumprimento nos valores a suportar.*

*Assim, a construção do Centro Escolar de Pombal tem um preço base de dois milhões, oitocentos e trinta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis euros (2.836.666€), e prevê a criação de seis salas para os alunos do 1.º ciclo, e quatro para o jardim de infância. Nesta intervenção, a área de implantação será de dois mil, cento e sessenta metros quadrados (2.160 m<sup>2</sup>), mais vinte e cinco por cento (25%) de área do que a área que corresponde à atual implantação, que são mil, setecentos e trinta e seis metros quadrados (1.736 m<sup>2</sup>). Com a construção do Centro Escolar de Pombal, ficarão concentrados no novo edifício os alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo, quase na sua totalidade. E segundo o projeto já divulgado, terá todas as condições exigidas por Lei para que as crianças, professores e auxiliares de ação educativa se sintam bem estudando, ensinando e brincando. Que o tempo seja curto, e a obra esteja pronta na data apontada para o efeito.*

*Relativamente à regeneração urbana da zona dos Governos e Vinagres, direi: após vários anos de espera, com muitas insistências por parte deste meu Executivo para que esta obra fosse iniciada e concluída – e aqui também se aplica o provérbio, “vale mais tarde do que nunca” –*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*regozijamo-nos todos – Junta, Câmara e sobremaneira os residentes nestas duas localidades – pelo facto de finalmente estarmos na presença da aprovação do projeto de regeneração urbana dos Governos e Vinagres, com início da obra previsto para outubro e um prazo de execução de doze meses, cuja estimativa orçamental anda em um milhão e setecentos mil euros (1.700.000€), sendo uma das principais obras de valorização substancial urbanística de Pombal, e há muito esperada pelos populares, mas sobretudo pelos residentes nestas duas localidades, dentro do perímetro urbano da nossa cidade. É caso para dizer que valeu a pena esperar, nunca pondo de parte a persistência e, acima de tudo, a esperança de um dia todos podermos dizer que quando a vontade se sobrepõe à inércia, a obra aparece.”*

**Felismino Carreira**, que interveio de acordo com o que se descreve abaixo:

*“Sr. Presidente, só vou pôr aqui duas ou três questões, que é o seguinte: para felicitar o Executivo, porque apesar de alguns constrangimentos que houve, pelo arranque das obras na Avenida da Igreja, no Carriço, que a obra pelo menos não tenha tanto tempo de espera como teve no passado, e que as pessoas se orgulhem dessa situação.*

*Por outro lado, também queria felicitar a Câmara pela sinalética, pela preocupação ali junto da zona das Laranjeiras, e da Avenida Biscarrosse. No entanto, parece-me que ainda alguma coisa pode ser melhorada.*

*Vou aqui expor uma situação que pode até ser utopia, mas parece-me que nos parques que se pagam, o seu traçado, em vez de ser de forma branca, se fosse de cor diferente, talvez chamasse à atenção dos utentes, daqueles mais distraídos, ali qualquer coisa diferente, porque alguns são apanhados, e aparece-lhes a multa em casa, e que, às vezes, estes pequenos gestos que, se calhar, não têm grandes consequências, podem melhorar a situação do bem estar e até de compreensão dos próprios utentes.*

*Por último – e isto é muito pouco – queria pedir ao Sr. Presidente da Câmara qual é o motivo, por que é que na parte poente da Estrada Nacional 109, no Carriço e parte do Cabeço, ainda não está o saneamento concluído, ou melhor dizendo, as pessoas ainda não podem dispor do mesmo, uma vez que o próprio saneamento, as instalações já estão concluídas.”*

**Avelino António**, que no uso da palavra, declarou:

*“Sr. Presidente da Câmara, quero manifestar a minha sincera satisfação pelo projeto do novo Centro Escolar das Meirinhas, que muito agrada o Executivo e a Assembleia de Freguesia, também a Associação de Pais e os professores da EBI e do jardim de infância. É grande a expectativa para participar na apresentação oficial do projeto ao público, prevista para o próximo dia 9 de maio, no Salão das Coletividades, em Meirinhas. Espero que sejam cumpridos todos os timings previstos, de forma a ser inaugurado no início do ano escolar, em setembro de 2017.*

*Esperava de alguns críticos alguma contestação pelo facto da deslocação de uma zona central, mas, até agora, apenas tenho ouvido elogios por se situar próximo do colégio e do pavilhão gimnodesportivo, e também mais próximo do campo de futebol. Estou certo que este novo estabelecimento de ensino vem trazer mais conforto e melhores condições aos alunos que frequentam as nossas escolas, que ao ritmo dos últimos anos, vem sempre crescendo de ano para ano – é bom sinal.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Este novo centro escolar, orçamentado em cerca de um milhão e setecentos mil euros (1.700.000€), será bem vindo; só peca por vir tarde demais, pois a atual EBI está esgotada, e também, em dias de chuva, os alunos, durante o recreio, não têm um espaço coberto para se abrigarem, e os professores também não têm um único espaço de estacionamento sem ser na via pública, o que provoca enormes consternações.”*

**José Manuel Marques**, que usou da palavra conforme se descreve:

*“Querida aqui enaltecer e deixar uma palavra de apreço ao Sr. Presidente da Câmara e ao seu Executivo, pela obra que todos desejávamos ao nível da Freguesia do Louriçal, o polo escolar. Sabemos que já há algum tempo se iniciaram as obras da cantina escolar, a qual fazia muita falta, para cento e cinquenta alunos que se alimentavam, de alguma forma, a nível de espaço, com algumas dificuldades. Hoje, essa obra está quase a ser uma realidade, que esperamos ser concluída muito brevemente. O polo escolar é uma obra de todos, e com certeza a Câmara Municipal, mas não só, todo o concelho, deve-se orgulhar por este projeto, quando estiver concluído. Tenho a certeza de que será uma mais valia para a Freguesia do Louriçal, para os alunos, para toda a comunidade escolar, porque o projeto em si serve setenta crianças no pré-escolar e cento e cinquenta no ensino primário. Será, sem dúvida, uma aposta, que temos todos a certeza que será uma mais valia para a atual e para futuras gerações.*

*Aqui, não há dúvida de que há um Município e um Executivo que pensa seriamente que a educação só pode ser pensada assim, para o futuro. Para isso trabalha, a nível de uma gestão rigorosa, que pode pagar obras como estas que estão a servir o concelho. O mesmo não se passa com o Governo. É triste, que eu posso aqui dizer a todos que, em 1974, precisamente na época em que se deu o 25 de abril, e que comemorámos na passada segunda-feira quarenta e dois anos, e que foi o dia da liberdade, e que todos tínhamos liberdade, mas, na verdade, nesse tempo, eu tive que me deslocar para o Concelho da Figueira da Foz, que não tinha transporte tão fácil para Pombal, deslocar-me a vinte e cinco quilómetros para estudar. Hoje, parece que voltámos a essa época, quando dizemos que estamos livres. Como é possível esta iniciativa, que se esta Lei for em frente, vai matar a economia de uma freguesia como a minha, mas não só; nós temos alunos que vêm da extrema do Concelho da Figueira da Foz e de Soure (...) gerações que têm consigo também a educação, e não só, a cultura, através, por exemplo, da Filarmónica Louriçalense, com mais de cento e noventa e cinco anos, que entre si praticam ali a música; a nível dos escuteiros, a nível de tantas outras atividades, a nível do desporto. E o que vai ser destes alunos, que já são grupos, e que têm entre si três gerações, que são os avós, os pais e os jovens? Vamos matar esta iniciativa, que tem mais de quatro décadas? É pena, tenho pena, e sinto muito se esta Lei for em frente. É o apelo que faço às nossas populações, para que consigamos que isto seja anulado, a favor de todos nós.”*

**Manuel Serra**, cuja intervenção se transcreve:

*“O tempo disponível obriga-me a ir direto aos dois assuntos principais: a Feira da ANTRAM, a 10, 11 e 12 de junho, na Expocentro, e a Unidade de Saúde Familiar de Pombal Oeste, em Guia. Não nos tendo sido dada resposta oficial pela ADILPOM sobre as nossas preocupações, que lhe dirigimos, agradecia, Sr. Presidente, que nos informasse se pode a FAGO ficar descansada por*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*não ser permitido na Expocentro evento público da ANTRAM, concorrente, com animação de peso que se anunciou para esta mesma data.*

*Relativo à Unidade de Saúde Familiar, e conforme já transmitido ao Sr. Presidente, e no seguimento do compromisso assumido na reunião da nossa Assembleia de Freguesia, em 15 passado, trago a esta Assembleia informação da incomodidade real de toda a população pelos maus serviços médicos atuais, devido à não entrada em funcionamento daquela unidade de saúde. Sabemos que uma das essenciais condições passa pela disponibilização das instalações, que até agora a Câmara Municipal não entregou. Sabemos ainda que razões de política municipal recomendaram a opção tomada – aliás, já aqui explicada pelo Sr. Presidente em anteriores reuniões.*

*Para a União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, todas as razões municipais são respeitáveis, corretas e não distantes da compreensão da Junta. Porém, entre duas situações confrontantes, cabe aos políticos a decisão pelo menor dos males. E chegados a este ponto, para a Junta de Freguesia da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, o menor dos males será permitir o funcionamento pleno daquilo que coletivamente todos pretendíamos pôr em marcha. As questões acessórias serão resolvidas subseqüentemente, em linha, aliás, com a eficiência habitual que a nossa Junta sempre soube dar a estes casos.*

*Sr. Presidente, a população da União de Freguesias já sofreu o suficiente até agora, e já não se está a defender mais nada que lhes traga vantagem na perspetiva coletiva. E por isso, cabe-me a mim alertar todos os responsáveis para esse enorme desconforto e procurar tempestiva solução. Solicito, então, ao Sr. Presidente que, em conjunto, saibamos encontrar os caminhos mais confortáveis para todos, que permitam a imediata entrega das instalações, porque só assim teremos possibilidade de permitir a montagem da assistência na saúde eficaz para toda a freguesia. Há um tempo para posições mais musculadas, e outro para soluções mais tolerantes, e as cedências oportunas são muito mais vezes atos de inteligência do que fraqueza. E todos temos, Sr. Presidente, V. Exa. como pessoa inteligente, com disponibilidade para atender e decidir com magnanimidade. Aliás, são esses os atributos dos estadistas, as mesmas qualidades que lhe reconhecemos também, e que nos levaram a apoiar a sua candidatura.*

*Saibamos caminhar mais solidários os trilhos do futuro, e estou certo de que todo o concelho sairá a ganhar.”*

**Manuel Rodrigues Marques**, que no uso da palavra, declarou:

*“Eu vou fazer uma pequena intervenção para reportar algumas atividades do Município. Eu queria solidarizar-me com o companheiro Henrique Falcão, porque, como ele, eu também nasci numa fábrica de resina. E portanto, é de toda a oportunidade a Feira da Floresta, e peço ao Executivo que não esqueça o Museu da Resina.*

*Em fevereiro, realizou-se na Expocentro o Campeonato de Portugal em Pista Coberta, com a participação dos melhores atletas portugueses, incluindo os do Campeonato Nacional de Esperanças. Tivemos entre nós Néilson Évora, Susana Costa, Patrícia Mamona, Marco Fortes, Marta Onofre, entre muitos e muitos atletas de elite nas várias modalidades que o país tem.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Em 2 de abril, a Federação Portuguesa de Atletismo realizou, também na Expocentro, a 1.ª Gala dos Mestres e dos Campeões, onde foram homenageados atletas que individualmente conquistaram medalhas em Jogos Olímpicos, campeonatos do mundo e campeonatos da Europa, bem como respetivos treinadores.*

*No domingo passado, tivemos a 2.ª Edição do Trail Running Pombal – Sicó, com a participação de seiscentas pessoas nas três provas: trail longo, trinta e cinco quilómetros, Rosa Albardeira; trail curto, dezanove quilómetros, Cidade Pombal; e a caminhada, da Cidade à Serra. Esta iniciativa dos Bombeiros Voluntários de Pombal, em parceria com a Câmara Municipal, proporcionou aos atletas a oportunidade de contactar diretamente com a beleza da Serra de Sicó, e passar a manhã de um domingo a respirar o seu ar puro.*

*Amanhã vamos ter, no Teatro-Cine, a 1.ª Convenção Nacional de Rádios de Proximidade, às dez horas. Convido-vos a participar.*

*No dia 7 de maio, vamos ter o 15.º Capítulo da Confraria do Queijo Rabaçal. Eu estou certo que é desta vez que os deputados do Partido Socialista se querem entronizar. E desafio-vos a comprarem as vestes e a virem aqui a este Salão Nobre, a este capítulo, serem entronizados.*

*Sr. Presidente, estas atividades só são possíveis de realizar com o empenho do Sr. Presidente da Câmara, Diogo Mateus, dos Srs. Vereadores, dos funcionários do Município e a própria sociedade civil que a elas aderiram.*

*Com a certeza do dever cumprido, resta-nos agradecer a todos, com um bem haja.”*

**Michael António**, cuja intervenção abaixo se transcreve:

*“Eu vou ser muito breve. O tema já foi trazido pela minha caríssima e prezada colega deputada, Dra. Odete Alves, mas eu acho que o Sr. Presidente da Câmara acabou por pelo menos não prestar esta informação. Falo evidentemente do Centro de Saúde, provavelmente uma das obras públicas mais reclamadas, e há mais tempo reclamadas pela nossa população. É uma obra que tem um enorme impacto social, com consequência no dia a dia de todos nós, e dos utentes. Como sabem, tem entre quinze e dezasseis mil utentes inscritos. Infelizmente, a obra, e o seu decurso, conheceu algumas vicissitudes, não por falta do músculo financeiro do Município, mas, ao contrário, pela débil situação financeira que a empresa adjudicatária acabou por atravessar ao longo da execução da obra, e acabou por ter que fazer a cessão da posição contratual. Esse processo foi moroso, foi penoso, foi burocrático, foi sempre acompanhado de perto pela Câmara, e felizmente conseguiu-se encontrar uma solução de uma empresa que aceitou ficar cessionária da posição contratual e concluir a obra. Entretanto, as condições meteorológicas também não ajudaram, mas ainda hoje passei lá em frente, e vi que os arranjos exteriores avançam a bom ritmo, e encontravam-se inclusive a executar as pinturas.*

*A pergunta que eu faço – não sem antes manifestar o meu profundo regozijo e enorme satisfação por constatar que a obra está praticamente concluída, e porque também li na comunicação social – é qual é que é a data que está prevista para a entrada em funcionamento do Centro de Saúde e respetiva inauguração.”*

**Edite Santos**, que interveio conforme se descreve:



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*“Eu lamento ter que pedir a palavra para dizer duas coisas que, de facto, não estava a contar, mas tenho que o fazer, não ficava com a minha consciência tranquila se não o fizesse. E simplesmente para responder ali ao Sr. Deputado Pedro Brilhante, que veio para esta Assembleia trazer uma palavra que, de facto, não devia ter trazido, porque nós, na política, temos que ter um bocadinho de ética. E portanto, dizer-lhe o seguinte: a Bancada do Partido Socialista tem muito, mas mesmo muito orgulho em ser “geringonça”. E sabe por quê, Sr. Deputado Pedro Brilhante? Sabe por quê? Porque a “geringonça” teve o privilégio de acabar com a vossa “caranguejola”. Era só isto que eu queria dizer.”*

Nesta altura o **Senhor Presidente da Assembleia** deu novamente a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu às interpelações, como se segue:

*“Eu serei breve, até porque no conjunto das intervenções, eu vou fazer genericamente um agradecimento às palavras simpáticas, de apreço, de apoio, que eu, evidentemente, distribuo pelo conjunto dos Srs. Vereadores, pelos Diretores de Departamento, pelos Chefes de Unidade, todos os colaboradores da Câmara, que são eles que permitem que todo esse trabalho seja feito, nesta articulação que tem responsáveis, mas que fisicamente tem este conjunto de responsáveis.*

*Indo diretamente às questões do Sr. Deputado Pedro Brilhante, sobre a questão do modelo de arrendamento jovem em Pombal, nós vamos olhar novamente para a proposta. A intenção original era, de facto, tentar perceber de que maneira é que isto podia ser complementar à política nacional, e não em regime de substituição. E portanto, é uma matéria que devemos ponderar, até porque, de um modo geral, isto é um conjunto de iniciativas que consome muitos recursos públicos, e que deve ser mantida por todos os tempos. E portanto, temos que ter essa matéria em atenção.*

*Sob o ponto de vista das questões do Sr. Deputado Felismino, só duas notas muito breves também. A primeira é que o que está previsto é que a Rua da Igreja, e a Avenida da Igreja, terminem os seus trabalhos no final deste ano, e portanto, eu espero que no natal, ano novo, tenhamos essas obras concluídas – é o que está, aliás, estabelecido nos termos dos trabalhos adjudicados.*

*A sinalização horizontal que regula o estacionamento pago tem regulamentação jurídica, e portanto, não é de livre arbítrio; mas, a sua sugestão permite-nos pelo menos reforçar a sinalética vertical, alertando os utilizadores daquele espaço para que não sejam surpreendidos, e isso será pedido à PMU que, como sabe, é a responsável por essa sinalética.*

*As razões que ainda justificam que a poente da 109, tenhamos a zona sul da freguesia ainda desprovida da rede de saneamento, é a ligação da estação elevatória situada junto à sede dos escuteiros, na Rua do Osso da Baleia, depois da estrada nacional, depois do corte da passagem de nível ali do Apeadeiro do Carriço, e por outro lado, também uma outra circunstância, que não é esta, e que é a relação que foi apresentada, dos ramais, que estava incompleta. E portanto, há ainda ramais por fazer, que é uma matéria que entretanto será desenvolvida. A EDP, à partida, durante o mês de maio, assegurará a ligação desta estação elevatória.*

*Agradecer as palavras dos Srs. Presidentes de Junta do Pombal, do Louriçal e de Meirinhas, relativamente ao trabalho que procurámos fazer. E eu aqui quero recordar que nestes três casos,*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*nestas três escolas, nós tivemos, desde a aquisição do terreno à execução do projeto, à aprovação do projeto, à garantia, nalgumas delas, de financiamento, ao lançamento da obra e ao seu início, tudo realizado desde outubro de 2013 – projeto, terreno, financiamento, lançar obra, apreciar propostas e começar a trabalhar. No Louriçal, compraram-se terrenos, desenvolveu-se o projeto, já se lançou a obra. Em Pombal, houve uma clarificação da localização, porque como sabem, era uma matéria que não estava pacífica; a comunidade educativa, por unanimidade, reconheceu. Em Vermoil, tudo, terrenos (foram comprados onze), aprovado o projeto, garantido o financiamento, estamos a ultimar a candidatura para financiar-nos oitenta e cinco por cento (85%) desta obra, bem como a de Pombal, com toda a articulação que fizemos com a DGEstE, o mesmo acontece em relação à questão da Guia, e ainda fizemos a aquisição da Escola Conde Castelo Melhor. Lançámos a obra de Almagreira, que tinha o projeto aprovado, e que tinha que ser feita, e concluímos a obra da Mata Mourisca.*

*E portanto, os agradecimentos aos Srs. Presidentes de Junta que falaram, até porque são obras que estão a avançar, algumas delas, outras já estão desenvolvidas. Eu é que tenho que vos agradecer, Srs. Presidentes, porque esta articulação que tem sido permitida, e que tem sido muito frutuosa, é que nos permite falar com proprietários, resolver o problema, falar com os professores, apresentar os projetos, perceber a realidade local, fazermos as apresentações públicas – eu vou pedir desculpa ao Sr. Presidente Avelino, das Meirinhas, porque queremos cumprir calendário, está já agendada para a próxima Reunião de Câmara a abertura do concurso das Meirinhas, e portanto, nós vamos lançar o concurso antes de fazermos a apresentação pública nas Meirinhas. Mas, as observações que forem feitas, nós vamos procurar contemplá-las no nosso trabalho.*

*Sobre as perguntas do Presidente Manuel Serra: de facto, ontem conheci esta sua posição da proposta da ANTRAM. A ANTRAM, de facto, tinha-nos feito um pedido de cedência da Expocentro sem nos explicar as características de animação. E aquilo que eu lhe posso dizer, Sr. Presidente, e ainda sem antes falar com a ANTRAM, é que eu não posso admitir que a ANTRAM fique aborrecida com o Município de Pombal por estarmos a proteger as nossas coletividades, as nossas festas populares, e o esforço que há quase trinta anos é feito, na Guia, para termos este desenvolvimento. E portanto, temos que encontrar aqui uma solução alternativa, mesmo percebendo, pelo cartaz que me mostrou, que haja um conjunto de compromissos que lá possam existir, mas que temos que encontrar aqui soluções para não termos aqui uma sobreposição, de maneira a proteger a população. Porque eu não me esqueço que fui eleito Presidente da Câmara de Pombal, não sou Presidente da ANTRAM, e portanto, desculpem a expressão, “cada macaco no seu galho”, e eu não tenho dúvidas quanto àquilo que é a minha responsabilidade.*

*Quanto à questão da Unidade de Saúde Familiar do Oeste: como sabe, nós, no dia 6 de janeiro, reunimos na ARS, tivemos ocasião de também connosco contarmos com a Comissão de Utentes da Mata Mourisca (e portanto, com as preocupações que nos trouxe). Aquilo que acertámos com a ARS foram os termos de uma verificação de uma matéria – que eu, por acaso, não acho que sejam questões acessórias; aí, discordamos na avaliação da importância – que é, verdadeiramente, as situações sociais que podem estar a ser discutidas nas freguesias que podem*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*ficar sem as extensões. Isto obriga-nos a uma reflexão profunda. Esse relatório demorou muito tempo a chegar; eu remeti-o, no dia em que o recebi, para as Juntas de Freguesia e para a Comissão de Utentes. Eu recebi ontem o relatório da Comissão de Utentes, levei-o hoje à ARS de manhã, apresentei-lhe os problemas, vamos cruzar essa informação com os relatos – porque a informação clínica que está na ARS não pode ser tornada pública, e portanto, nós temos que pegar no relatório das cento e cinco pessoas (julgo eu) que foram inscritas pela Mata Mourisca, que têm situações para serem adequadas, para perceber se alguns deles não são já beneficiários de serviço domiciliário, quais é que precisam, porque – e eu vou aproveitar esta ocasião para vos dizer – aquilo que nós verdadeiramente vamos ter que fazer, e assumir, é criar uma rede de transportes dedicada para os utentes mais velhos, mais isolados, e sem condições, para assegurarmos o acesso dos serviços clínicos a toda a gente. E o Município vai ter que suportar estes encargos, mas eu acho que o vamos fazer numa lógica de igualdade, que tem que ser montada. E se me disserem assim: “Isto é uma matéria que só deve estar resolvida depois de o Centro de Saúde começar a funcionar”, eu se calhar discordo, porque acho que esse clima de falta de correspondência já existe, e nós temos que pensar que não estamos apenas a falar numa freguesia; estamos a falar na Ilha, como falamos na Guia, como falamos na Mourisca, como falamos também no Carriço, e temos que perceber qual é a forma adequada de não criarmos, em nenhuma circunstância, a sensação de que as pessoas deixam de ter acesso aos serviços de saúde, nomeadamente aquelas que são mais vulneráveis, que precisam de mais um apoio público, e a relação que foi apresentada pela Comissão de Utentes tem muitas pessoas com mais de oitenta anos que vivem sozinhas. Vivem sozinhas, e que será bom de ver que não têm carro, e que não têm condições. E foi feito um trabalho escrupuloso, em que se identificam os quilómetros a que estão do local, e nós temos que criar aqui uma solução. E aqui, deixe-me dizer, Sr. Presidente, que vamos ter que trabalhar os dois muito em conjunto para criarmos uma solução, que eu acho que tem que ser uma solução de freguesia, financiada exclusivamente pelo Município, para arranjarmos aqui uma solução. Creio que aqui também traremos muita inovação na forma com que vamos ultrapassar estas características mais rurais, de maior afastamento, mais distância, às vezes até abandono, que alguns idosos têm, mas não tenho dívida nenhuma de que o dinheiro público será muito bem empregue se fizermos esse trabalho com critério, com rigor, e correspondendo àqueles que, de facto, precisam do nosso apoio.*

*Ao Sr. Eng.º Rodrigues Marques, dizer-lhe que aqui em baixo se ouviu muito bem a sua intervenção; ouviu-se muito bem. E, de facto, não está esquecido o Museu da Resina. Como sabe, era uma matéria que estava muito associada à transferência das oficinas municipais do sítio onde estão para as instalações. Esta semana já houve novidades sobre o processo judicial de expropriação, e portanto, é natural que entretanto possa haver, e haverá desenvolvimentos. Deixe-me dizer, no entanto, que o que estava previsto no Plano de Loteamento das Cegonhas, onde estava o Museu da Resina, era uma implantação de cento e cinquenta metros quadrados (150 m<sup>2</sup>), e isto dará uma ideia também da dimensão que tinha sido pensada, e da dificuldade de fazermos alguma coisa com um verdadeiro significado da importância que o tema tem para*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Pombal, em cento e cinquenta metros quadrados (150 m<sup>2</sup>), que era, aliás, a casa antiga que servia de portaria, de escritório principal da Sociedade Central de Resinas.*

*Sr. Deputado Michael António, Centro de Saúde de Pombal: na semana que vem iniciam-se os trabalhos de transferência dos blocos para o Centro de Saúde, que começarão no dia 5. Eu creio que a partir do dia 9, 10, haverá já serviços a funcionar dentro do Centro de Saúde de Pombal. Eu hoje, com o Sr. Presidente da ARS, e com todo o Conselho Diretivo, assinalámos, de facto, que nessa semana de 10 haverá condições, e portanto, o Sr. Presidente da ARS apresentará ao Sr. Ministro da Saúde a disponibilidade de, com cautela, a partir do dia 15 de maio, podermos fazer a abertura formal, a inauguração, e portanto, deixar à agenda do Sr. Ministro essa condição, e de definitivamente resolvermos e pormos a funcionar mais esta unidade para o nosso concelho.”*

Nesta altura, interveio **Pedro Brillhante**, conforme se transcreve:

*“É só porque me passou o tempo há bocado, e eu não queria estar a tomar o nosso tempo, porque também a hora já vai longa, mas evidentemente, sendo interpelado diretamente, obviamente não podia deixar de responder.*

*Sra. Deputada, só dois segundos, que é muito rápido. Eu julguei, quando pediu a palavra, nos termos em que pediu, que era para me pedir desculpa relativamente ao comportamento do seu companheiro aí ao lado, que teve o comportamento impróprio que teve. E portanto, quando se inicia uma intervenção dizendo que “estou estupefacto” com alguma coisa, eu julguei que, dadas as circunstâncias, seria sobre isso. Mas, depois fiquei mais surpreendido quando percebi que, afinal, era sobre a utilização do termo que, afinal, a Sra. Deputada até se sente orgulhosa que lhe seja atribuído, mas que se sente na mesma circunstância ofendida, e relembrem desse mesmo orgulho. Sra. Deputada, eu não sei se acabar depois, a seguir, com a forma – eu sinto-me ofendido que me chamem algo, mas se termino chamando algo também, mas apesar de ter orgulho com isso, eu fiquei realmente muito confuso. E era só para perceber em que termos é que, afinal, nos podemos dirigir a esta Assembleia, se é da forma como o seu colega se dirige.”*

Passando para a apreciação e discussão efetiva das duas moções apresentadas, o **Senhor Presidente da Assembleia** passou a palavra a **Odete Alves**, cuja intervenção se transcreve:

*“De facto, o que eu penso que também deu azo a estas precipitações das Bancadas sobre estas moções foi, exatamente, este procedimento, a forma não só como as moções foram apresentadas, mas a forma como a Mesa depois lidou com estas moções. Todos cometemos erros, como disse há pouco o Dr. Coucelo, é verdade, temos que dar a mão à palmatória, não foi a melhor maneira de abordar estas moções, e de abordar estes assuntos.*

*De qualquer modo, eu ouvi o seu apelo, e além disso, neste período que nos foi concedido, e perante as fotocópias que penso que todos lemos, eu entendo que, neste momento, já mais documentada e mais informada, entendo que as razões que estão vertidas nas moções, designadamente do PSD e do CDS, são perfeitamente aceitáveis por todos nós; trata-se de moções que têm cariz mais de interesse das nossas populações e menos partidário, apesar de – e aqui faço a ressalva – a moção do CDS conter aqui alguma matéria de ataque partidário, e com essas, obviamente que eu não me revejo. Discutimos aqui este assunto na Bancada, não há aqui*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*consenso em relação à posição a tomar face às moções, e portanto, eu dou total liberdade aos membros desta Bancada de tomarem a opção que entenderem.*

*Vou falar, e vou justificar o meu voto, que será favorável às moções, com as ressalvas que já fiz, designadamente na moção do CDS, quando faz ataques partidários, e com esses, de facto, voto favoravelmente os pontos das deliberações finais, não voto, e não dou aqui o cheque em branco a todos os considerandos que constam da moção.*

*No que concerne à moção do PSD, parece-me que, a ser verdade, de facto – e é uma possibilidade, temos que encarar isto como uma possibilidade, aquilo que aqui está – todos vamos perder com esta decisão que vier a ser tomada, se for, de facto, definitiva. Todos reconhecemos a importância e o papel que os colégios têm desempenhado no concelho: a verdade é que eles têm conseguido colmatar as falhas do Governo, as falhas do Estado, que não tinha capacidade suficiente para conseguir ter todos os alunos, e portanto, foi por isso que os colégios também se instalaram, e que ao longo de anos asseguraram essas funções que, à partida, seriam funções do Estado. E como tal, pôr isso em causa com um qualquer despacho, ou com uma qualquer intenção, pode ser perigoso para as nossas populações, e pode ser fatal, não só para as populações, mas também para a classe docente, para os alunos, e isso é inaceitável. E portanto, ainda que o Governo pudesse vir a alterar a sua posição nesta matéria – até porque pelo que percebo aqui, da descrição que está aqui feita, isto não é uma decisão ainda definitiva, mas admitindo que isso possa vir a acontecer, é, de facto, este o único timing possível para nós conseguirmos fazer chegar mais alto aquilo que é a nossa posição sobre a defesa dos interesses do nosso concelho, que é para isso, na verdade, que todos aqui estamos.*

*E portanto, o meu voto favorável vai justificado nos termos em que acabei de o fazer.”*

**Vítor Gomes**, que usou da palavra da seguinte forma:

*“É só para informar a Mesa que eu vou votar favoravelmente esta moção, mas vou fazer a minha declaração de voto. Eu vou votar esta moção, para além daquilo que a minha camarada Odete Alves já referiu, essencialmente porque estou a pensar nos profissionais, nos alunos residentes nessas áreas, e nas economias locais; não estou a pensar nos proprietários desses colégios, nem estou a pensar nos paizinhos que vivem em Pombal e querem os filhos no Louriçal, porque têm aqui uma oferta pública, e as escolhas dos paizinhos implicam que sejamos nós a pagar. Não é do bolso deles, nós é que pagamos os colégios privados; pagamos o público e pagamos os privados. Portanto, eu não estou a pensar nos proprietários.*

*E mais, as pessoas falam, falam, falam à boca pequena, e ninguém diz nada como deve ser. Alguma coisa tem que mudar também neste setor, porque neste setor, quando há algum corte para os colégios – e houve no Governo de Sócrates – as primeiras pessoas a sofrer não foram os proprietários nem os gestores, porque esses não prescindem dos Jaguares e dos Porsches; quem sofreu logo a seguir foram os professores e os funcionários que foram despedidos. Portanto, alguma coisa tem que mudar também aqui. O dinheiro público é limitado, e nós não podemos andar a pagar os desvarios de quem quer que seja.*

*Eu só voto favoravelmente esta moção porque estou a pensar nos profissionais, nos alunos residentes e nas economias dessas áreas, por isso é que eu voto a favor.”*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

**António Roque**, que interveio como se transcreve:

*“Eu também vou votar a favor, pois caso o Instituto D. João V fechasse no Louriçal, seria o descalabro para a freguesia, a nível económico, social, desportivo e cultural. Existe um Louriçal rural antes do instituto, e um Louriçal desenvolvido após o instituto.”*

**António Fernandes**, que interveio como se segue:

*“É verdade, ou eu estou enganado, quando vou dizer que uma turma no privado custa cerca de oitenta mil euros (80.000€) por ano, e uma turma no público custa mais de cento e trinta mil (130.000€)? Se isto é verdade, qual vai ser a estratégia do Governo? Está a gastar oitenta mil (80.000€) no privado, e quer gastar cento e trinta (130.000€) ou cento e quarenta mil (140.000€) no público, por que razão? Não falando já do acompanhamento dos alunos, e do aproveitamento, e dessas estatísticas todas que há a nível nacional. Não tenho a certeza, mas gostava que o Sr. Presidente da Câmara dissesse se, realmente, há esta discrepância, ou não há, nos valores.”*

Nesta altura o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou alguns esclarecimentos, como se segue:

*“Nós sabemos que existiram reduções nas participações por turma, e creio que o valor hoje é um bocadinho inferior aos oitenta mil (80.000€) por turma. Eu bem sei que a fonte de financiamento não é a mesma, mas no ensino profissional, anda à volta dos sessenta mil (60.000€), e portanto, é uma diferença substancial. E durante muito tempo, discutia-se, de facto, se os valores da escola pública eram ou não eram superiores aos do ensino privado. Há uma coisa que também não pode ser comparada, porque há coisas que não são comparáveis: se nós tivermos uma escola pública que está num local onde o número de turmas que funciona é mais pequeno, o número de professores que lá está, a dividir por menos alunos – bem sei que há horários completos, ou não, e portanto, há aqui um conjunto de fatores. Mas, estes números, julgo que não falho muito deles. Nós estamos a discutir acordos que representam quarenta e oito milhões de euros (48.000.000€) por ano num país, num Ministério que gasta quase cinco mil milhões (5.000.000.000€). Os acordos das escolas privadas representam quarenta e oito milhões (48.000.000€) num universo de despesa de mais de cinco mil milhões (5.000.000.000€), que é o orçamento do Ministério da Educação. E portanto, eu acho que isto é muito mais uma opção política do que uma opção financeira.*

*É verdade, e o deputado Vítor Gomes fez aqui referências que acabam por poder aqui dar a ideia de que isto deu azo à criação de um conjunto de proprietários que manifestam sinais particulares de riqueza, mas também não podemos tomar a nuvem por Juno; eu também conheço outros que não têm essa postura, nem têm essa dimensão. Deixem-me até dizer-vos uma coisa, sob o ponto de vista agora histórico: nós temos duas escolas destas que existiam antes do 25 de abril – o Colégio da Guia é de antes do 25 de abril, e o Externato Liceal de Albergaria dos Doze é de antes do 25 de abril. Portanto, este esforço – das cinco escolas, duas existiam antes, o que mostra bem que essa forma de complementar a atividade pública é antiga, hoje caracteriza muito bem a formação humana nas Freguesias de Albergaria dos Doze, Santiago e S. Simão, e também na zona oeste, onde encontramos muitas pessoas de sessenta, setenta, oitenta anos, que tiveram formação superior ou por lá andaram, precisamente porque tinham essa proximidade. Esse*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*combate a esse afastamento, desertificação, pobreza e distância dos centros educativos existiu porque houve esse esforço, houve essa carência.*

*E portanto, eu acho que aqui temos uma posição muito equilibrada, que julgo que será por unanimidade, por aquilo que vi. A questão financeira é importante, como referiu o deputado António Fernandes, mas eu acho que aqui, acima de tudo, é uma questão política, porque eu acho que os sistemas podem coexistir, prestar um bom serviço, e acima de tudo assegurar este bom equilíbrio entre a educação, a economia local, o emprego e o desenvolvimento.”*

**Submetidas a votação, ambas as moções apresentadas foram aprovadas por maioria, com quatro abstenções.**

### **Ponto 2 – Período da ordem do dia:**

#### ***Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;***

Nesta altura, o **Senhor Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para uso da palavra, tendo-se inscrito os seguintes membros da Assembleia Municipal:

**António Roque**, que interveio como se descreve:

*“Era só para falar sobre um ponto, que é sobre a Bolsa de Turismo de Lisboa. Eu, por acaso, nesse fim de semana até estava lá em Lisboa, fui ver o Sporting – Benfica, e vi umas fotografias no Facebook com o Marquês de Pombal, etc., e a Condessa de Daun (...) consegui arranjar um convite, de uns senhores que estavam a trabalhar nos stands dos respetivos Municípios (...) e de outros no Algarve, e cheguei lá (isso no sábado), cheguei lá e não havia nenhum stand de Pombal; simplesmente passaram lá o Sr. Presidente, mais a Sra. Vereadora do Turismo, o Marquês de Pombal e a Condessa de Daun, e não havia nenhum stand. E eu fiquei assim: “Pronto, não tenho com quem almoçar, vou almoçar sozinho.”*

*Bem, neste sentido, eu queria perguntar ao Sr. Presidente o seguinte: por que é que Pombal não participou com um stand? Foi por motivos económicos? Por motivos de falta de meios humanos? Que outro motivo pode ter sido apontado, quando temos potencial turístico, desde o mar até à serra, e também com uma vertente de turismo religioso?”*

**Carlos Clemente**, cuja intervenção se transcreve:

*“Eu, em relação aqui ao nosso deputado Roque, trago aqui um testemunho, realmente, de uma atividade da Câmara. E essa atividade foi em Nanterre, foi a representação da Feira dos Produtos Regionais Portugueses, onde a Câmara, o Município de Pombal, juntamente com a ADILPOM, se fez representar e divulgou os nossos produtos.*

*E eu aqui queria testemunhar o seguinte: eu, presentemente, estive os três dias na feira, e fomos, realmente, muito bem recebidos pela comunidade. E notou-se que, realmente, esta questão do nosso concelho – porque estavam lá vinte e um concelhos representados, havia ali, realmente, a falta do sul, ou seja, abaixo do Mondego, um concelho que fizesse representar a região centro. Eu, neste sentido, achei que toda a comunidade portuguesa que nos recebeu lá ficou, realmente,*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*muito bem impressionada, e aliás, pediram que voltássemos a estar presentes nesta atividade, nesta feira, até porque nós fomos, este ano, só com os produtos regionais, mas podemos levar mais coisas, e também podemos levar algum património das nossas freguesias e do nosso concelho.*

*E isto era um desafio que eu deixava aqui ao Sr. Presidente, para que no próximo ano pudéssemos levar talvez mais empresários, mais produtos, para que realmente pudéssemos representar Pombal e outras regiões – como por exemplo Fátima, que também fica aqui muito próxima, Ansião – toda esta zona que, realmente, enriquece o nosso concelho. Por isso, Sr. Presidente, foi, realmente, da minha parte, um prazer estar lá estes três dias, a conviver com aquela população que é enorme – temos lá bons operários, temos lá bons empresários, temos lá gente muito boa. Por isso, deixo o desafio para que, para o ano, se não for eu, outras pessoas possam lá estar, outras empresas, outros produtos, para que, realmente, nós possamos ter orgulho das gentes que somos, de Pombal.”*

**Manuel Serra**, que interveio como se descreve:

*“Sr. Presidente, sobre as obras que se anunciam na sua informação para a União de Freguesias, nas páginas 90 a 92 – requalificação da 109 em Guia, emissário de Carnide – Lourical, caminho municipal de Moita do Boi – Antões, passeios e alcatroamentos, passeios e pluviais em Rua da Igreja, da Mata Mourisca, valetas em calçada na Rua do Canto, em Mata Mourisca de Baixo, requalificação da Rua Capela de S. João, Avenida da Igreja, em Ilha, com passeios, requalificação da Rua 30 de Junho, em Ilha, e ainda a requalificação da escola desativada da Ilha de Baixo para as Associações do Rancho Folclórico e da Filarmónica da Ilha, como principais ações, a que se juntam algumas beneficiações de mais algumas vias de menor extensão – só temos que felicitar V. Exa. e o seu Executivo pela concretização que há muito se aguardava. Há, porém, duas obras em que realmente recai a minha atenção, e por isso solicitava a V. Exa. alguma informação adicional sobre a data mais provável das mesmas. A requalificação da Feira dos Dez, em Guia, na sua totalidade, como solicitámos a V. Exa., que infelizmente não vai a tempo da FAGO 2016. E ainda a estrada e ciclovía no Grou, Estrada Atlântica. Esta será a única obra expressiva a executar neste mandato no Grou, mas acima de tudo uma importante via de comunicação para as praias (Osso da Baleia, Pedrógão e futura da Guia), que indubitavelmente trará enormes mais valias para a qualidade desse acesso e orgulho à terra, que neste momento se envergonha de ser conhecida pela terra com a pior via de comunicação turística do concelho. Vários cárteres partidos e pneus rebentados em autocaravanas que deixam uma imagem de terceiro mundo à terra que, obviamente, os seus habitantes se lamentam e reclamam a competente correção. Para quando se prevê o início da sua requalificação?”*

Nesta altura o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu às interpelações, como se segue:

*“Sobre as questões do Sr. Deputado António Roque, a presença de Pombal no stand, anteriormente Região de Turismo de Leiria – Fátima, e depois da Entidade Regional de Turismo, depois da reformulação que existiu, tem sido sempre articulada no âmbito da Comunidade Intermunicipal, porquanto a dimensão do stand – e se esteve lá, teve ocasião de o ver – e o*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*formato que nos foi apresentado pela Entidade Regional de Turismo, nos dava, de facto, as condições de termos uma promoção integrada em toda a região centro, com um acolhimento, e da forma como estão organizadas as coisas, com um dia dedicado à CIM de Leiria.*

*Este ano, o conjunto dos Presidentes de Câmara presentes – e já na sequência do que tinha acontecido no ano passado – sentiram que, de facto, a forma com que as coisas correram podia ser francamente melhorada. E nesta altura, a Comunidade Intermunicipal reflete sobre os termos da sua representação futura. Isto por quê? Porque sentimos que esta promoção conjunta pode ser útil – eu recordo que, por exemplo, no âmbito da CIM, se fez um filme de promoção turística, aliás, que foi premiado como o melhor filme promocional do país, no ano passado – e que podemos ter aqui um conjunto de sinergias, porque também essa coesão em torno da Comunidade Intermunicipal nos dá a todos uma dimensão completamente diferente. Mas, isso não tem feito com que o Município fique apenas, neste conjunto de certames promocionais e turísticos, vinculado àquilo que são organizações transmunicipais. E portanto, a nossa participação até é mais frequentemente autónoma e individual – recordo a Feira Internacional de Turismo da Guarda, onde estivemos no ano passado, e onde vamos estar este ano; aliás, o colaborador, agora não Presidente de Junta, Carlos Ribeiro, regressou agora da Guarda, onde estive a verificar e a montar as coisas. Estivemos na Feira de Nanterre, através da ADILPOM, e portanto, a lógica é um bocadinho esta, para percebermos: o público do Mercado da Saudade, em França, e no caso da Guarda, a promoção ibérica. Portanto, é uma matéria que estamos a avaliar. É evidente que as representações na BTL, sob o ponto de vista financeiro, são muito caras, estão centenas de expositores, e portanto, temos que também concluir se a dimensão de um pavilhão de três por três, no meio de não sei quantos, nos dá, de facto, essa valorização promocional que justifica os recursos, e por aí fora. Nós precisamos sempre de também ter, não é gastar por gastar, ter aqui um espaço, uma dimensão, uma exposição, para que as coisas possam acontecer. E portanto, não é matéria – já se percebeu pelos exemplos, porque são todos novos, no passado nunca se tinha feito – a que estamos a dedicar atenção.*

*Quanto às palavras do Presidente da Junta da Redinha, evidentemente que estas operações, quando correm bem, a intenção municipal é que elas, no futuro, possam correr melhor. E portanto, eu espero que haja condições futuras para continuarmos a ter esta representação fora do país, sendo, no entanto – deixem-me dizer-vos – criterioso na seleção dos locais. Por quê? Porque nos interessam determinados públicos, interessa-nos determinada dimensão, interessa-nos determinado custo, e tudo isto não pode deixar de ser considerado.*

*Quanto às obras feitas pelo Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca: eu, Sr. Presidente, pensava que o senhor não ia conseguir acabar de ler a lista de obras que estão, ou em curso, ou para iniciar-se na União de Freguesias. E portanto, percebo que sob o ponto de vista do planeamento, tenha esta preocupação, mas também quero aqui recordar, até porque vamos entrar neste ponto a seguir, nos últimos dez anos, este Orçamento da Câmara foi o mais baixo de sempre. Nos últimos dez anos, este Orçamento da Câmara foi o mais baixo de sempre. E eu percebo que, às vezes – e vamos discutir isso no próximo ponto – haja uma ideia de abundância de fundos, que não são superiores aos que existiram no passado, são é*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*geridos de maneira diferente. E por isso é que se consegue ter esta dinâmica de promoção das obras e de reutilização das sobras entre o diferencial que é o valor de adjudicação e o valor que está previsto em Orçamento, e que não fica à espera um ano para isso.*

*Portanto, indo às conclusões, o projeto de requalificação da Feira dos Dez, como sabe, foi apresentado, é uma intervenção que tem, sob o ponto de vista financeiro, um peso muito grande, muito grande, e está em avaliação.*

*De facto, o Grou tem das piores vias que se conhecem, mas também é importante sublinhar que a Câmara não é dona da via; quem é dono da via é o ICNF, quem tem responsabilidades é o ICNF, quem deve ser acionado judicialmente por prejuízos deve ser o ICNF, que ainda por cima tem as vias em mau estado, tem o Município com intenção de fazer as obras, e apresenta aquelas reivindicações conhecidas por todos, pelos trabalhos que, à data, o Eng.º Narciso Mota teve que fazer na Estrada Atlântica e nas outras todas, com discussões sobre alargamentos, reposições de madeira, compensações, e por aí fora. E portanto, o projeto que nós tínhamos no Grou, Estrada Atlântica, era um projeto que tinha um custo unitário por quilómetro muito elevado; está a ser revisto, não está na gaveta, mas avançará quando tivermos as condições, até porque, reparem: nós temos que estar aqui despertos e atentos à melhoria dessas condições de circulação, mas qualquer dia temos o ICNF ainda a pedir que a gente lhes pague para fazer a manutenção do património deles, e eu isso, confesso-vos que não tenho muita vontade de o fazer, porque nós percebemos que a inversa nem sequer é de colaboração. Começámos precisamente a intervenção com a pergunta do deputado Henrique Falcão, sobre a colaboração, e portanto, já se percebeu que sob o ponto de vista institucional, temos aqui uma situação que precisa de ser desbloqueada, porque, há bocadinho, o Sr. Presidente da Junta falou de posições musculadas, mas eu também não estou disposto a fazer tudo por qualquer preço, porque acho que o Município também tem uma palavra a dizer, uma vez que dá exemplo, investe, retira do seu Orçamento para fazer obra alheia, e também por isso tem aqui alguma autoridade para o fazer com outro critério. Portanto, eu percebo a circunstância, mas não podemos ficar muitas vezes com as dores dos outros, que são ter que fazer as obras e perceber-se que eles também têm que fazer um bocadinho de esforço. Não sei se fez as contas, de quanto é que é o total do somatório das obras que referiu; devem ser seis milhões de euros (6.000.000€). E eu pergunto-lhe se algum dia, nalgum mandato, o conjunto das freguesias teve esse montante de investimento no mesmo ano; e vai encontrar a conclusão que eu tirei, que nunca teve. Nunca teve.”*

### ***Ponto 2.2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais de 2015;***

O Senhor Presidente apresentou à Câmara os documentos de prestação de contas individuais respeitantes ao ano de 2015 os quais se dão por reproduzidos e ficam arquivados nos serviços



## MUNICÍPIO DE POMBAL

respetivos, abordando o Relatório de Gestão e prestação de contas, conforme deliberação do executivo que a seguir se transcreve:

### *"RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO ECONÓMICO DE 2015*

*Exmo Sr. Presidente*

*Apresenta-se de seguida e de forma sucinta o Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas Individuais, relativos ao ano económico de 2015.*

#### **1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO**

*Em cumprimento das normas legais de funcionamento e de organização do Município, impõe-se que submetamos a apreciação e votação da Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária de Abril, os documentos de prestação de contas.*

#### **2. EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS**

##### **2.1. Execução da receita**

*As Receitas Totais Liquidadas do ano de 2015, que inclui o Saldo da Gerência Anterior de € 7.860.540,17e as Reposições não Abatidas nos Pagamentos em € 7.192,24, fixaram-se em € 47.392.874,14, valor que, relativamente às previsões corrigidas de € 50.612.442,17, representou um grau de execução de 93,6%.*

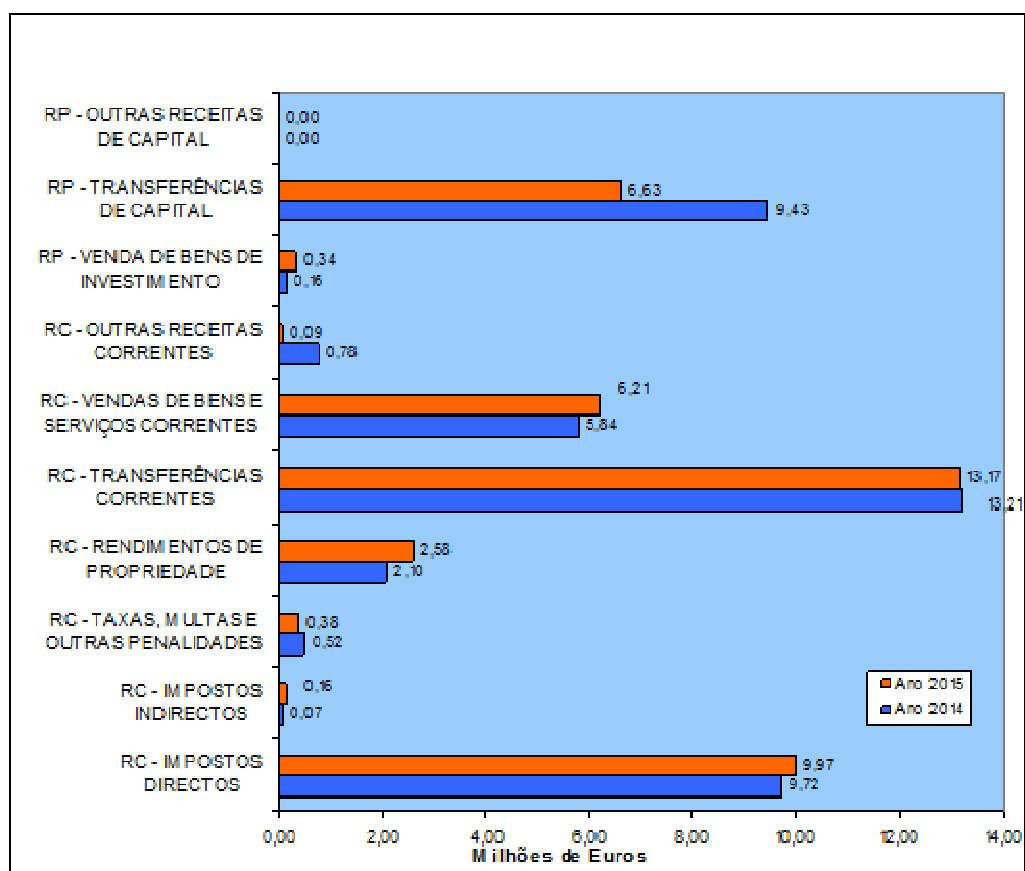
*Comparativamente ao ano de 2014, o valor da receita cobrada total teve um decréscimo de 4,27%.*

*Vejamos no gráfico a evolução, por capítulos, da receita de 2015 relativamente a 2014:*

*Decomposição da receita, por capítulo, 2014, vs 2015*



## MUNICÍPIO DE POMBAL



Em 2015 o decréscimo verificado na execução da Receita deveu-se, essencialmente, à redução na execução da receita de capital, em menos **27,41%**, mais concretamente nas transferências de capital, devido à redução da receita proveniente dos fundos comunitários, perfeitamente previsível considerando que o Quadro Comunitário, que financiou esses investimentos, QC 2007/2013, se encontra encerrado.

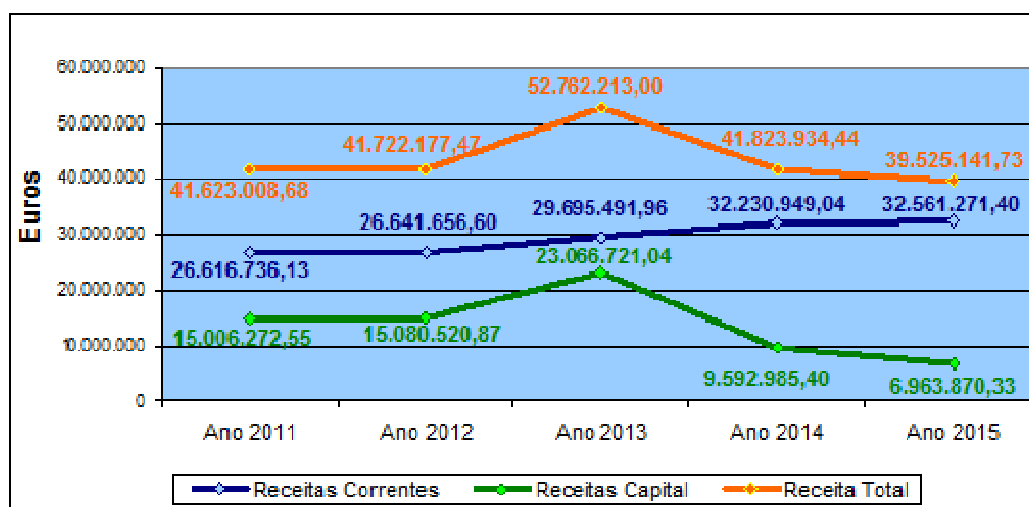
Quanto à receita corrente, a taxa de execução de 101,94% reflecte bem o critério realista que esteve subjacente na estimativa orçamental deste tipo de receita. Comparando com 2014, não se verificaram variações significativas em todos os capítulos, tendo aumentado a sua execução em **1,02%**.

Demonstra-se, nos pontos seguintes, a evolução e a estrutura da receita municipal, em corrente e de capital, nos últimos 5 anos (que não inclui o capítulo Outras Receitas, que abrangem o saldo transitado da gerência e as reposições não abatidas nos pagamentos).

*Evolução da receita nos últimos cinco anos*



## MUNICÍPIO DE POMBAL



### 2.2. Execução da despesa

As Despesas Totais do ano fixaram-se em € 36.488.906,97, valor que, relativamente às previsões corrigidas de € 50.612.442,17, representou um grau de execução de 72,09%.

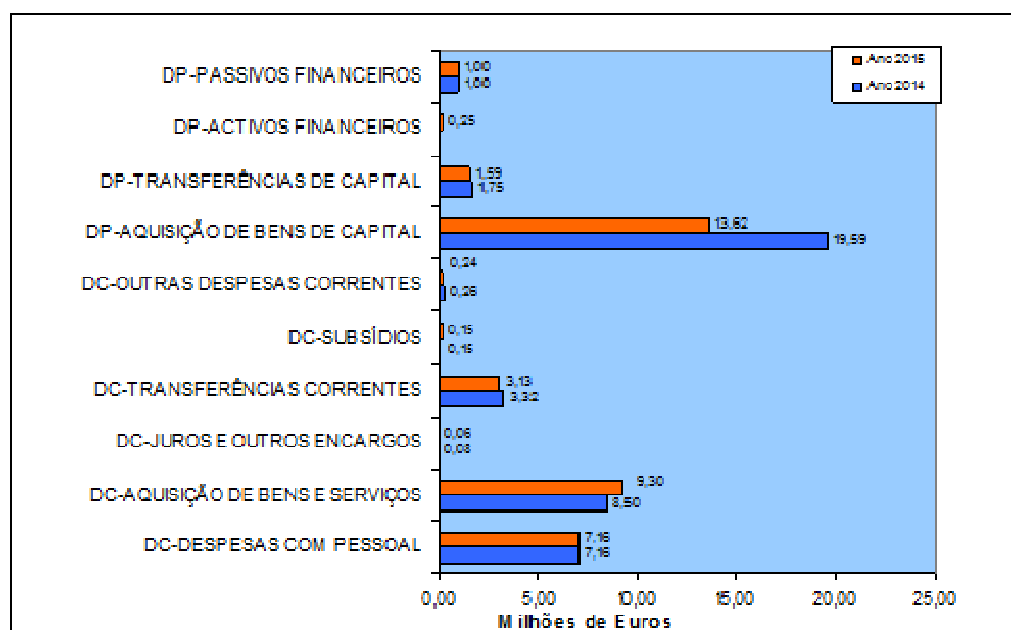
Relativamente a 2014, verifica-se uma descida da despesa em menos 12,69%, muito devido à redução na execução do PPI – Plano Plurianual de Investimentos, traduzido no capítulo “Aquisição de Bens de Capital”, essencialmente devido à conclusão das obras financiadas pelos fundos comunitários.

Vejamos no gráfico a evolução, por capítulos, da despesa de 2015 relativamente a 2014:

*Decomposição da despesa, por capítulo, 2014, vs 2015*



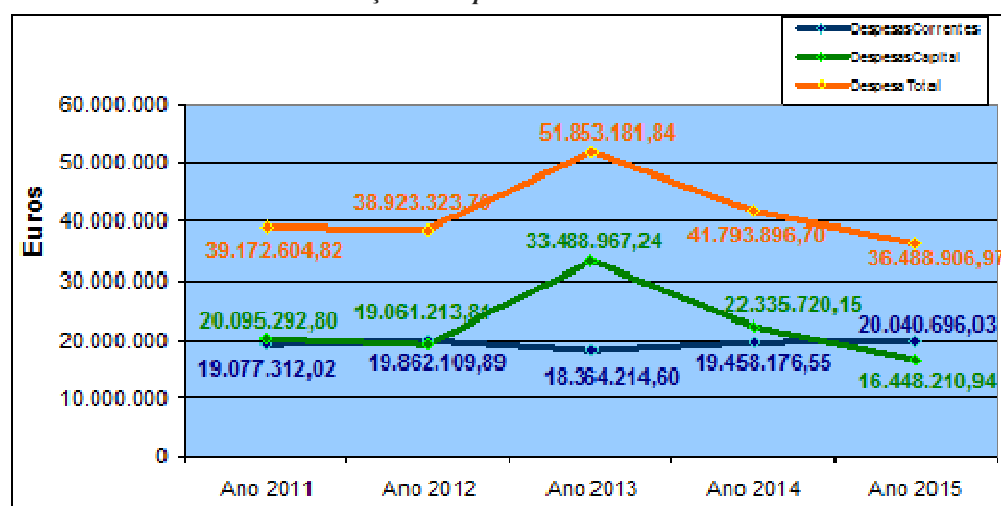
## MUNICÍPIO DE POMBAL



Como se pode constatar, a descida na execução da despesa, que acompanhou a descida do lado da receita, reporta essencialmente à Aquisição de Bens de Capital, traduzido no PPI executado pelo valor de € 13.615.980,06 que, comparativamente a 2014, reduziu a sua execução em 30,5%.

Demonstramos, nos pontos seguintes, a evolução e a estrutura da despesa municipal, em corrente e de capital, nos últimos 5 anos.

Evolução da despesa nos últimos 5 anos



## 2.3. Relacionamento da receita com a despesa

Evolução da receita e da despesa 2011 – 2015

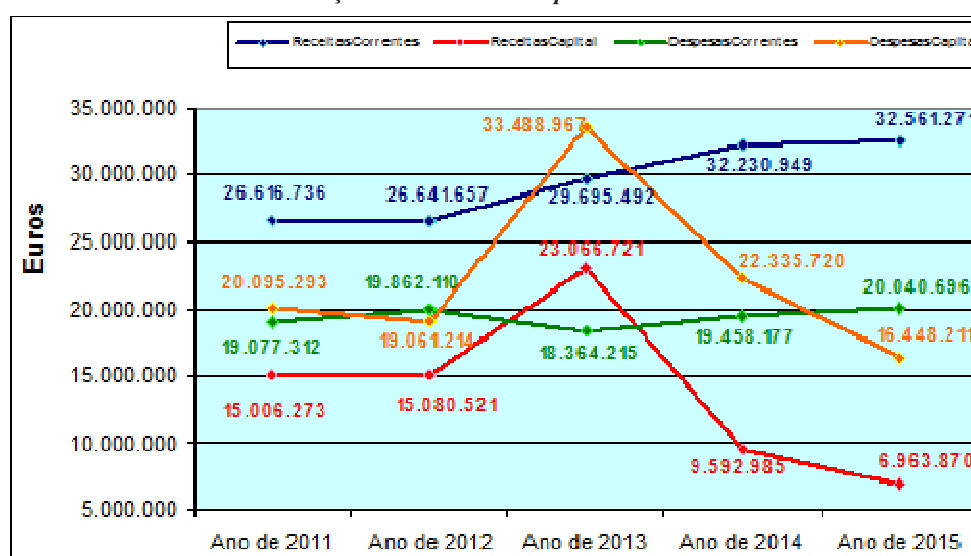
Ano de 2011	Ano de 2012	Ano de 2013	Ano de 2014	Ano de 2015
-------------	-------------	-------------	-------------	-------------



## MUNICÍPIO DE POMBAL

<b>Receitas Correntes</b>	€26.616.736,12	€26.641.656,60	€ 29.695.491,96	€ 32.230.949,04	€ 32.561.271,40
<b>Receitas de Capital</b>	€ 15.006.272,55	€ 15.080.520,87	€ 23.066.721,04	€ 9.592.985,40	€ 6.963.870,33
<b>Despesas Correntes</b>	€ 19.077.312,02	€ 19.862.109,89	€ 18.364.214,60	€ 19.458.176,55	€ 20.040.696,03
<b>Despesas de Capital</b>	€ 20.095.292,80	€ 19.061.213,81	€ 33.488.967,24	€ 22.335.720,15	€ 16.448.210,94

*Evolução da receita e da despesa 2011– 2015*



No que se refere à estrutura da despesa e receita, verifica-se um aumento da receita corrente em 1,02% e da despesa corrente em 2,99%.

O aumento do património imóvel, nomeadamente com o início de funcionamento das novas infra-estruturas de Abastecimento de Água e Tratamento das Águas Residuais, bem como de novas valências educativas, contribuiu para o aumento dos custos associados ao funcionamento e manutenção dos mesmos, principalmente, com os aumentos aplicados nos fornecimentos de energia e gás.

Quanto às despesas com pessoal, mantiveram-se praticamente inalteráveis, com um aumento ínfimo de 0,02%, relativamente a 2014

O aumento da despesa corrente superior ao aumento da receita corrente, ainda que de pouca expressão, (2,99% pela despesa e 1,02% pela receita), contribuíram para uma ligeira redução na afectação da receita corrente em despesa de capital (39,63% em 2014 e 38,45% em 2015). No entanto é notório o forte contributo da receita corrente na despesa de capital, permitindo ao Município continuar a manter uma política forte de investimento no Concelho.

Foi neste quadro de controlo que se permitiu afectar **€ 12.520.575,00** de receita corrente a despesa de capital. Dito de outro modo, o Município disponibilizou **38,45%** da receita corrente para investimento, o que representou um aumento de 1,47% em relação a 2013.



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*De seguida apresentam-se alguns indicadores para análise, em termos de Contabilidade Orçamental:*

<b>PESO DA RECEITA PRÓPRIA NA DESPESA CORRENTE</b>	
Receitas Próprias	9.420.926,02
Despesa Corrente	20.040.696,03
<b>Taxa</b>	<b>47,01%</b>

*Este rácio, mede o peso das Receitas geradas directamente pela Autarquia na Despesa Corrente (RECEITAS PRÓPRIAS = Receita Corrente – Impostos Directos – Transferências Correntes).*

*O aumento, tanto da receita própria como da despesa corrente, em relação a 2014, não permitiu grandes oscilações, tendo-se verificado uma ligeira redução de 0,83%, em relação ao ano transacto.*

<b>PESO DOS IMPOSTOS DIRECTOS NA RECEITA TOTAL</b>	
Impostos Directos	9.971.617,87
Receita Total	39.532.333,97
<b>Taxa</b>	<b>25,22%</b>

*Este rácio mede o peso dos Impostos Directos (IMI + IMT + IUC + Derrama) na Receita Total.*

*Comparativamente a 2014, verificou-se um aumento do peso dos impostos directos sobre a receita total, de 1,99%, não tanto pelo aumento verificado nos impostos directos (2,63%) mas pela redução na Receita total (-5,48%).*

<b>PESO DA VENDA DE BENS E SERVIÇOS NAS DESPESAS COM PESSOAL</b>	
Venda Bens e Serviços Correntes	6.212.163,38
Despesas com Pessoal	7.159.257,40
<b>Taxa</b>	<b>86,77%</b>

*Este rácio permite-nos concluir que a receita gerada pelo Município na venda de bens e serviços (não inclui a cobrança de Taxas, Impostos Indirectos e Rendimentos de Propriedade avaliados em € 3.119.608,36) cobre, quase na totalidade, as despesas com o Pessoal do Município.*

*O aumento da venda de bens e serviços, em 6.46%, em contraste com o aumento irrelevante, quase inalterável, de 0,02% nas despesas de pessoal, permitiu aumentar a cobertura das vendas de bens e serviços nas despesas com pessoal, em mais 5,25%, relativamente a 2014.*

<b>VENDA DE BENS E SERVIÇOS DISTRIBUÍDO PELO Nº DE TRABALHADORES DO MUNICÍPIO</b>	
Venda Bens e Serviços Correntes	6.212.163,38



## MUNICÍPIO DE POMBAL

Nº Trabalhadores	407
Valor	15.263,30

De um modo geral pode afirmar-se que em média, cada trabalhador (não contando com prestadores de serviços, CEI e PEPAL) gerou no ano de 2015, uma receita de € 15.263,30.

Aumentou em € 107,14, a média da receita por trabalhador, em relação a 2014, devido ao aumento da venda de bens e serviços que, em termos proporcionais, foi superior ao aumento do nº de trabalhadores.

### 2.4. Saldo da Gerência Anterior

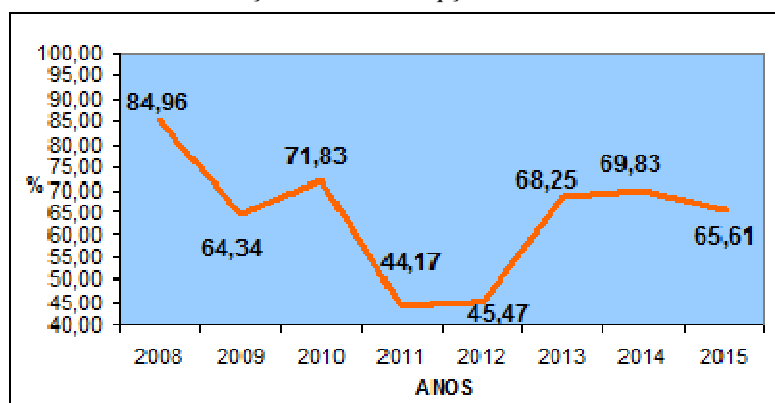
Por definição, o Saldo da Gerência Anterior é o diferencial, apurado entre a receita efectivamente cobrada e a despesa efectivamente paga no ano.

No ano de 2015, o valor total de receita cobrada bruta de € 39.688.753,11 mais o Saldo da Gerência apurado no final do ano anterior, de € 7.860.540,17, menos o total da despesa paga, fixada em € 36.488.906,97, resultou num Saldo de Gerência no final do ano, de € 11.060.386,31, sendo este o valor constante no mapa de Fluxos de Caixa.

### 2.5. Execução das Grandes Opções do Plano (GOP)

O valor previsto para o Plano Plurianual de Investimentos e para o Plano de Actividades Municipais foi de € 34.946.590,00 sendo o valor executado no final do exercício de € 22.929.302,19. Daqui resulta um grau de execução de 65,61%.

Taxas de execução das Grandes Opções do Plano 2008-2015



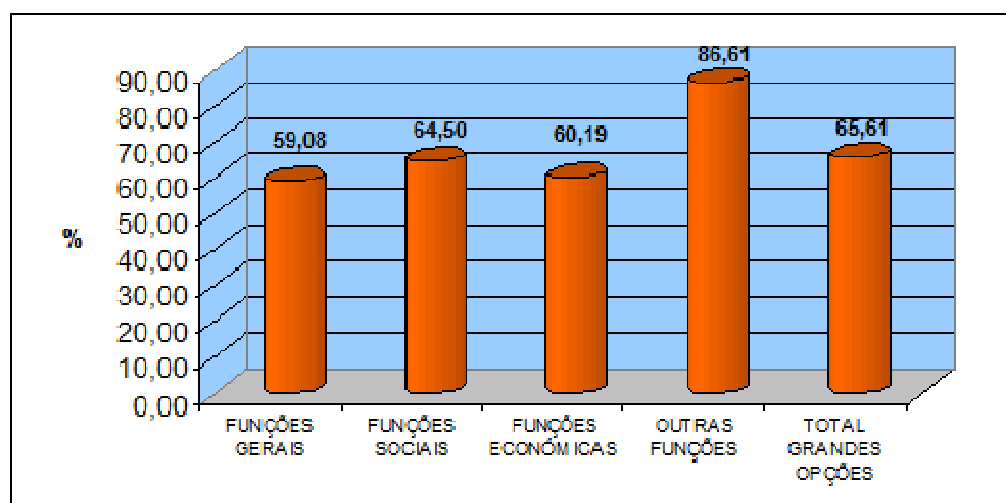
Com se referiu anteriormente, o ano de 2015, foi o ano de encerramento dos projectos financiados pelo Quadro Comunitário 2007/2013. A redução da execução, em relação a 2014, na senda do sucedido em 2013, veio de encontro, à também redução da previsão, aquando da elaboração das GOPs, o que não permitiu grandes variações na taxa de execução, comparativamente a 2014 e 2013.

No gráfico e quadro seguintes, detalha-se, por funções e por objectivos, a execução financeira das GOPs.

Grau de execução das GOP's, 2015, por função



## MUNICÍPIO DE POMBAL



## Execução das Grandes Opções do Plano 2015

(Parte 1 de 2)

Objetivo Programático	Descrição	Montante Previsto Anual	Montante Executado Anual	Exec. Financeira Anual
<b>1</b>	<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>2.733.350,00</b>	<b>1.614.836,00</b>	<b>59,08</b>
1.1	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.491.850,00	1.406.280,91	56,46
1.11	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.491.850,00	1.406.280,91	56,46
1.111	EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	1.255.000,00	429.304,28	34,29
1.112	MATERIAL DE TRANSPORTE	305.000,00	232.880,48	76,39
1.113	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	235.700,00	169.550,01	71,94
1.114	EQUIPAMENTO BÁSICO	168.600,00	68.192,25	52,45
1.115	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E NOVAS TECNOLOGIAS	405.950,00	369.935,02	91,19
1.116	COMUNICAÇÃO, EVENTOS MUNICIPAIS E ACTIVIDADES PROTOCOLARES	107.500,00	87.434,26	81,39
1.2	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	241.500,00	208.005,23	86,13
1.2.1	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÉNDIOS	241.500,00	208.005,23	86,13
1.2.11	SEGURANÇA PÚBLICA	12.000,00	0,00	0,00
1.2.13	BOMBEIROS	220.000,00	208.005,23	94,55
1.2.14	PROTECÇÃO CIVIL	9.500,00	0,00	0,00
<b>2</b>	<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>12.342.890,00</b>	<b>8.075.590,00</b>	<b>64,50</b>
2.1	EDUCAÇÃO	5.254.050,00	3.501.550,67	66,70
2.11	ENSINO NÃO SUPERIOR	2.628.750,00	1.730.433,38	65,83
2.111	ENSINO PRÉ-ESCOLAR	92.000,00	74.774,27	81,29
2.112	ENSINO BÁSICO-P-CICLO	140.000,00	121.953,36	87,19
2.113	MANUTENÇÃO CORRENTE DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES	96.900,00	4133,31	4,26
2.114	ENSINO TECNOLÓGICO E PROFISSIONAL	2.300,00	0,00	0,00
2.115	ENSINO INTEGRADO JVB	2.206.900,00	1.449.216,37	65,69
2.116	ACTIVIDADES DA EDUCAÇÃO	87.250,00	43.800,00	49,49

## Execução das Grandes Opções do Plano 2015

(Parte 2 de 2)



## MUNICÍPIO DE POMBAL

Objectivo Programático	Descrição	Montante Previsto Anual	Montante Executado Anual	Exec. Financ. Anual
2.12.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	2.626.200,00	1.779.706,86	67,74
2.12.1.	COMPONENTE SOCIOEDUCATIVA	1.893.500,00	875.329,74	46,24
2.12.2.	APOIO SOCIAL ESCOLAR	267.600,00	182.638,03	68,25
2.12.3.	TRANSPORTES ESCOLARES	1.955.100,00	72.149,11	3,69
2.2.	Saúde	1.754.500,00	1.397.921,06	79,68
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	1.754.500,00	1.397.921,06	79,68
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL	886.910,00	467.899,84	52,76
2.3.1.	SEGURANÇA SOCIAL	88.200,00	44.949,69	50,97
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	236.710,00	422.950,15	178,55
2.3.2.1.	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS PARA FINS DE ACÇÃO SOCIAL	414.600,00	382.387,53	92,23
2.3.2.2.	PARTICIPEM PARCERIA, CAMO DE APOIOS ASSOCIAT. DE FINS SOCIAIS	26.310,00	14.565,66	55,32
2.3.2.3.	APOIO À CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS DE U.S.S.	102.000,00	9.707,66	9,51
2.3.2.4.	SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL	222.300,00	25.699,79	11,56
2.3.2.8.	DEFESA DO CONSUMIDOR	1.000,00	0,00	0,00
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	2.700.220,00	6.000.886,44	222,25
2.4.1.	HABITAÇÃO	67.900,00	29.682,48	43,57
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	2.767.100,00	1.343.708,52	48,56
2.4.2.1.	PLANEAMENTO URBANÍSTICO	5.000,00	0,00	0,00
2.4.2.2.	VALORIZAÇÃO URBANÍSTICA	2.762.100,00	1.343.708,52	48,64
2.4.3.	SANEAMENTO	2.790.300,00	1.567.284,54	56,17
2.4.3.1.	BACIAS E REDES DE SANEAMENTO	2.790.300,00	1.567.284,54	56,17
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	887.700,00	388.208,73	43,74
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	699.600,00	694.388,26	99,26
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERV. DA NATUREZA	1.996.220,00	841.688,42	42,18
2.4.6.1.	JARDINS E ARBORIZAÇÃO	186.900,00	18.756,44	10,03
2.4.6.2.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE	399.520,00	23.888,16	5,98
2.4.6.3.	HIGIENE PÚBLICA	382.000,00	781.896,50	204,68
2.4.6.4.	CEMITÉRIOS E EDIFÍCIOS CEMENTERIAIS	89.600,00	38.526,80	42,89
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E DESPORTIVOS	2.746.300,00	1.889.316,49	68,84
2.5.1.	CULTURA	284.000,00	448.308,08	157,85
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	1.658.300,00	1.291.888,50	77,91
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E REUNIÕES	64.000,00	29.120,91	45,50
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	8.737.384,88	5.259.297,41	60,09
3.1.	AGRICULTURA, PECUARIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	203.950,00	51.247,20	25,13
3.1.1.	FOMENTO AGRÍCOLA	38.500,00	37.244,00	96,74
3.1.2.	PLANEAMENTO E PREVENÇÃO FLORESTAL	165.450,00	22.003,20	13,29
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	1.376.500,00	829.524,57	60,33
3.2.1.	SERVIÇO EMERGÊNCIA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	488.600,00	336.767,64	68,93
3.2.2.	PARKS INDUSTRIAIS	867.000,00	492.756,93	56,83
3.2.3.	FOMENTO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS	1.000,00	0,00	0,00
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	4.389.500,00	3.881.338,65	88,45
3.3.1.	TRANSPORTES RODoviÁRIOS	4.389.500,00	3.881.338,65	88,45
3.3.1.1.	REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO	4.291.000,00	3.832.788,79	89,33
3.3.1.2.	PARKS DE ESTACIONAMENTO	72.500,00	48.549,86	66,96
3.4.	COMÉRCIO E TURISMO	2.493.200,00	1.288.288,99	51,67
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	749.600,00	70.182,18	9,36
3.4.2.	TURISMO	1.663.700,00	588.106,81	35,35
4.	OUTRAS FUNÇÕES	4.333.844,88	3.579.458,64	82,59
4.1.	OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÓNOMA	1.063.700,00	1.088.169,46	101,37
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	2.771.500,00	2.274.525,18	82,07
4.2.1.	OUTROS APOIOS CONCEDIDOS	180.000,00	180.704,72	100,39
4.2.2.	COMPARTICIPAÇÕES EM ASSOCIAÇÕES INTERMUNICIPAIS, PARCERIAS	194.000,00	82.506,86	42,53
4.2.3.	TRANSFERÊNCIAS PARA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	83.000,00	117.984,24	142,16
4.2.4.	CONTRATOS, ACORDOS E OUTROS APOIOS E TRANSFERÊNCIAS PARA	2.372.500,00	1.949.269,37	82,16
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	287.800,00	246.800,00	85,75
4.3.1.	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES, ASSOCIAÇÕES E EMPRESAS PÚBLICAS	287.800,00	246.800,00	85,75
<b>TOTAL GERAL . . .</b>		<b>44.444.444,44</b>	<b>22.222.222,22</b>	<b>50,00</b>

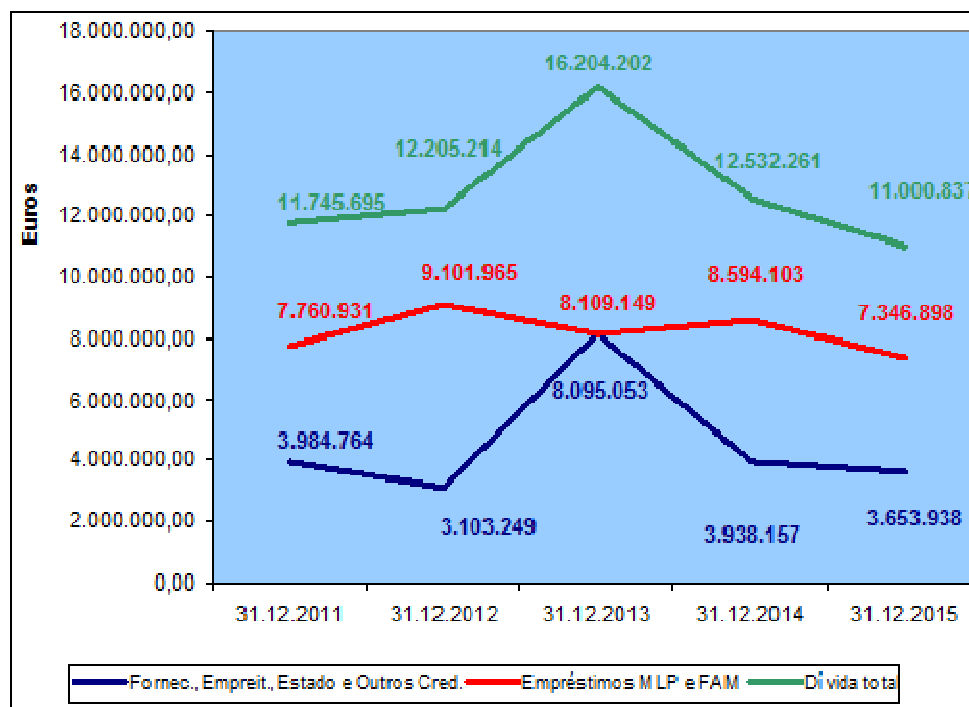
3. **ENDIVIDAMENTO**3.1. *Evolução e estrutura da dívida do Município*

A 31 de Dezembro de 2015 a dívida do Município cifrou-se em € 11.000.836,58, dos quais € 7.346.898,31 de médio/longo prazo, distribuídos por € 6.112.899,19 relativos a empréstimos de Médio/Longo Prazo e € 1.233.999,12 a liquidar para o capital social do FAM superior a 1 ano, e € 3.653.938,27 devido a empreiteiros, fornecedores, ao Estado e outros credores, onde se inclui a quota do capital do FAM a liquidar em 2016, no valor de € 246.800,00.



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Evolução da dívida*



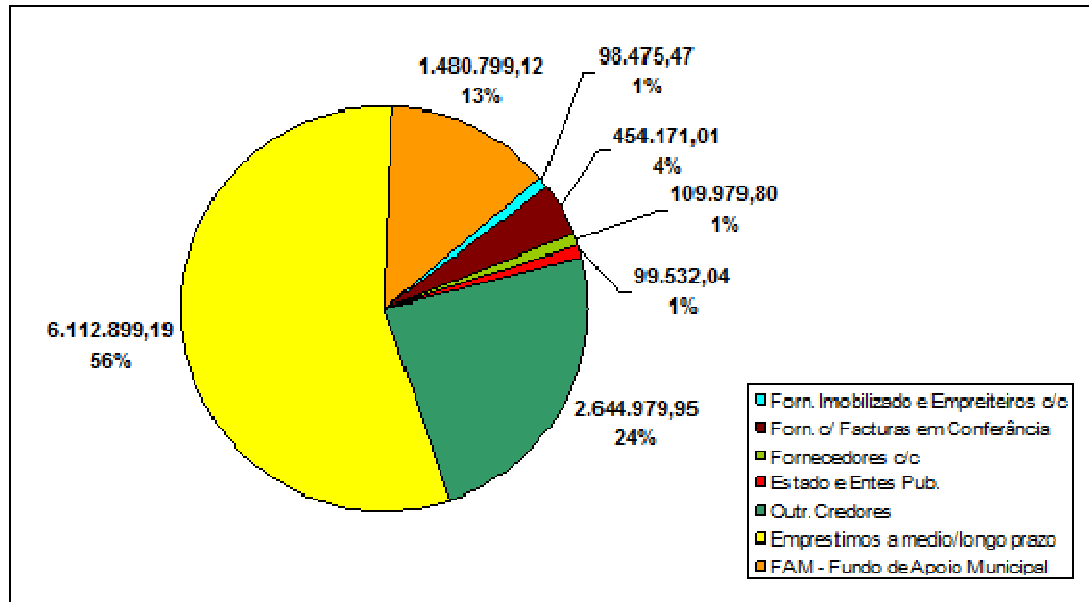
*A dívida de curto prazo tem vindo gradualmente a reduzir até aos níveis correntes de anos anteriores, acompanhando a tendência verificada na execução das obras financiadas.*

*De igual modo, se confirma a descida na dívida de médio/longo prazo, assegurado pela continuidade na amortização dos empréstimos de médio/longo prazo, (um deles terminou em 2015, mais precisamente, um dos empréstimos contratados ao BPI) e na liquidação em 2015 de € 246.800,00, da primeira tranche do contributo para o capital social do FAM.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Estrutura da dívida*



O total da dívida de curto prazo com fornecedores e empreiteiros, é de € 662.626,28, - 38,34% relativamente a 2014, sendo que € 454.171,01 reporta a facturação a aguardar conferência por parte dos serviços municipais, € 109.979,80 a fornecedores c/c e o valor remanescente de € 98.475,47 a Empreiteiros e Fornecedores de Imobilizado.

Quanto à rubrica de “Outros Credores”, esta inclui as cauções prestadas pelos empreiteiros e fornecedores a favor do Município no valor total € 2.544.445,69, não contando para efeitos de dívida de curto prazo.

Nesse gráfico, consta igualmente, a dívida com os empréstimos de médio/longo prazos no valor de € 6.112.899,19 e o capital social do FAM, em dívida, no montante de € 1.480.799,12.

### **3.2. Limite da Dívida Total**

Nos termos do Artº 52º da Lei 73/2013 de 3/09, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º (empresas locais, entidades municipais e intermunicipais e outras em que se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município) não pode ultrapassar, em 31 de Dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Para o ano de 2015, o limite da dívida total estabelecido para o Município de Pombal, foi de € **44.253.144**, tendo no final do ano apresentado uma dívida total, excluindo as dívidas não orçamentais, no montante de € **7.101.841** (informação disponível na aplicação SIIAL da DGAL).

Significa que o Município cumpre, claramente, com o limite legal imposto, dispondo ainda de uma margem positiva de € **37.151.303**, demonstrando mais uma vez que, mesmo com as alterações legislativas mais apertadas sobre esta matéria, mantém um desempenho notável no cumprimento do limite imposto para a dívida municipal.



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### 4. **DISPOSIÇÕES LEGAIS - REGIME FINANCEIRO AUTARQUIAS LOCAIS**

#### 4.1. **Princípio do Equilíbrio orçamental**

Nos termos do Artº 40º da Lei 73/2013 de 03/09, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

A receita corrente bruta cobrada, em 2015, no montante de € 32.717.690,54, menos o valor total da média das amortizações anuais de € 750.479,57, determinou o limite ao pagamento das despesas correntes, em € 31.967.210,97, que em muito cobre distintamente, o valor da despesa corrente paga em 2015, no montante de € 20.040.696,03, ou seja, está a 60% do limite imposto pela Lei.

#### 4.2. **Taxa de Execução Orçamental da Receita**

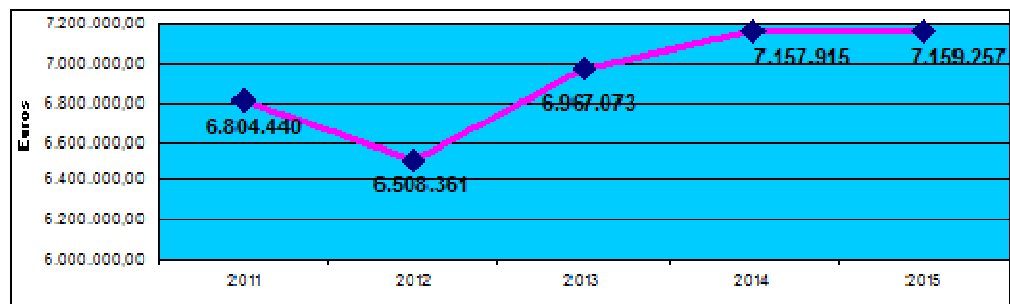
Nos termos definidos no nº 3 do Artº 56º da Lei 73/2013 de 03/09, caso o município registe durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respectivo inferior a 85 % são informadas as entidades referidas no n.º 1 do aludido Artigo.

Com uma taxa de execução orçamental da receita de **93,64%**, o Município de Pombal cumpriu com o estabelecido na presente Lei.

### 5. **ENCARGOS COM O PESSOAL**

Em 31 de Dezembro de 2015, as despesas totais com pessoal fixaram-se em € **7.159.257,40**, que resultaram de € 6.668.055,09 relativos a Encargos com Pessoal (que perfaziam nessa data 474, entre trabalhadores, eleitos, prestadores serviços, CEIs e PEPAL), e de € 491.202,31 relativos a Encargos com Prestações Sociais. Apresenta-se de seguida a evolução das despesas com pessoal nos últimos 5 anos, e a evolução global do nº de trabalhadores, desde 2007.

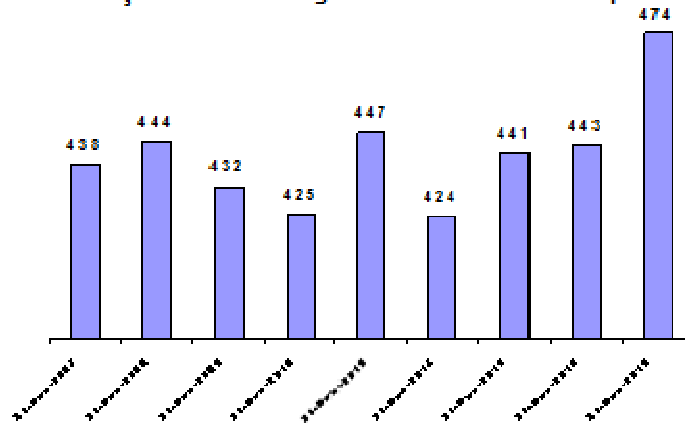
Gráfico – Despesas de pessoal nos últimos 5 anos





## MUNICÍPIO DE POMBAL

Evolução do Global de Trabalhadores (Membros dos GAP'S/Trabalhadores) + Eleitos + Prestadores de Serviço + Pessoas Integradas através do IEFP + Pepal



Em comparação com o período homólogo de 2014, houve um aumento de **1.342,20€** (0,02%) nos encargos com pessoal. Este valor encontra-se distorcido pois os salários pagos a trabalhadores que foram admitidos no ano de 2015 e a totalidade do ano àqueles que só tinham sido recrutados nos últimos meses de 2014, são praticamente anulados pelo facto de não ter havido despesa com indemnizações nem subsídio de reintegração, rubricas que no ano 2014 tinham ultrapassado os 135.000€ (outros encargos com pessoal). Com efeito, no ano de 2014 foi efectuado o pagamento do subsídio de reintegração ao anterior Presidente da Câmara e as indemnizações ao abrigo do programa de rescisão por mútuo acordo. Assim, face ao crescimento do número de trabalhadores e aos procedimentos concursais em curso para novas admissões, antevê-se um aumento destes valores muito mais significativo para o ano de 2016, o qual já foi, de resto, previsto no orçamento apresentado no final do ano passado.

Pese embora esse pequeno aumento, o peso das despesas com pessoal sobre a receita corrente do Município, continua a reduzir-se, devido ao aumento da Receita Corrente, passando de 22,21%, apurado em 2014, para 21,99% em 2015.

### 6. FECHO

O ano de 2015 que se fecha, atingiu o nível de execução que se esperava, considerando que foi o ano em que se concluiu a execução física e financeira de todas as obras financiadas pelos Fundos Comunitários.

Significa que, todas estas obras estão em pleno funcionamento, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e reforçar a competitividade do Concelho de Pombal, a nível regional."

A Câmara deliberou, por maioria, com seis votos favoráveis do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Dr.<sup>a</sup> Ana Gonçalves, Dr.<sup>o</sup> Fernando Parreira, Eng.<sup>o</sup> Pedro Murtinho, Dr.<sup>a</sup> Catarina Silva, e Arq.<sup>o</sup> Renato Guardado e com três abstenções dos Senhores Vereadores Eng.<sup>o</sup> Jorge Claro e Dr.<sup>a</sup> Marlene Matias e Eng. Anibal Cardona, aprovar os documentos de Prestação de



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Contas respeitantes ao ano de dois mil e quinze e a proposta de aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício inscrita no ponto 10 daqueles documentos.*

*Mais deliberou, por unanimidade:*

*Primeiro: Submeter a apreciação e votação da Assembleia Municipal os documentos de Prestação de Contas e a proposta de Aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício inscrita no ponto 10 daqueles documentos, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, juntamente com a certificação legal de contas emitida para efeitos do n.º 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.*

*Segundo: Remeter, após apreciação da Assembleia Municipal, os documentos de Prestação de Contas ao Tribunal de Contas, em conformidade com a alínea ww) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.*

*Terceiro: Solicitar que a deliberação a tomar seja por minuta, para efeitos de imediata execução."*

**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra aos membros da Assembleia que se quisessem pronunciar sobre esta proposta.

**Intervio Odete Alves**, conforme transcrito:

*"Analisando os documentos de suporte do relatório de gestão e contas, pudemos chegar a uma série de conclusões. Então, concluímos que no ano de 2015, o investimento correspondeu a apenas trinta e sete vírgula três por cento (37,3%) da despesa, ou seja, menos nove e meio por cento (9,5%) do que em 2014, e menos vinte e um vírgula nove por cento (21,9%) do que em 2013; que, em contrapartida, as despesas correntes cresceram mais meio milhão de euros (500.000€), mais cerca de oitocentos mil (800.000€), com a aquisição de bens e serviços; que houve um aumento das despesas com a aquisição de bens e serviços que se fixaram nos nove milhões de euros (9.000.000€), verificando-se um aumento de mais de oitocentos mil euros (800.000€) face a 2014; que existe um elevado valor de dívidas de terceiros, de curto prazo, que estão relacionadas essencialmente com o fornecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos, de cerca de um milhão e oitocentos mil euros (1.800.000€), o que de certa forma revela alguma ineficácia na cobrança destas dívidas, sendo certo que constatámos também que existem algumas dívidas superiores a cinco mil euros (5.000€), já com muitos anos, e algumas até já prescreveram, exatamente porque não foi possível cobrá-las naqueles seis meses em que legalmente tem que ser feito. Constatámos que a receita de 2014 foi de apenas trinta e nove vírgula cinco milhões de euros (39.500.000€), e que esta redução na receita está essencialmente ligada à diminuição das receitas de capital provenientes dos fundos comunitários, mas também percebemos, comparando com os anos anteriores, que esta redução é de cerca de dois vírgula seis milhões (2.600.000€), face aos fundos comunitários que foram incluídos em 2014. E portanto, percebemos também que esta redução dos fundos comunitários não é depois proporcional à quebra no investimento, que é de seis milhões de euros (6.000.000€). Portanto, gostaríamos também de perceber esta situação.*

*A receita cobrada bruta ascende a cerca de quarenta e sete milhões de euros (47.000.000€), por via também da incorporação do saldo de gerência de 2014, que se fixou em mais de sete milhões de euros (7.000.000€), que esse saldo de gerência agora transitou para 2016, e é já de onze milhões de euros (11.000.000€), que não obstante esta maior disponibilidade orçamental, não se*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*verificou depois uma maior capacidade na realização dos investimentos, uma vez que também pudemos verificar que a execução do investimento foi de apenas treze milhões de euros (13.000.000€). Ou seja, o peso do investimento no total das despesas foi o mais baixo dos últimos anos, fixando-se em cerca de trinta e sete vírgula três por cento (37,3%). E portanto, também gostaríamos de perceber por que é que só houve este investimento de treze milhões de euros (13.000.000€) no ano de 2015.*

*O grau de execução das Grandes Opções ficou-se nos sessenta e cinco vírgula sessenta e um por cento (65,61%), e do Plano Plurianual, em sessenta por cento (60%). Em matéria de impostos e taxas, a receita aumentou cerca de oitocentos e trinta e um mil euros (831.000€). Verificámos também que na participação variável de IRS, havia condições orçamentais para a devolução de parte da receita aos contribuintes, como já tínhamos falado na Assembleia de setembro. O investimento no saneamento foi de apenas um milhão, quinhentos e treze mil (1.513.000€), no abastecimento de água, quinhentos e quinze mil (515.000€), e na economia, quatrocentos e noventa e três mil (493.000€). Verificou-se também um fraco desempenho na regeneração urbana. E entendemos que estes dados demonstram, de certa forma, que o planeamento na execução das obras não é o mais eficaz, face à receita disponível. E também gostaríamos de perceber o que é que leva a este conjunto de situações.*

*No geral, entendemos que não foi visível, de uma forma inequívoca, uma estratégia concertada na promoção das condições para fixar investimento no concelho, e é por isso que esta Bancada vai abster-se nesta votação.”*

**Pedro Ferraz**, fez a intervenção conforme se transcreve:

*“Quem acaba de ouvir esta intervenção da deputada Odete Alves, do Partido Socialista, parece que a execução do ano anterior, de 2015, foi uma má execução por parte da Câmara. Não me parece, e cabe-me a mim, então, mostrar os pontos positivos de todo o relatório de gestão que está aqui presente.*

*Começando: podemos ver que ao nível da gestão da casa, a despesa da Autarquia está controlada, ao contrário do que quer parecer na intervenção da deputada do Partido Socialista. Um exemplo que eu posso mostrar é o seguinte: ao nível da despesa da estrutura da Autarquia – e estamos a falar de estrutura, serviços internos – vemos que de 2014 para 2015, houve uma redução de onze milhões, seiscentos e noventa e nove mil euros (11.699.000€), para onze milhões, quinhentos e quatro (11.504.000€), menos um vírgula sessenta e sete por cento (1,67%), acompanhado de um aumento do número de efetivos que trabalhavam nesta Câmara, que passaram de quatrocentos e quarenta e três trabalhadores para quatrocentos e setenta e quatro trabalhadores. Portanto, foi possível gastar-se menos, com menos recursos, e gastando menos aos cofres da Câmara, fazendo mais, com mais pessoas. Portanto, isto é uma prova evidente da gestão saudável que é praticada nesta Câmara.*

*Continuando: ao nível do saldo de gerência, houve uma evolução positiva, passou de sete milhões (7.000.000€) para onze milhões (11.000.000€).*

*Ao nível do endividamento, cumprimos – ao contrário de outras Câmaras, do que acontece no país, muitas delas do Partido Socialista e de outros quadrantes – cumprimos os limites de*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*endividamento. A nossa dívida total ascendeu a sete milhões, cento e um mil, oitocentos e onze (7.101.811€), e o limite da dívida era de quarenta e quatro milhões, duzentos e cinquenta e três mil (44.253.000€). Só utilizámos dezasseis por cento (16%) da nossa capacidade de endividamento. Eu não vejo esse tal cenário que foi traçado pela deputada Odete.*

*Concluindo: é possível lançar as obras todas que foram faladas, é possível fazer a obra do Centro de Saúde, é possível fazer as obras dos centros escolares, é possível dar todos os apoios que são dados a todas as coletividades do concelho, e ter finanças públicas, ou finanças locais, saudáveis. E por isso, incito a todos os deputados, quer sejam da Bancada do PSD, e de todas as outras Bancadas, a aprovarem este documento, porque para além disso, é um documento que está certificado, sem qualquer reserva, pela Sociedade dos Revisores Oficiais de Contas. Não vejo razões, ao nível, quer material, quer político, para haver abstenção ou votar contra.”*

Para resposta, interveio o **Senhor Presidente da Câmara**, segundo se transcreve:

*“Srs. Deputados, muito obrigado pelas vossas questões, e pelas lembranças e sugestões. É evidente que a prova inequívoca de que o nosso trabalho não é um trabalho censurável é a declaração do Partido Socialista de que não votará contra, e isso deixa-me, com certeza, tranquilo, porque significa que dentro sempre da capacidade de fazermos mais com os recursos que temos, isso é sempre a ambição de qualquer pessoa.*

*Notei que quis – provavelmente intencionalmente – juntar os impostos e as taxas, dando ênfase a que eles subiram, porque não consegue demonstrar que o IMI subiu; o IMI, em rigor, desceu, o que significa que aquele alinhamento que temos procurado fazer com a convergência da taxa para zero vírgula três (0,3%), tem ido no bom sentido, de uma forma equilibrada, que corresponde aos cidadãos com uma boa expectativa, que este ano, aliás, para quem já recebeu o IMI, já tem as reduções indexadas ao número de filhos, e que este Orçamento de Estado veio retirar, como sabem, e que para este ano não teremos condições de fazer aquilo que tínhamos intenção de fazer, que era aumentar para dez por cento (10%), um filho, quinze por cento (15%), dois filhos, vinte por cento (20%), três ou mais filhos, porque o Governo entendeu que essa não era uma boa metodologia.*

*Por outro lado, deixe-me dizer-lhe também que quando sublinha a circunstância de termos aumentado para nove milhões (9.000.000€) a compra de bens e serviços, é precisamente a rubrica por onde saem as empreitadas, é por aí. E portanto, esse acréscimo não pode ser entendido como um aumento da despesa corrente; tem que ser visto precisamente para despesa de capital. Aliás, o incremento que este ano se conseguiu, de transferir das receitas correntes para mais despesas de capital, para podermos fazer mais investimento, mostra bem que estivemos absolutamente desalinhados com aquilo que seriam as previsões do próprio Orçamento de Estado sobre o custo de despesa corrente que teríamos, face àquilo que seria o investimento. E por isso é que nós pegamos, todos os anos, em cada vez mais receita corrente, e que transportamos para a despesa de investimento.*

*É verdade também – e nisso, tem razão – que sendo o ano de 2015 o ano de encerramento de operações comunitárias que começaram em 2007, isso obriga necessariamente a todos os serviços da Câmara estarem muito concentrados no encerramento das operações. E nós tínhamos*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*cerca de cinquenta operações para encerrar neste ano, que foram todas encerradas – estamos a falar de uma média de um encerramento por semana – de maneira a que todas as verbas que tínhamos direito a receber até 31 de dezembro fossem recebidas pelo Município. Ao mesmo tempo, lançaram-se sessenta e sete ou sessenta e oito obras novas, o que significa que é mais que uma obra nova por semana. Muitas destas obras, uma esmagadora maioria destas obras, foram obras que tiveram novos projetos. Como sabem, é tradicional – e se olharem para as curvas de execução que acompanham os mandatos, e o financiamento comunitário, há uma coincidência da execução com o final de mandatos, e por consequência, o primeiro e o segundo ano de cada mandato, historicamente, são anos onde se lançam novos projetos, para retomar esse ciclo. E aí, tem razão, aí tem razão, e é preciso carregar tudo isto a montante para que as coisas possam melhorar. Mas, nós não esperámos pelo final do ano, nem por esta data de prestar as contas, para anteciparmos a realização dessa despesa, procurando combater aquilo que oportunamente regista – e que, aliás, a Câmara já tinha registado – e que é: se nós não lançarmos obras até ao mês de junho, a probabilidade de executarmos financeiramente neste ano alguma coisa é muito pequena. Aliás, recorda-se, quando discutíamos o Orçamento para 2015, quando me dizia que os valores que estão inscritos na educação são curtos, e eu dizia-lhe: “Serão curtos se as obras começaram amanhã”; mas, como elas não vão começar amanhã, nós temos que ter esta antecipação. Aliás, na última Reunião de Câmara, vimo-nos obrigados a fazer a chamada antecipação de fundos disponíveis. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que os quase sete milhões de euros (7.000.000€) de obras lançadas nos primeiros três meses de 2016 precipitam a realização dessa despesa, para tentarmos combater essa diferença. E portanto, há uma metodologia orçamental, e por consequência também de execução, diferente. Por quê? Por isso é que nós incluímos em fevereiro os saldos transitados, porque isso dá-nos a capacidade financeira de precipitarmos novas obras. E portanto, isso começou a ser feito este ano, e eu não tenho dúvida nenhuma de que ele terá resultados completamente distintos. Aliás, eu dou-lhe nota do nível de execução e de compromisso que temos a 31 de dezembro, que há um ano era de quarenta e oito por cento (48%), e este ano é já de setenta por cento (70%), o que significa que, de facto, a metodologia surte efeito.*

*Agora, repare: o valor global do Orçamento, de facto, é mais pequeno, mas se for olhar àquilo que é o peso da despesa corrente na estrutura total, percebe que, de facto, nós continuamos a ter aqui um músculo muito enérgico para continuar a fazer investimentos, suportando a estrutura da casa, porque a estrutura da casa não mexe muito, são vinte milhões de euros (20.000.000€) – salários e despesa corrente, são vinte milhões (20.000.000€). E portanto, o peso subirá sempre. E eu confesso-lhe que não acho que seja uma avaliação muito rigorosa dizer assim: “O seu peso de despesa corrente aumentou muito.” Pois, pudera, se as transferências de despesa de capital descem, e as despesas correntes são sempre permanentes, porque os salários ficaram mais ou menos na mesma, e as despesas de funcionamento até sobem um bocadinho, porque têm as questões energéticas, seguros, e por aí fora, é evidente que se o Orçamento é mais pequeno, uma estrutura que nunca mexe tem um peso superior. Mesmo assim, estamos a falar de valores que eu*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*acho que estão muito acima da média. E portanto, não terminei, e não sinto que a missão que estamos a cumprir esteja a ser mal executada.*

*As observações que faz sobre os créditos sobre terceiros, tem toda a razão; aliás, eu já tive ocasião, na apreciação do balanço, de fazer essa referência. Isto é, e como bem referiu, desde outubro de 2013 que as instruções que são dados aos serviços de água e saneamento, que são normalmente os credores desses valores, são inequívocas: quem não tem condições de pagar a água e é avisado, é submetido a corte de fornecimento. E isso, necessariamente, em situação de igualdade e de cumprimento da norma, veda a possibilidade de haver um crescimento sistemático de dívidas ao Município. Por quê? Porque se interrompe o fornecimento. E as dívidas são antigas. Nós fomos perdulários nessa gestão, e fomos permitindo a acumulação sucessiva, levando até à prescrição, estamos, de facto, a inscrever créditos no nosso balanço que são de difícil cobrança, e que também repara, com certeza, que o A e o A-1 são diferentes; isto é, o esforço que se fez em 2015 foi superior ao que se tinha feito em 2014, relativamente aos créditos sobre terceiros, que reduziu oitenta mil euros (80.000€), num valor de um milhão (1.000.000€). Portanto, oitenta mil (80.000€) num milhão (1.000.000€) são oito por cento (8%). Oito por cento (8%) de novas cobranças não é propriamente um mau resultado. E estamos a falar de muitas cobranças de pequeno valor, com cidadãos espalhados por todo o lado. E portanto, sob o ponto de vista do procedimento, não estamos a permitir que esse valor acrescente; o combate é para que ele possa reduzir. Também é verdade, deixe-me dizer-lhe, que isso não tem sido feito de forma insensível sob o ponto de vista social, porque têm sido muitos os casos que têm sido instruídos pela Divisão da Educação e Ação Social, que informam a Câmara da necessidade de termos o mecanismo de fornecimento até dez metros cúbicos gratuito para as famílias que não têm essa condição. E portanto, isso é feito de forma equilibrada.*

*Quanto à observação que fez ao terminar, sobre a fixação do investimento, eu sugeria-lhe – julgo que não foi distribuída, mas se fizer a leitura da intervenção do Eng.º Jorge Claro, vai encontrar muitas razões que fundamentam precisamente o contrário daquilo que acabou de dizer. E portanto, as opiniões são todas boas, elas são diferentes, mas nesse aspeto, deixe-me dizer-lhe: se for ler o quadro das vendas de terrenos e de contratos promessa feitos em 2014, não encontra em anos anteriores tanta venda de terrenos como aquela que nós fizemos. E aqui, não estamos a falar de conversações e negociações; estamos a falar de concretizações. E essas existiram, e nós temos um conjunto de vendas que encosta ao meio milhão de euros (500.000€), o que mostra bem que para a dinâmica e para o estado do mercado, que não estivemos propriamente parados.*

*E portanto, dentro das questões que me fizeram, são estas, e confesso-lhe também que naquilo que são o conjunto de compromissos que estavam celebrados, e também alinhados com todos os Srs. Presidentes de Junta, sob o ponto de vista não só daquilo que a Câmara quer fazer, mas no alinhamento com os Srs. Presidentes de Junta, sobre as intenções das suas realizações, nós estamos a trabalhar numa grande proximidade para que, de facto, o modelo daqueles que ganharam e que devem prestar contas deva ser consequente na execução física dos trabalhos, aproveitando as verbas que têm disponíveis.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Deixe-me dizer-lhe o seguinte: quando nós, este ano, já antecipámos disponibilidades, significa que apesar de apresentarmos saldos transitados e um depósito à ordem de treze milhões de euros (13.000.000€), isto não significa disponibilidade líquida; esse dinheiro está praticamente todo comprometido. E quando a Divisão de Finanças me propõe a antecipação de fundos disponíveis, está-me a dizer assim: “Sr. Presidente, para as obras que o senhor quer lançar, ou eu anticipo verbas que nós vamos receber, ou eu não tenho capacidade de as cabimentar, de as comprometer, e o senhor de as lançar”, o que significa, de facto, que o calendário está a ser corrigido, e eu não tenho dúvida nenhuma de que as avaliações fazem-se anualmente, para o exercício económico, e fazem-se no final do mandato, para o conjunto dos compromissos que quisemos apresentar aos Pombalenses.”*

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com nove abstenções.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

***Ponto 2.3. Apreciação do parecer do auditor externo, ao abrigo do n.º 3 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro;***

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que se colocou à disposição dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

Não havendo intervenções sobre este ponto, o **Senhor Presidente da Assembleia** passou de imediato para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

**A Assembleia apreciou o documento proposto.**

***Ponto 2.4. Apresentação do Balanço Social referente ao ano de 2015 – Para conhecimento;***

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que se colocou à disposição dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

Não havendo intervenções sobre este ponto, o **Senhor Presidente da Assembleia** passou de imediato para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

**A Assembleia tomou conhecimento.**

***Ponto 2.5. Apreciação do Relatório de Gestão e Contas da PombalProf – Sociedade de Educação e Ensino, SA – Exercício de 2015 – Para conhecimento;***

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra aos membros da Assembleia, tendo intervindo **Maria Ofélia Moleiro**, como se transcreve:



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*“É com muito prazer que falo das contas da ETAP, apesar de a sua estrutura de capital atual não exigir a consolidação das contas com a Câmara Municipal de Pombal. Mas, falar das contas da ETAP é falar de um bocado da história contemporânea de Pombal, por acaso um bocado de que eu fiz parte também, porque fui professora logo no início. E foi, de facto, em 1989. A escola está a fazer vinte e sete anos durante este ano. A escola foi a primeira escola profissional do nosso país, depois de o Ministro Carneiro, Ministro da Educação, se ter apercebido que a extinção das antigas escolas comerciais e industriais de Portugal tinha criado um vazio na educação. Nós tínhamos as escolas secundárias, que direccionavam os alunos, ou para ficarem com o décimo segundo ano, mas com uma formação científica e teórica, ou para se dirigirem para o ensino superior. E portanto, ficou ali um vazio, um buraco enorme entre esses dois graus de ensino, que seriam os técnicos profissionais para as indústrias e para as empresas comerciais. E faltavam os técnicos de gestão, os técnicos comerciais, os técnicos de vendas, os eletricitistas, os serralheiros, e a situação estava a complicar-se imenso, em particular na região de Leiria, e no caso específico no Concelho de Pombal. E a nossa escola foi a primeira, e sendo a primeira, por um contrato-programa realizado entre três promotores, que foram a Câmara Municipal, a Associação de Industriais do Concelho de Pombal e a Associação Comercial e de Serviços de Pombal, tornou-se também história de Portugal, porque foi a primeira de Portugal. É claro que durante vinte e sete anos, ninguém é sempre próspero, nem ninguém é sempre pobre, provavelmente. E portanto, com muitos êxitos e muitas vicissitudes pelo caminho, e alguns prejuízos também.*

*Hoje, no ano em que comemora vinte e sete anos, as contas evidenciam uma recuperação económica da escola, que passa de resultados negativos para um saldo líquido positivo de mais de oitenta mil euros (80.000€). É um resultado assinalável, que se fossem distribuídos lucros, representaria uma remuneração de dez por cento (10%) do capital investido pelos acionistas. Eu penso que isto, em Portugal, é impossível em qualquer outra atividade; isto só nos offshores, só nos Panamá Papers, só nesses sítios. Uma remuneração que hoje não seria, portanto, possível obter de forma legal em nenhuma atividade económica nossa. Estes resultados são certamente fruto do aumento de capital, pela entrada das maiores empresas – e são, penso, quarenta e cinco – do concelho, como acionistas, e também de um voltar de prestígio à escola, que fez afluir um fluxo muito maior de alunos, e que fez aumentar o número de turmas.*

*E portanto, eu penso que a gestão de sucesso da ETAP deve ser louvada nesta Assembleia. Eu desejo os maiores sucessos para todos aqueles que na escola trabalham, gerindo, formando e formando-se. E penso que a economia do nosso concelho precisa muito da nossa Escola Profissional, que está contente com ela, que a deseja para futuro, e que o Município, e nós, municípios, contamos com a ETAP para o futuro no desenvolvimento do nosso concelho.”*

Em resposta, interveio o **Senhor Presidente da Câmara**, conforme se transcreve:

*“Sr. Presidente, uma declaração muito curta, só para fazer uma pequenina correção à Dra. Ofélia: num capital social de quatrocentos mil euros (400.000€), oitenta mil (80.000€) de dividendo, é vinte por cento (20%) de remuneração, porque dez por cento (10%) de quatrocentos mil (400.000€) são quarenta mil (40.000€). Portanto, se nós optássemos por cinquenta por cento (50%) dos dividendos serem distribuídos aos acionistas, tínhamos dez por cento (10%) de*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*remuneração; se tivéssemos outra ponderação, seria isto. Mas, essa questão não é muito relevante. É evidente, e espero que, de facto, esta relação com as empresas, que tem sido muito frutuosa, e que eu acho que trouxe também à escola muito prestígio, se possa desenvolver, porque reparem, nós estamos a falar de empresas do nosso concelho que empregam mais de três mil pessoas, todas juntas, são empresas que têm atividade produtiva em Pombal há muitos anos, estão muito ligadas ao nosso concelho, e vejam, se apenas metade destes colaboradores fizessem formação profissional obrigatória, de trinta e cinco horas por ano, na nossa escola, nós estávamos a falar de mais de meio milhão de horas de formação por ano; e se a escola ganhasse um euro, falávamos de meio milhão de euros (500.000€). Portanto, reparem, é uma coisa que tem, de facto, muita expressão, e acho que temos aqui um grande caminho para andar, e acho também que sob o ponto de vista do reconhecimento institucional, as coisas têm corrido muito bem. E portanto, nós temos muito bons profissionais na escola, e acho que em dois anos, demos uma reviravolta que, se calhar, quando há dois anos olhávamos para os quatrocentos e dezanove mil euros (419.000€) negativos, ninguém pensava que fosse possível.”*

**A Assembleia tomou conhecimento.**

### ***Ponto 2.6. Apreciação do Relatório de Execução Orçamental (4.º Trimestre 2015) da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M. – Para conhecimento;***

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao membro da Assembleia **Odete Alves**, que relativamente a este ponto e ao ponto subsequente, proferiu a seguinte intervenção:

*“Só uma nota breve, para referir que, de facto, se constata que o Café Concerto e a Esplanada do Castelo continuam a apresentar prejuízo – aliás, no caso do Café Concerto, esse prejuízo acentuou-se mesmo, fixando-se agora em quase quarenta mil euros (40.000€). O mapa relativo ao acumulado do quarto trimestre de 2015 revela um mau desempenho da sua atividade, ficando muito aquém daquilo que foi orçamentado, ainda para mais porque aumentou as despesas com o fornecimento e serviços externos. E portanto, terá que concluir-se forçosamente que as medidas de ajustamento que foram feitas até agora, no que respeita ao Café Concerto e à Esplanada do Castelo, terão que ser revistas, e certamente terá que se apreciar melhor o que é que se está a passar ali, de forma a que aquilo pelo menos deixe de aumentar o prejuízo que já acumula, de quase quarenta mil euros (40.000€).*

*De qualquer modo, deixamos também uma nota de reconhecimento pelo facto de apresentarem, no final do exercício de 2015, um resultado líquido positivo, ainda que mais baixo do que aquele que teve no exercício de 2014.”*

Para resposta, interveio o **Senhor Presidente da Câmara**, prestando os seguintes esclarecimentos:



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*“Sra. Deputada, de facto, esses dois casos, na área de negócio, citados, a Cafeteria do Castelo e o Café Concerto, nós temos, dentro dessa reflexão que fazia, de rever a estratégia. Há uma coisa que não me parece ser adequada: a primeira é a de desistirmos destes projetos. Isto é, não faz sentido ter uma cafeteria com aquela localização, no castelo, que tem aquela missão de apoio, e pensar que, porque ela não dá dinheiro, nós temos que acabar com ela. O serviço que ela presta, julgo que é bastante relevante. Por outro lado, tem um investimento que o Município apostou, e que não pode deixar de qualquer forma. Percebemos também que a exploração comercial privada dificilmente também daria bom resultado, e esta, aliás, é a única atividade que a PMU desenvolve, onde diretamente poderia concorrer com o mercado normal de cafeteria e similar, porque é isso que faz, ao contrário do Café Concerto, que inova com a questão da promoção artística e cultural. Ora, ali parece ser inequívoco que nós temos que manter o serviço. Ora, o serviço só pode crescer se houver investimento. É evidente que nos primeiros anos em que fazemos um investimento, e em que as receitas que esse investimento gera ficam na ordem das anteriores, ou crescem pouco, é uma sementeira que não dá frutos logo imediatamente.*

*Portanto, é uma tentação fácil nós fazermos uma apreciação muito financeira, ou contabilística, da atividade, mas se a quisermos fazer, teríamos que chegar à conclusão que, como isto não tem, nem receitas que suportem a sua despesa, nem o saldo é pequeno, negativo, e portanto, não é muito relevante para a contabilidade total, e portanto, temos que encerrar. Repare: a circunstância, quando se construiu a própria estrutura da Pombal Viva e se fundiu, é a de ter um negócio que tem atividades que têm que compensar as outras que são menos lucrativas. Eu acho que essa definição periférica, e do limite da intervenção, é que foi muito bem pensada. Por quê? Porque há atividades que, de facto, são tradicionalmente negativas, e que devem ser compensadas com, por exemplo, o estacionamento, que é, normalmente, uma atividade lucrativa, quando fazemos essa contabilidade de custos dentro daquela atividade em concreto.*

*O Café Concerto acaba por ser a mesma filosofia. No dia em que nós entendermos que no centro da cidade deve existir um estabelecimento hoteleiro e similar, um Café Concerto, que deixa de ter a componente artística e cultural – que viu porque reparou nas contas que aumentou muito em número de espetáculos – deixa de fazer sentido estarmos ali ao lado dos estabelecimentos comerciais a fazer uma mera concorrência. Essa concorrência não pode ser feita nesse sentido, e aí eu acho que o Município até violaria a Lei do setor empresarial local estando a competir paredes meias com aqueles que fazem outra coisa. Nós temos que ter aqui o tal fator diferenciador, que é o quê? É a atividade artística e cultural, e essa custa dinheiro. Portanto, eu acho que essa observação seria tão desadequada como estarmos aqui a dizer que as atividades culturais que a Câmara desenvolve são todas deficitárias. Nós achamos que a riqueza da promoção da atividade cultural não é apenas financeira ou contabilística; ela tem um agrado geral do cidadão, uma apreciação pública, uma notoriedade no nosso território, uma exaltação dos valores e da nossa história – no fundo, uma atividade de entretenimento, que o Município também tem essa composição. E repare: os dinheiros são os mesmos, a origem pública dos fundos é exatamente a mesma. E portanto, eu acho que nós temos que fazer estas apostas, e admito, evidentemente, que se calhar somos um bocadinho ambiciosos demais, pensamos que temos*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*algum público; deixe-me dizer-lhe que há aqui um episódio – aliás, ele não está referido no relatório, mas nós tivemos um problema, durante uns meses largos, com a página de Facebook do Café Concerto. E eu acho que, de facto, aquelas pessoas que tinham uma ligação muito próxima com esta atividade promocional ficaram um bocadinho sem informação, e isso pode ter prejudicado. Isso já foi retomado, está resolvido. E portanto, temos que olhar também para as características económicas do ano em curso, não podemos estar a comparar-nos com anos em que há menos desemprego, há mais rendimento nos bolsos das pessoas, há um clima da economia um bocadinho mais satisfatório. E portanto, acho que esta circunstância de estar englobado no conjunto das nossas atividades da PMU nos dá aqui um bom equilíbrio, porque também tem que ver uma coisa: não se pode dizer que o resultado foi mais pequeno do que no ano anterior; se for ver os níveis de aquisições de imobilizado e de equipamentos, vai perceber que houve muito investimento, que evidentemente retira aos resultados líquidos, mas aumenta o ativo, e isso também tem que ser tido em consideração.”*

**A Assembleia tomou conhecimento.**

***Ponto 2.7. Apreciação do Relatório de Gestão e Contas da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M – Exercício de 2015 – Para conhecimento;***

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que se colocou à disposição dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

Não havendo intervenções sobre este ponto, o **Senhor Presidente da Assembleia** passou de imediato para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

**A Assembleia tomou conhecimento.**

***Ponto 2.8. Apreciação do Relatório Final das Ações de Acompanhamento previstas na alínea b) do n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento n.º 1828/2006 realizada à Operação POVT – 12-0146-FCOES-0000252 – Construção da rede de Saneamento, Emissários e ETAR de Pelariga/Almagreira e Operação POVT – 12-0146-FCOES-000211 – Construção da rede de Saneamento e Emissários de Antões/Moita do Boi e do Carriço;***

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que seguidamente se transcrevem:



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*“Sr. Presidente, é um minuto, muito simples: é evidente que no encerramento de operações há sempre observações; neste caso, temos apenas observações sob o ponto de vista de mero expediente. E deixem-me até aqui dizer-vos, um detalhe técnico: o pedido de revisões de preços definitivos é feito antes de terminados os seis meses que a Lei estabelece para a publicação das cartas da revisão de preços, o que significa que mesmo que nós quiséssemos, não o podíamos fazer, porque não tínhamos as referências de indexação que o Legislador tem que publicar. Portanto, é um expediente normal.*

*Sublinho aqui a grande capacidade técnica, administrativa e financeira dos serviços da Câmara, em tantas operações – e aqui estamos a falar de duas grandes, emissários e ETAR de Pelariga / Almagreira, e a rede de saneamento e emissários de Antões, Moita do Boi e Carriço – de facto, terem apenas umas meras observações de carácter formal e administrativo, que são pouco relevantes, e que vocês, nas recomendações preliminares que ali lêem, percebem que elas não têm muito significado.”*

**A Assembleia apreciou o documento.**

***Ponto 2.9. Apreciação dos Relatórios Anuais referentes a março de 2015 e março de 2016 sobre a Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os de corrupção e infrações conexas) deste Município;***

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que seguidamente se transcrevem:

*“Sr. Presidente, eu devo aqui uma explicação à Assembleia Municipal, e portanto, tenho que a fazer hoje, porque há uma responsabilidade que é pessoal, que é minha, e portanto, eu trago-a aqui. Os senhores são hoje convidados a pronunciarem-se sobre o relatório anual do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2015 e de 2016, porque eu me esqueci de submeter à Câmara, em 2015, o relatório que tinha sido produzido pelos serviços. E portanto, essa responsabilidade é minha (...) relatórios, e portanto, eu devo esta explicação, e peço que lhe deem a devida importância. O relatório que aqui está é exatamente o mesmo de 2015. Nós, entretanto, também decidimos, na Câmara, rever os procedimentos para realizar este plano, com uma lista conjunta da Câmara – um Vereador da Oposição, um Vereador da maioria, e os técnicos superiores que dirigem os dois departamentos, com pessoas experimentadas e conhecedoras do funcionamento da casa, para fazermos as respetivas modificações.*

*E dizer-vos que temos aqui um documento que é muito profundo, que eu tive ocasião já de discutir com o Tribunal de Contas, e que, de um modo geral, se manifesta sempre muito contente, e percebe o esforço que fazemos aqui na casa para desenvolver estes mecanismos de controlo interno. Este relatório é tornado público e está disponível; e como vocês percebem, este não é um documento que pode, de forma muito escancarada (perdoem-me a expressão) mostrar aos cidadãos as debilidades organizacionais, financeiras e de controlo que a Câmara tem. Quando se faz um plano de corrupção, nós estamos a dizer: “Eu acho que nestas matérias, este risco pode*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*ocorrer, ocorrendo tem esta consequência, e nós temos que minimizá-la.” E nós não podemos mostrar, desculpem a expressão, o ouro ao bandido. É um documento que intelectualmente deve ser sofisticado, deve ser claro e transparente, mas, por exemplo, vamos a questões práticas para aqueles que estarão menos habituados com um documento destes: faz algum sentido que, por exemplo, quem informa à Câmara que uma determinada obra está (...) deva ser o mesmo técnico que acompanhou a respetiva empreitada? Naturalmente, não. Isto não significa que não se confie no técnico que acompanhou a empreitada; significa é que tem que se ter mecanismos redundantes de controlo que dão tranquilidade à administração naquilo que é o recebimento definitivo de uma obra (...) que isso significa, e no fundo, a incorporação daquele ativo na esfera jurídica do Município, assumindo todas as responsabilidades patrimoniais ou a má execução de uma obra. E portanto, é este tipo de detalhe, entre outros, que aqui encontramos, e que aqui veem muitas sugestões. Deixem-me, aliás, dizer-vos, aqueles que queiram entusiasmar-se com esta matéria, todas as sugestões que queiram dar, quer através da equipa multidisciplinar, de auditoria, que é coordenada por mim, mas que tem tecnicamente a Dra. Idalina Marques como responsável, quer através de uma Bancada ou de outra, façam o favor de fazer chegar as vossas sugestões, outras leituras que tenham feito de outros planos, porque isso será muito importante para reforçarmos estes mecanismos de controlo da nossa Câmara Municipal.”*

**A Assembleia apreciou o documento.**

### ***Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação da Proposta da Câmara de Revogação do Plano de Urbanização da Área Urbana de Albergaria dos Doze;***

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que se colocou à disposição dos membros da Assembleia para prestar quaisquer esclarecimentos relativamente a este ponto, não tendo havido qualquer inscrição.

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

### ***Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da Proposta da Câmara de Revogação do Plano de Urbanização da Área Urbana do Carriço;***

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que se colocou à disposição dos membros da Assembleia para prestar quaisquer esclarecimentos relativamente a este ponto, não tendo havido qualquer inscrição.



## MUNICÍPIO DE POMBAL

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

***Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da Proposta da Câmara de Revogação do Plano de Urbanização da Área Urbana do Guia;***

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que se colocou à disposição dos membros da Assembleia para prestar quaisquer esclarecimentos relativamente a este ponto, não tendo havido qualquer inscrição.

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

***Ponto 2.13. Apresentação, discussão e votação da Proposta da Câmara de Relatório Final no âmbito do Concurso Público de Concessão de Exploração da Quinta de Santana – Redinha;***

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

*"Foi presente à reunião a informação n.º I-000027/SA/16, datada de 21/03/2016, da Secção de Aprovisionamento e Armazém, que a seguir se transcreve:*

*"Assunto: Relatório - Processo n.º 001/CPB/SA/16 - Concessão de Exploração da Quinta de Sant'Ana - Redinha*

**RELATÓRIO**

**1. PRÉVIA**

*Foi promovido o concurso público em epígrafe, em cumprimento da deliberação de Assembleia Municipal, datado de 19 de fevereiro 2016.*

**2. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS**

*O prazo para apresentação de propostas terminou às 18 horas do dia 17 de março de 2016, não tendo sido enviada qualquer proposta.*

**3. NÃO ADJUDICAÇÃO**

*Conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 79.º do Código dos Contratos Públicos, deve dar-se por encerrado o presente procedimento, não havendo lugar à adjudicação.*

**4. REMESSA A DECISÃO**

*Tendo em conta a alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, conjugada com a alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º, do mesmo diploma legal, sugere-se que este relatório seja despachado à Câmara, no sentido de deliberar remeter o mesmo à Assembleia Municipal. "*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

A Câmara deliberou, por unanimidade, e nos termos da alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, conjugada com a alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º, do mesmo diploma, submeter o relatório à apreciação da Assembleia Municipal para aprovação, de acordo com a informação."

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra aos membros da Assembleia que se desejassem pronunciar sobre este tema.

Intervio **Vítor Gomes**, conforme se transcreve:

*“Ora, cá temos nós novamente a Quinta de Santana. No fim do concurso, não houve propostas, nem boas, nem más; nada, ninguém está interessado. Eu, em tempos, já manifestei, e o Eng.º Narciso Mota sabe, o nosso Presidente da Assembleia, qual foi sempre a minha posição em relação a esta Quinta de Santana. Sempre considerei que não devia ter sido adquirida, e sempre considerei que era um elefante branco para o Município. E portanto, infelizmente, não mudei de opinião, e continuo a manter a minha opinião, porque a Câmara tem aqui um investimento avultado – não sei se está em condições de dizer, até hoje, quanto é que a Câmara já gastou neste investimento. E a Câmara, quando pensa em fazer uma aquisição desta natureza, a primeira coisa que deve pensar é que o dinheiro não é do Presidente da Câmara, é dos munícipes, e quando os munícipes adquirem um bem, é com certeza para os servir. E ao que me consta, a Quinta de Santana não serve munícipe nenhum, nem sequer os munícipes da freguesia – ao que me consta, a não ser que eu esteja enganado. E este dinheiro aplicado, assim como outras aplicações de que já falarei... é história, mas é história má, porque há investimentos bons e há investimentos maus. E na minha opinião – eu tenho a minha opinião, sou dono dela, e acho que foi um investimento mau, porque o investimento, quando se faz, tem que se pensar que custa dinheiro, e custa dinheiro nosso; não é do Presidente da Câmara, é nosso. E quando é nosso, é para benefício dos munícipes.*

*E se a Câmara não tem nenhuma solução para este edifício, acho que o melhor, se não houver outra solução, o melhor seria pôr uma placa na porta a dizer “vende-se”, que era a melhor solução. Ou então, entregar isto, ser a própria Câmara a geri-lo, abri-lo à população, a população usufruir desse espaço, criar ali um espaço verde, a Junta de Freguesia está ali, servir a população da Redinha. Se foi comprado, é para servir a população, e deve servir as populações. E se, a par disso, houver alguém que queira explorar, um bar, um café, um restaurante, tudo bem. Agora, tem é que servir a população, ou então, ponham-no à venda, porque isto, comprar só por comprar, não pode ser. A Câmara de Pombal tem feito bons e maus investimentos em edificação, e eu posso considerar – é a minha opinião – que faz bons investimentos quando adquire um edifício para alojar estudantes que vão para a ETAP (é um bom investimento), pode-se fazer um bom investimento quando adquire um edifício para alojar, ou para arrendar a preços módicos para jovens (é um bom investimento); já não considero tanto um bom investimento adquirir casas do Mota Pinto, que não se sabe para que é que servem, está ali um “mamarracho” que ninguém sabe para que é que serve.*

*Imaginemos que Pombal era construído, metade de Pombal, pelo Sr. Arq.º Corradini; comprava-se Pombal inteiro, a Câmara comprava Pombal inteiro, como comprou este edifício, que não sabe*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*o que é que ainda lhe há de fazer, ainda está ali o edifício. Já custou dinheiro, vai custar muito mais, e não se sabe o que é que se vai fazer. Portanto, outros investimentos – e poderíamos estar aqui um dia, se calhar, a falar de investimentos, quando o Município tem carências, se calhar, muito mais urgentes: o saneamento básico, no séc. XXI, está grande parte dele por fazer, havia recursos que podiam ter sido adjudicados para esta área; por exemplo, pavilhões gimnodesportivos. O senhor sabe, um cidadão que não seja federado, nós queremos praticar desporto ao fim do dia, temos que ir para a Redinha, porque não temos em Pombal um pavilhão que nos disponibilize, dois dias por semana, hora e meia para praticar desporto. Portanto, seria um bom investimento também para a população mais idosa – mais idosa, ou pelo menos que não seja federada, que não tem um espaço para praticar desporto. É um bom investimento, tem que se gastar dinheiro aí. Piscinas: Pombal tem uma piscina, merecia mais piscinas – um bom investimento para a população, sem dúvida. Eu considero isso um bom investimento. Agora, investir dinheiro em Quintas de Santana, por amor de Deus. Portanto, isso era o que eu tinha a dizer em relação a isto.*

*E depois podíamos falar noutras coisas: por exemplo, olharmos para a bacia hidrográfica do Arunca, olharmos, por exemplo, para a nossa floresta (que não é floresta, é selva), a Câmara tem que fazer investimentos e pôr esses investimentos a funcionar, porque é muito bonito, é tudo muito bonito, nós sabemos que o povo quer é pão e circo, mas atenção, mesmo no pão e circo, o pão vem primeiro. O pão vem primeiro. E as pessoas mais velhas, como eu e o Eng.º Narciso Mota, e mais algumas que estão aqui, o João Coucelo – eu, felizmente, já nasci no pós-guerra, já não passei pelo racionamento, mas houve racionamento no século passado, em Portugal; e nós não entrámos na guerra. Imaginem amanhã uma guerra, e nós comemos o quê? Se nós queremos pão, temos que mandar vir a farinha, ou o trigo; queremos pão para os animais comerem, temos que mandar vir do estrangeiro. Antigamente, e no tempo do racionamento em Portugal, até nas serras se cultivava pão. Hoje, imaginem, olhem para o concelho que temos. Pensem nisto um bocadinho, porque ninguém está livre de uma futura guerra, e se olharem para o panorama europeu, as faltas de liderança, os egoísmos nacionais, as crises dos refugiados, ninguém está livre de um conflito amanhã. E se ele acontecer, comemos o quê? Pensem nisso.”*

**António Roque**, cuja intervenção se transcreve:

*“Sr. Presidente da Câmara, era só para lhe questionar o seguinte: saiu num jornal da comunicação social, acho que foi no Pombal Jornal, que a Câmara Municipal de Pombal estava a tentar um protocolo com a Fundação Inatel para a exploração desse espaço. Gostaria de saber por que é que esse processo não avançou, ou se pensaram noutras alternativas a esse processo, porque eu, por acaso, achei a ideia interessante, porque a Fundação Inatel gere muitos espaços de turismo rural, que eu fiquei já em alguns hotéis da Inatel, e a qualidade dos serviços deles é muito boa.”*

**João Coucelo**, que usou da palavra como se descreve:

*“Este assunto, não posso deixar passar assim também em claro, não me pronunciar sobre a Quinta de Santana, porque a Quinta de Santana aconteceu, exatamente, no nosso primeiro mandato, quando eu vim para a Câmara com o Eng.º Narciso Mota.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*E queria dizer ali ao meu amigo Vítor, que aqui no seu conjunto de apreciações, misturou a Quinta de Santana com uma série de outras coisas, parecia o Diácono Remédios, claramente, foi exatamente aquilo que me veio à cabeça com a intervenção do Vítor, e nem tanto ao mar, nem tanto à terra. A Quinta de Santana foi adquirida pela Câmara; a aquisição em si da Quinta, da propriedade em si, foi um belíssimo negócio – em termos de compra, de espaço, foi um belíssimo negócio. Agora, o que foi feito a posteriori, a forma como foi usada, as intenções que houve, aquelas que conseguiram ser concretizadas, e as que não conseguiram ser concretizadas, aí sim, eu posso dar a mão à palmatória, e dizer, claro, que se calhar não tomámos as melhores opções. Esteve lá a funcionar as Terras de Sicó, também ali na zona da Quinta de Santana, durante algum tempo. Porque isto faz parte da história, já lá vão vinte e tal anos, houve várias hipóteses, que era inclusivamente aquilo não ser exclusivamente do Município de Pombal, não ser só da Câmara, poder ser adquirido em conjunto pelas Terras de Sicó. Quer dizer, houve ali várias discussões sobre a questão da Quinta de Santana. Mas, nós não estamos a falar só de um edifício; estamos a falar do edifício, do terreno, de todo aquele espaço que tem enormes potencialidades.*

*E como disse ali o meu colega Roque, é evidente que, neste momento, opções como essa, e outras que estarão, com certeza, a ser pensadas – a pergunta que ele fez, eu espero que o Sr. Presidente da Câmara diga qualquer coisa sobre isso, mas não foi um processo que falhou rotundamente; ele não cumpriu exatamente tudo aquilo que se tinha planeado para que, efetivamente, desse o resultado desejado. E portanto, são formas um bocadinho diferentes de ver a coisa.*

*E também gostava de dizer que a população da Redinha usou, a de Pombal, e a de muitas freguesias, enquanto esteve a funcionar o restaurante lá, e outros espaços, usou aquele espaço. Por amor de Deus, isso também é um bocadinho de demagogia, que não vale a pena vir para aqui dizer, como se as pessoas não pudessem entrar lá, e aquilo fosse algum espaço elitista, ou outra coisa do género. Por amor de Deus, isso também não. Agora, eu espero que a Câmara consiga encontrar uma boa solução para a Quinta de Santana, e não ponha lá nunca uma placa a dizer “vende-se”. É património municipal, é nosso.*

*E a Casa Varela, e outras coisas assim que tu falaste, não há ideias? Há, se calhar há ideias a mais, e as pessoas ainda não optaram pela ideia certa. Agora, a Casa Varela pelo menos é um edifício que não vai ruir como tantos edifícios ruíram em Lisboa, no mandato do Sr. Dr. João Soares, e no mandato do Santana Lopes, e tantos edifícios, e alguns belíssimos edifícios históricos que ruíram em Lisboa, porque ninguém lhes ligou. E a Câmara de Pombal fez muito bem em comprar a Casa Varela. É património municipal. Um dia, se alguém vier e disser: “Vamos vender”, ok, é uma opção como outra qualquer, são as opções políticas que cada um toma.”*

**Edite Santos**, que usou da palavra como se transcreve:

*“Bom, já agora que falámos na Quinta de Santana, e que, de facto, é um espaço que muitas vezes eu penso nele – e por quê? Porque nós, aqui em Pombal, eu penso que há um défice enorme de entretenimento, e onde os pais, as famílias possam ir com os seus filhos, e eu deixo aqui uma ideia, que a Quinta de Santana seria um espaço ótimo para fazer uma quinta pedagógica, com*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*mais algumas atividades, para além dessa função, obviamente, mas que Pombal merecia ter um espaço para crianças onde os pais pudessem levar os seus filhos, onde outras escolas, de outros concelhos, de outros distritos, pudessem visitar. E portanto, utilizando-a nesse sentido, estaríamos a dar também oportunidade a outras atividades subjacentes a essa.”*

**Carlos Clemente**, que interveio como se segue:

*“Eu, sobre a Quinta de Santana, queria dizer que, realmente, é um espaço que, neste momento, precisa de ser reestruturado. Mas, penso que o Sr. Presidente da Câmara terá isso em conta, e os Srs. Vereadores estarão a trabalhar nesse sentido.*

*De qualquer forma, queria partilhar ali com o Dr. João Coucelo, realmente, que foi uma boa aquisição; ou seja, tanto para o Município, como para a minha Freguesia da Redinha. Quanto à mais valia que a quinta tem, realmente nunca foi explorada, mas pode vir a ser. E de qualquer forma, sempre que o Município, ou o Sr. Presidente precise da Junta de Freguesia para, realmente, desenvolver qualquer projeto, nós somos os mais interessados, porque é a característica da nossa freguesia, passa pela Quinta de Santana. E penso que, neste momento, com um projeto, talvez novo – porque a questão foi que o projeto que foi desenhado esgotou-se, penso eu, e penso que agora há condições para poder desenhar um novo projeto e dar vida à Quinta de Santana, que tem uma paisagem lindíssima, e é uma mais valia, e é um grande património para o Município.”*

Neste ponto, o **Senhor Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que passou a prestar os seguintes esclarecimentos:

*“De facto, eu julgo que estes momentos em que a Assembleia Municipal reflète em conjunto sobre os assuntos todos são os nossos melhores momentos; faz-nos bem, estas discussões é que nos fazem bem. E agradeço-vos também a reflexão conjunta, por isso.*

*Mas, deixem-me começar por vos dizer por que é que nós chegámos aqui, por que é que nós chegámos ao ponto em que estamos aqui a apreciar o relatório que diz que ninguém esteve interessado. Nós chegámos aqui porque, há uns meses, nós concluímos que o modelo de funcionamento da quinta não funcionava, e não funcionava porque praticamente tudo aquilo que os Srs. Deputados disseram não se atingia. É verdade que havia restauração, é verdade que havia algum alojamento, é verdade que havia alguma animação, mas esta ligação que esteve na primeira justificação – porque eu ainda participei nesta discussão em 1994, era precisamente a fruição popular do espaço. E o modelo que foi desenvolvido nunca conseguiu articular-se bem com essa necessidade que era originária, apesar de a Câmara manter, desde essa data, um assistente operacional que garantia jardins, para que tudo isto pudesse funcionar desta forma aberta.*

*Olhando para isto, e percebendo que o modelo que estava em cima da mesa estava longe de corresponder a essa necessidade, entendemos que devíamos promover essa discussão, identificando claramente aquilo que era a componente comercial do espaço – o restaurante, a componente de realização de casamentos, que tinha que ter associada uma zona de jardim, porque não faz muito sentido que num espaço que está concessionado, o jardim onde se tiram fotografias e se fazem refeições para banquetes e casamentos seja mantido pelo erário da*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Câmara. Para mim, não faz. E portanto, tinha que ser na esfera do explorador que tinham que recair estas responsabilidades. É evidente que era o primeiro contrato; esta definição tão clara, tão nítida, não existia. Por outro lado, nós também sabíamos que as alterações que foram feitas à Legislação do alojamento nos condicionavam fortemente à exploração comercial clássica daquele espaço. Aliás, foi com esse propósito que eu pedi para ser recebido pelo Presidente do Inatel, e o Vice-presidente que acompanha as infraestruturas, apresentando-lhes a propriedade e convidando-os para virem cá, primeiro porque se tratava do quarto maior operador hoteleiro português, aquele que gere mais camas, que ainda por cima é titulado – porque é uma fundação pública, é o Presidente nomeado pelo Ministro do Trabalho e da Segurança Social, e portanto, havia aqui um envolvimento com uma grande rede de exploração hoteleira, com uma grande rede de promoção de atividades turísticas por todo o país, e que, de facto, noutros anos, Pombal até beneficiou bastante daquela política do turismo sénior, onde havia financiamento aos operadores turísticos, para fazerem dentro de Portugal uma série de visitas, hoje já não temos isso, e essa foi a razão por que o Inatel nos veio dizer: “Olhe, agradecemos muito a sua sugestão; a dimensão do espaço e o número de camas não é suficiente para a sua rentabilidade. Mas, mesmo que fosse, nós estamos em política restritiva, e não temos condições para fazer investimentos. E por isso, agradecemos, mas não é possível.” Com esta circunstância, e com os modos de exploração, e também com o finalizar do contrato, o que não faria sentido era nós finalizarmos o contrato, fazermos uma renovação automática, como foi pedido – e eu confesso-vos, acho que esta utilidade pública, eu não discuto hoje, nem me passa pela cabeça que a solução da quinta é pô-la à venda; eu acho que nós temos muita capacidade para fazer uma coisa boa, a Redinha precisa, e as conversas que eu tenho tido com o Sr. Presidente da Junta, e as necessidades de podermos fazer outras coisas, ali encontram uma boa solução, até beliscando, ou indo ao encontro de algumas das sugestões que nos deram aqui.*

*Portanto, reparem o seguinte: aquele espaço chegou a estar proposto, a custo zero, com o Município a suportar o projeto e a contrapartida financeira não comunitária, para fazer uma Pousada da Juventude, que por razões políticas, à época, foi para outro local, o que significa que aquele espaço tem uns largos milhares de área urbana, edificável, onde se pode ter um rendimento diferente. Se houver guerra, também dá para plantar batatas, também fica a salvaguarda. Fica lá também, e é regadio.*

*Eu creio – e a definição do concurso que nós lançámos, o que é que fazia? Nós isolávamos a questão da restauração, do bar, do restaurante, atribuindo-lhe esta responsabilidade, a piscina também era incluída nesta exploração. Por quê? Porque a exploração da piscina – e estão aqui alguns Presidentes de Junta que sabem bem o que é que elas custam – tem, sob o ponto de vista da segurança, uma grande responsabilidade. E sabem quais foram os riscos que corremos todos? Os riscos que correram, na parte executiva, foi termos uma piscina, que alegadamente fazia parte de uma propriedade pública, que tinha um acesso condicionado à exploração hoteleira, mas que não cumpria as regras de segurança. E nós temos aqui o Presidente da Junta da Guia, Ilha e Mata Mourisca e de Carnide, que têm espaços, e nós temos que lá ter um nadador salvador, temos que ter condições de controlo da qualidade da água, e por aí fora.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Ora, o que é que eu acho, e portanto, qual era a nossa intenção? Quem trata do métier restauração, trata do métier restauração, tem que ter uma condição física para poder fazer outro tipo de atividades, e foi isso que se fez, e incluía-se aí também a parte da exploração equina – e portanto, as boxes estão lá em baixo, e a exploração do picadeiro, de uma forma integrada – sendo que o edifício principal saía, e aquela parte que entesta com o Rio Anços também saía. Por quê? Porque a utilização desta frente ribeirinha era relevante para a Junta de Freguesia, com a construção de um equipamento (e vai ser), e pensámos que, de facto, podíamos dar outra utilização, mais aberta ao público, à parte do edifício. E um bocadinho inspirado naquela proposta que, em tempos, nos levou a disponibilizar o espaço, não do edifício, mas colateral, para uma Pousada da Juventude, pensámos que, de facto, a possibilidade de termos um alojamento complementar às múltiplas atividades feitas pelo Município, reduzindo a despesa, e ao mesmo tempo proporcionando que, a partir de determinado nível etário juvenil, possamos ter ali uma zona de apoio para a promoção de atividades de férias ativas e de campos de férias, podia ser uma exploração complementar. Dir-me-ão: “Não acha um bocadinho luxuosa a casa para este tipo de atividades?” Se fizéssemos de raiz, acharia; considerando a utilização e esta intenção de a tornar pública, diria que tem que ser respeitada, tem que ser utilizada, e seria possível. E esta era a nossa intenção.*

*E portanto, o que é que aqui estamos a falar? De termos um espaço que deve ser aberto ao público, que vai ter sempre muitas dificuldades sob o ponto de vista comercial – e aliás, reparem: eu não seria muito coerente se estivesse a dizer: “Bem, na Casa da Guarda do Norte, o Município é incapaz de fazer a exploração hoteleira, mas aqui já pode.” Não pode à mesma. E portanto, esta fruição seria sempre uma fruição em que o alojamento é assegurado pelo Município neste sítio, a Junta de Freguesia, articulada com o Município, garante manutenção de quartos, pequeno almoço e por aí fora, e em vez de estarmos a comprar um quarto para um conferencista, uma equipa, e por aí fora, podermos ter ali. Mas, também pensámos que, apesar de ser um bocado longe da cidade, e não ser bem o espírito original – e partilho isto em voz alta com todos – que, se calhar, esta lógica de podermos aqui acolher equipas que queiram aproveitar as múltiplas valências desportivas para os estágios internacionais, que ali podia ter um apoio. Mas, também deixem-me dizer-vos que eu acho que a nossa hotelaria também tem que ganhar com isso. Isto é, esta proximidade de estar na cidade é diferente do que dizer assim: “Pronto, agora vamos treinar, vamos fazer onze quilómetros para cada lado”, ou vamos regressar, ou têm um almoço, ou têm um jantar. Portanto, a lógica será: fruição pública do espaço, voltar a abrir o concurso para a componente hoteleira – porque essa deve ser entregue – aproveitar a zona ribeirinha para complemento a esta atividade.*

*A Sra. Deputada Edite Olaio fez esta referência da Quinta Pedagógica: eu aqui, confesso-lhe que, considerando aquilo que é o conceito genérico de Quinta Pedagógica, o número de animais ou espécies que deva ter, vejo com alguma dificuldade esta relação entre restauração, alojamento, animais, mesmo a quinta sendo grande. No entanto, acho que nós podemos ter ali um espaço de fruição para os mais pequenos, com um parque infantil, uma zona de lazer, uma zona de corrida, que pode ter lá em baixo a zona dos cavalos, desde que alguém esteja interessado, e a*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*zona mais ribeirinha, mais vocacionada para a questão ribeirinha, porque havia ali uma utilização um bocadinho híbrida. E portanto, eu acho que a Redinha merece, primeiro que tudo; acho que esta aquisição, seria um enorme desperdício nós não lhe darmos boa utilização. Eu acho que nós entendemos que a exploração comercial que tivemos durante estes anos todos nos dava estas respostas todas, e chegámos à conclusão que não deu, e foi precisamente por essa razão que se abriu um novo concurso, dizendo que esta parte, já percebemos que não funciona bem; esta parte funciona bem, se quiser pode continuar, e nós vamos tirar a outra, e vamos dar outra inovação.*

*E portanto, o modelo será este; todas as sugestões, propostas que queiram dar, interessam-nos, porque a piscina está lá, pode ser utilizada, temos que lhe dar uma utilização adequada, temos o campo de ténis, mas também é verdade que, se calhar, a parte da piscina e a zona mais florida, é interessante para a parte comercial, para a restauração, porque é sempre uma boa zona de acolhimento para um casamento, para uma festa, e isso também interessa para o espaço. E portanto, o contorno físico que foi identificado na própria proposta já tinha isto tudo acautelado, para nós lhe darmos essa utilização.*

*Mas, deixem-me acrescentar-vos: não tenho em mente, por razão nenhuma, pôr a quinta à venda, ou tirá-la do património municipal. Acho que a quinta tem um papel muito importante a fazer. É um grande desafio; não vejo aqui como um grande problema, que para aligeirar, vamos tirá-lo da nossa esfera. Acho que temos que olhar para isto. Por quê? Então, se nós estamos nas freguesias, a negociar com os Srs. Presidentes de Junta a aquisição de zonas ribeirinhas, a ampliação de parques, a criação de zonas de lazer, percursos de manutenção, a construção de passeios ao longo das linhas de água, ali temos uma pérola no meio da Redinha, numa das nossas vilas mais extraordinárias, e íamos desfazer-nos? Temos é que passar para a fase seguinte.*

*Sobre outra observação que fez, de facto, vai ao encontro daquilo que eu penso: o que faz sentido nas políticas de aquisições imobiliárias, eu acho que faz sentido nós salvarmos, nalgumas vezes, o património, isso faz sentido, mas eu acho que será sempre curto pensar só nisso. Eu acho que o que faz sentido é dizer assim: “Este património tem um valor histórico, sentimental, diz respeito a uma figura insigne da nossa cidade, e nós devemos preservá-la”, e imediatamente, tão importante como o desenvolvimento do projeto de arquitetura, estabilidade, eletricidade, é o seu projeto funcional. E nós temos que perceber que utilidade real tem. E por isso é que há coisas que podem demorar mais algum tempo. Isto é, não é um problema para o Município pegar no projeto que tem para recuperar a Casa Mota Pinto e fazê-lo. Aliás, deixem-me dizer-vos que este projeto está incluído no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, tem uma dotação financeira aprovada, e portanto, o peso orçamental que tem para a Câmara até fica bastante reduzido, face à inclusão que nós já determinámos no PEDU, neste Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. Está lá. A questão materialmente relevante, para mim, é como é que nós verdadeiramente dignificamos a memória de Mota Pinto, e não é com escaparates e com expositores. É com atividades relevantes, articuladas com academias, com a Universidade de Coimbra, com a produção literária do âmbito jurídico, com a realização de encontros, que eu tive já ocasião de falar com o filho do Prof. Mota Pinto, o Paulo Mota Pinto (Professor Doutor),*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*precisamente porque acho que é aí que nós precisamos de algum auxílio. E portanto, não é apenas a questão de estar feito, e a seguir tenho aqui um técnico superior e tenho aqui um administrativo, chego ao final do ano, custa cinquenta mil euros (50.000€), mais elevadores, seguros, por aí fora, vamos lá, inauguramos, e depois temos quatro pessoas por mês. Não é suficiente. E nós conseguimos fazer mais, e quando começarmos a preparar estas coisas, temos que as fazer para, em consequência, termos essas coisas bem montadas. E aí sim, acho que vale a pena avançarmos desta forma, e aí temos essa discussão. Por quê? Porque também precisamos deste auxílio, porque eu não acho que nós façamos o trabalho final quando construímos o edifício; há um conjunto de atividades que começa precisamente quando o edifício estiver pronto. E isso precisa dessa animação, precisa desse desenvolvimento, precisa desses projetos. E isso deve ser uma matéria que não pode ser esquecida, e deve ser desenvolvida em consequência.*

*E portanto, acho que tem que haver uma grande atenção às políticas aquisitivas, porque reparem: ao Município, nesta altura, como calculam, não faltam famílias a oferecer casas antigas em Pombal. Não faltam, podem perguntar a todas aquelas que acham que são relevantes, já todas foram oferecidas, e mais algumas. Muitas delas estão avaliadas pelo Município, e as propostas foram postas em cima da mesa, e as pessoas acham que valem mais. E eu não estou a esticar-me, mas posso dizer-vos que em algumas destas matérias, nalgumas das mais relevantes para todos, já começámos a desenvolver aquilo que possam ser boas utilizações. Mas, isso não pode prejudicar uma boa negociação primeiro, porque, reparem, nós temos aqui intervenções que nos custam um milhão de euros (1.000.000€). A Casa Varela, foi incluída a sua recuperação no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. Cá está, é preciso também ir aproveitar os mecanismos financeiros que vão sendo criados para, sim senhor, fazermos as coisas, mas até vamos aproveitar, até se insere na estratégia que a Comissão Europeia pediu a Portugal, e que Pombal conseguiu adequar para corresponder. Eu já fechei essa negociação com a Comissão de Coordenação, entretanto tornarei público, posso adiantar-vos – ele não faz parte do nosso Orçamento porque o contrato não está fechado, mas o Município tem, para planos de Planeamento Estratégico de Desenvolvimento Urbano na cidade de Pombal, em FEDER, mais cinco milhões e meio de euros (5.500.000€) para investir nos próximos quatro anos. O contrato entretanto é celebrado, que tem componentes materiais e tem componentes imateriais. Agora, há aqui um trabalho que não pode ser apressado. E da mesma maneira que nós olhamos, por exemplo, para o extraordinário trabalho que existe, de recuperação, que, aliás, foi identificado e foi sujeito a um júri internacional, em Segóvia, relativamente à recuperação patrimonial da antiga cadeia, onde se conjugam – porque já o fizemos – uma recuperação patrimonial adequada e uma funcionalidade, e uma nova função e resposta às necessidades da cidade, também igualmente relevante, que é a questão do museu, com a dinamização e as características que ele tem. Isso é que eu acho que faz sentido. Ora, há coisas que avançam mais depressa do que as outras, e portanto, as coisas não estão esquecidas. Temos as coisas mais importantes, temos a parte do financiamento, temos o património, temos as ideias, falta-nos esta componente. E elas avançarão, e com certeza que não deixarão de ser feitas, nem por falta de criatividade, nem de inteligência, nem de meios financeiros, nem de vontade.”*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

Interveio ainda o **Senhor Presidente da Assembleia**, conforme se transcreve:

*“Sr. Presidente, permita-me que eu saia aqui da minha posição de Presidente desta Mesa, e passe à minha condição simples de deputado. E a minha condição de simples deputado é para esclarecer ali o meu amigo e Ex-colega de escola, Vítor Gomes, em relação ao mau ou bom negócio, seja da Casa Varela, seja da Quinta de Santana.*

*Nós, a nível nacional, e a nossa Câmara em particular, tudo o que comprou, tinha condições financeiras para comprar, e não para ter necessidade de vender. A Quinta de Santana comprou-se, na altura, porque eram vinte e seis mil metros quadrados (26.000 m<sup>2</sup>) de terreno urbano, mil e oitocentos metros de terreno agrícola, tinha uma nora, tinha um moinho que não estava recuperado – está recuperado o moinho, está recuperada a nora. Tinha treze quartos, que foram todos recuperados, um solar que precisou de obras e que foi intervencionado, tinha uma piscina, que também foi reconstruída toda de novo, tinha um campo de ténis, já teve lá hipismo, já teve lá casamentos, e foi uma das condições para que nós tenhamos ainda hoje a funcionar na Quinta de Santana, ou na Redinha, a Associação Terras de Sicó. Toda a gente reclamava as Terras de Sicó para Penela, para Ansião, para Alvaiázere, para Soure, para Condeixa, e Pombal reuniu condições para que, durante estes quinze anos, ou vinte anos, lá estivesse a funcionar as Terras de Sicó, com uma perspectiva de ter lá instalações próprias, que compraram um andar, ou dois, à Caixa de Crédito Agrícola, que também lá investiu. E nós temos lá treze quartos, sala, tivemos recheio, temos vinte e seis mil metros de terreno urbano, como disse, e temos este património cultural, e temos a praia fluvial.*

*Há dez anos atrás, doze, foram lá uns peritos, teve a perspectiva de se construir lá na encosta, do lado de lá, uma Pousada para a Juventude. Depois, houve influências políticas, não conseguimos concretizar aquela Pousada da Juventude, e foi para Tavira construída, aquela que era para ser construída lá. Os técnicos deram parecer favorável, e vocês não ignoram isso, mas isso, era bom que se tivesse feito.*

*Eu visitei uma fábrica, uma casa, uma quinta pedagógica, como aquela que a Sra. Deputada disse, e muito bem, em Braga, que o Mesquita Machado comprou há uns anos atrás, e que está a funcionar, e vão lá todos os dias os alunos ver os animaizinhos, ver as plantas que lá estão, ver as árvores de fruto, e é uma quinta que não é muito maior que aquela que a gente tem ali, nem tem as condições que aquela tem.*

*Portanto, quando se fala em comprar, em valorizar, a quinta foi alugada por concurso público, por mil e quinhentos euros (1.500€) por mês, com todos os anos aumento de renda, em face do custo do aumento da inflação. A senhora terminou o contrato de dez anos, e agora, por ironia do destino, há aqui umas barreiras, que a senhora ainda lá tem algumas coisas que adquiriu para lá, que as quer vender, e o concurso tem ficado deserto. Mas, há outra perspectiva de, efetivamente, se alugar aquilo, porque eu sugeri, e o Sr. Presidente da Câmara, e muito bem, que nós, tendo lá uma senhora a fazer limpeza, a piscina, o passeio pedonal, o hipismo, a nora, o moinho, e a casa, o solar, deve ser separado do restaurante – que também tem instalações, também tem cave, etc. – e aquilo ser usufruído pelos Pombalenses, porque ir lá e dizer lá “acesso privado”, “quinta privada”, não; aquilo é um edifício público, é um terreno público, são instalações nossas, e que*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*se estão a valorizar. E eu estou convencido que a Câmara, que não alienou património como o Estado tem alienado, vender todas as empresas, até as que têm lucro, à base do custo de vida dos portugueses, a estrangeiros, e nós temos aquele património, não precisamos de vender.*

*Mas, falando agora também noutra compra: não me arrependo, como Presidente do Executivo (que é um órgão colegial), de propor a autorização, por unanimidade, em todos estes negócios em Reunião de Câmara. Eu cheguei ao Louriçal, consegui, de um momento para o outro, comprarmos por sessenta mil contos, dez mil e quatrocentos metros quadrados (10.400 m<sup>2</sup>) de urbano, com duas casas, onde estão os escuteiros e onde está o rancho folclórico, e com umas instalações que ainda hoje, da EPAC, que podem ser transformadas num centro cultural, que já tarda a construir-se, que custa mais de um milhão de euros (1.000.000€). A Casa do Varela, comprada noutra oportunidade, já permitiu, naquele descasque do café, construir aquele corredor, está pronta para ser preservada, e eu digo, como engenheiro – agora também vou falar como engenheiro, que é uma coisa que eu vou apresentar: também lamento que aquela casa já não tenha a reconstrução total no seu interior, porque um engenheiro civil faz o projeto daquilo em oito dias, quinze dias, e o arquiteto diz onde é que ficam as casas de banho, onde é que fica o elevador, desde a cave até ao rés do chão e segundo andar, e as escadas. Nós andámos lá na escola, aquela casa tem um pé direito e tem paredes de um muro, de um metro, estavam preservadas, o telhado como estava, estão as janelas, e agora é fazer no interior – como engenheiro falo – um prédio em betão armado, para durar duzentos ou trezentos anos, que não custa muito, que a cofragem das paredes está lá, não descaracterizamos nada, construir os pisos em betão armado para se fazer as casas de banho, e fazer um edifício moderno, para durar duzentos anos, com a escadaria que lá está, feita em cimento e revestida a madeira, como aquilo tem um pé direito muito grande, pôr-se a madeira por baixo e por cima, e outras coisas mais. Como tu também querias vender o terreno – só dizer assim, outro assunto, lá para a pista de aerodelismo, a pista de aerodelismo tem novecentos metros, já pagámos o desvio da linha a sul, é para ficar com mil e duzentos metros. E se a gente pensar, daqui a dez anos, vinte anos, os nossos investimentos são bem feitos, são rentabilizados, têm projeção internacional, como aquilo já teve. E também temos que fazer isso, e muito mais coisas. Ponto final, parágrafo.*

*Portanto, não te arrependas de seres co-proprietário da Quinta de Santana, do Edifício Varela, da pista dos meios aéreos, e de todo o património que a Câmara tem comprado nos últimos vinte e tal anos. Todo o património que a gente tem comprado nos últimos vinte e tal anos, não te arrependas de seres co-proprietário disso, que é de interesse público, a pensar no médio e longo prazo.”*

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

***Ponto 2.14. Apresentação, discussão e votação da Proposta da Câmara sobre o pedido de autorização de despesa e compromissos plurianuais para***



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### *exercícios seguintes no Procedimento de aquisição de serviços de seguros – atualização da Informação 4/DMAF/16;*

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

*"Foi presente à reunião a informação n.º I-000006/DMAF/16, do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, que a seguir se transcreve:*

*" Assunto: Aquisição de serviços de seguros - Abertura de procedimento: Pedido de autorização de despesa e compromissos plurianuais para exercícios seguintes - Atualização da Inf I-000004/DMAF/16*

*Sr. Presidente,*

*No seguimento do pedido de autorização de despesa à Assembleia Municipal, relativo ao procedimento em referência, deliberado em 19.02.2016, informa-se que fruto de actualização da listagem de património inventariado, se constatou, ser o valor previsto para o Lote de Seguro Multiriscos, insuficiente.*

*Assim, dado que não foi possível lançar o procedimento, devido ao facto, de não estar concluído o levantamento de património a segurar, procedeu-se igualmente à actualização das apólices de Acidentes pessoais e também de ramo Automóvel, onde se constata a necessidade de alguns ajustamentos, respectivamente, aumentando €1.200,00 / ano e de € 1.000,00 /ano.*

*No que se refere à informação relativa ao património, a listagem agora apresentada, ronda € 120 500 950,66 € de imobilizado, do qual, € 12 490 004,18 € relativo a infraestruturas de abastecimento de água, incluindo neste também o valor do equipamento electromecânico instalado, o que contrariamente aos procediemtnos anteriores, implica, se considerado na sua totalidade, um grande acréscimo no valor previsto de prémio a pagar.*

*Colocada a questão da integração da totalidade do imobilizado na apólice Multiriscos, dada a dúvida entre a probabilidade de ocorrência do pacote de riscos a incluir em caderno de encargos para o grupo de imobilizado referente a infraestruturas de abastecimento de água e ao prémio previsto nessas condições, procedeu-se à consulta à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (anterior ISP – Instituto de Seguros de Portugal), que se anexa, da qual não sai esclarecida a questão do enquadramento deste tipo de infraeastruturas nas garantias da apólice Multiriscos, conforme se pode constatar.*

*Perante a liberdade das Seguradoras na aceitação ou não dos riscos atrás referidos, admitindo que as referidas infraestruturas têm características diferentes das dos imóveis habitualmente incluídos em Multirisco, ao incluir as mesmas no Lote de Seguro Multiriscos, pode existir o risco, de não serem apresentadas propostas para este lote.*

*Por outro lado, efectuado levantamento quanto ao valor de capital de responsabilidade civil da Apólice de Responsabilidade Civil Autarquias praticada por outros Município de dimensões similares ao de Pombal, constata-se que a maioria dos Municípios tem um capital contratado por sinistro e anuidade de € 1.250.000,00, contra os € 650.000,00 contratados pelo Município de Pombal. Porém existem ainda alguns, embora poucos com capital inferior ao nosso.*

*Assim e em face do que acima se expõe e de acordo com o mapa de imobilizado agora fornecido, o qual, carece ainda de pequenos ajustes, face a alguma informação, que se revela necessário confirmar pela SP (devidamente assinalada no mapa) colocam-se duas alternativas, sendo que em ambas se revela necessário solicitar aumento de despesa anual prevista, i.é:*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Hipótese 1: Estimativa de despesa para a totalidade dos imóveis da listagem de património, não incluindo infraestruturas de água e com capital de responsabilidade civil actual (650 mil euros), com a estimativa de despesa para a totalidade do procedimento de € 422 880,00, para os 2 anos; e a seguinte por ano:*

- a) € 46.400,00 para o ano 2016,
- b) € 211.440,00 para o ano 2017
- c) € 165.040,00 para o ano 2018

*Hipótese 2: Estimativa de despesa para a totalidade dos imóveis da listagem de património incluindo infraestruturas de água e com capital de responsabilidade civil actual (1.250.000 euros), com a estimativa de despesa para a totalidade do procedimento para os 2 anos de € 460 100,00 e a seguinte por ano:*

- a) € 53.677,50 para o ano 2016,
- b) € 230.050,00 para o ano 2017 e
- c) € 176.372,50 para o ano 2018

*Perante o exposto e em aditamento à informação I-000004/DMAF/16, para efeitos de competente autorização de despesa plurianual, pela Assembleia Municipal, sugere-se que esta informação seja remetida à Câmara, no sentido de deliberar solicitar autorização de despesa a realizar em exercícios seguintes, para a opção que se considere mais adequada, cujos valores e esclonamento no tempo, se encontram acima actualizadas.*

*À consideração de V. Ex.ª*

*A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o vertido na hipótese 2, nos termos supra propostos; mais deliberou, por unanimidade, remeter a presente proposta à Assembleia Municipal a fim de aprovar a autorização de despesa a realizar em exercícios seguintes, nos termos da informação supra transcrita."*

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

***Ponto 2.15. Designação de quatro representantes para integrar a nova Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Pombal – Triénio 2016/2017/2018;***

**O Senhor Presidente da Assembleia** passou a apresentar a Lista única proposta pela Assembleia, designada de “Lista A”, a qual integra os seguintes membros: **Pedro Pimpão dos Santos, Teresa Silva, Paula Cardoso e Maria Emília Brito.**

**Colocado este ponto a votação, por voto secreto e mediante a chamada de todos os membros da Assembleia, foi a designada “Lista A” aprovada por unanimidade.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**



## MUNICÍPIO DE POMBAL

***Ponto 2.16. Designação de quatro representantes para integrar a Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea u) do artigo 4.º do Regulamento Municipal de Segurança de Pombal;***

O **Senhor Presidente da Assembleia** passou a apresentar a Lista única proposta pela Assembleia, designada de “Lista A”, a qual integra os seguintes membros: **Manuel Rodrigues Marques, José Alves Grilo Gonçalves, Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro e Vítor Conceição Gomes.**

**Colocado este ponto a votação, por voto secreto e mediante a chamada de todos os membros da Assembleia, foi a designada “Lista A” aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, dois votos brancos, e dois votos nulos.**

O **Senhor Presidente da Assembleia** passou a apresentar a Lista única proposta pela Assembleia, composta exclusivamente por representantes dos Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho, designada de “Lista A”, a qual integra os seguintes membros: **António do Nascimento Lopes (Pombal), Manuel Henrique Nogueira de Matos (União de Freguesias de Santiago, S. Simão e Albergaria dos Doze) e Manuel José Carreira Serra (União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca).**

**Colocado este ponto a votação, por voto secreto e mediante a chamada de todos os Presidentes de Junta de Freguesia presentes, foi a designada “Lista A” aprovada por unanimidade.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

***Ponto 2.17. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal;***

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que informou que estes apoios residem em propostas que são apresentadas pelas Juntas de Freguesia, e que se encontram bem explicadas nas finalidades destes recursos, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia para qualquer informação adicional.

- *Junta de Freguesia de Vermoil: Apoio destinado a minimizar as despesas com a aquisição de viatura de passageiros/transporte escolar e transporte de refeições escolares (€ 10.000,00);*

- *Junta de Freguesia do Carriço: apoio destinado a minimizar as despesas com a aquisição de mobiliário para o jardim de infância do Carriço (€ 799,50)*

- *Junta de Freguesia da Redinha: apoio destinado a minimizar as despesas com a realização de obras na localidade das Ereiras (€10.209,00);*

- *Junta de Freguesia de Abiul: apoio destinado a minimizar as despesas decorrentes dos trabalhos de limpeza da Ribeira de Abiul (€ 2.226,00);*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

- *Junta de Freguesia do Louriçal: apoio destinado a minimizar as despesas decorrentes dos trabalhos de recuperação do ponto de água das Castelhanas (€ 4.049,30);*
- *Junta de Freguesia de Vila Cã: apoio destinado a minimizar as despesas com a reparação do caminho de acesso ao ponto de água do Cubo - Pipa (€ 3.900,00);*
- *Junta de Freguesia de Carnide: apoio destinado a minimizar as despesas com as obras na Travessa de Santo Elias (€ 31.923,12);*
  
- *Junta de Freguesia de Pombal: Apoio destinado a minimizar as despesas com as a pintura do Jardim de Infância da Charneca (€ 6.685,05);*
- *União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca: Apoio destinado a minimizar as despesas obras de execução de valetas em calçada na rua do canto - Mata Mourisca. (€ 41.420,25).*
- *Junta de Freguesia de Abiul: Apoio destinado a minimizar as despesas com obras de ampliação do cemitério de Abiul (€ 20.000,00);*
- *Junta de Freguesia de Abiul: Apoio destinado a minimizar as despesas com a aquisição de uma retroescavadora (€10.000,00);*

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de execução imediata.**

Não havendo munícipes inscritos para intervir no período aberto ao público, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu por finalizados os trabalhos, eram vinte e três horas, tendo-se lavrado a presente ata, que eu (1.º secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: